



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa Destinada a Acompanhar o Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil

RELATÓRIO

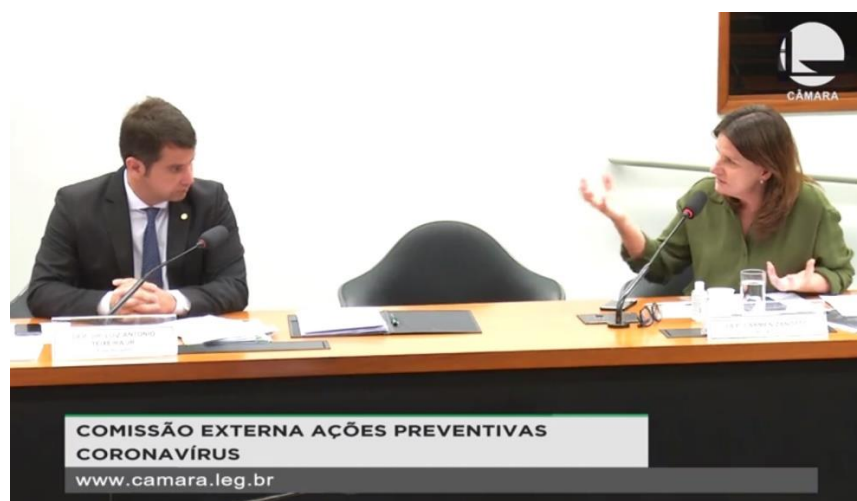
Coordenador: Dep. Luiz Antônio de Souza Teixeira Jr. (PP/RJ)

Relatora: Dep. Carmen Zanotto (Cidadania/SC)

MAIO / 2022



Reuniões da Comissão



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL	4
I – REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO	7
II – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	11
III – SÍNTESE DAS ATIVIDADES E PRODUTOS DA COMISSÃO	13
III.1 Eventos externos, seminários e Comissão Geral	13
III.2 Audiências públicas e reuniões técnicas	14
III.3 Produtos da Comissão	17
IV – CONSIDERAÇÕES E TEMAS EM DESTAQUE	19
IV.1 Resposta inicial da Comissão	20
IV.2 Panorama da pandemia e vigilância epidemiológica	21
IV.3 Assistência à saúde	22
IV.4 Vigilância sanitária e pesquisa clínica	24
IV.5 Fiscalização e controle	28
V – RECOMENDAÇÕES	30
V.1 Vigilância em saúde	30
V.2 Atenção à saúde	31
V.3 Gestão do SUS	32
V.4 Recursos humanos em saúde	32
V.5 Fiscalização e controle	33
V.6 Pesquisa	33
V.7 Outras políticas públicas	33
APÊNDICES	35
I. Eventos externos	35
II. Seminários e Comissão Geral	37
III. Reuniões técnicas e audiências	40
ANEXOS	108
I. Plano de trabalho inicial	108
II. Proposições prioritárias	110
III. Indicações ao Executivo	116
IV. Ofícios encaminhados	120



APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

Esse Relatório da Comissão Externa Destinada a Acompanhar o Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil¹ apresenta as atividades realizadas até a conclusão de suas atividades em 2022, no contexto de uma das maiores crises de natureza sanitária, social e econômica a atingir o mundo e o Brasil. Ainda que o avanço da vacinação tenha permitido a situação de controle que ora se observa, o Brasil foi um dos epicentros no mundo (com mais de 30 milhões de casos registrados) e ultrapassou a triste marca de 665 mil óbitos por COVID-19.

As justificativas para a criação da Comissão, a partir dos Requerimentos n^{os} 9 e 26, de 2020, estão detalhadas na **seção I** do relatório.

Esse colegiado atuou desde o início de fevereiro de 2020, ainda antes de a pandemia de COVID-19 ter atingido o País. Sua criação foi aprovada pelo Plenário da Câmara, juntamente com o Projeto de Lei n^o 23/2020, que teve a honra de relatar, e que estabeleceu as medidas a serem adotadas pelas autoridades sanitárias em caso de emergência de saúde pública provocada pelo coronavírus, transformado na Lei n^o 13.979/2020 (aprovada em dois dias pelo Congresso Nacional).

A Comissão incorporou um número crescente de integrantes e mobilizou diretamente os 21 parlamentares que a compõem (apresentados na **seção II**), mas recebeu apoio de vários deputados, de lideranças partidárias, da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), da Primeira Secretaria e da Presidência da Câmara dos Deputados, que mesmo num contexto de isolamento social, demandados pela pandemia, promoveu inovações e não paralisou as atividades, adotando, inclusive, sessões virtuais de deliberação.

¹ Quando iniciou os trabalhos, o colegiado era denominado de “Comissão Externa Destinada a Acompanhar as Ações Preventivas da Vigilância Sanitária e Possíveis Consequências para o Brasil quanto ao Enfrentamento da Pandemia Causada pelo Coronavírus (CEXCORVI)”, mas teve a denominação modificada em 25 de junho de 2020.



Num primeiro momento, a Comissão focou no acompanhamento das medidas preventivas adotadas pelo Executivo federal (uma das primeiras preocupações foi a repatriação de brasileiros que se encontravam na China no começo da epidemia), a partir do plano de trabalho inicial, adotado pela Comissão e descrito no **anexo I**.

Contudo, à medida que se ampliou o conhecimento sobre a abrangência e a gravidade da pandemia, as atividades da Comissão foram adequadas, desde março de 2020, para acompanhar e demandar do Executivo as medidas necessárias ao controle da pandemia e à assistência à população brasileira em várias áreas, com destaque para a atenção à saúde, mas também abordando outras políticas públicas de interesse da população e da Nação. Para tanto, a Comissão organizou várias atividades e obteve vários produtos, sintetizados na **seção III**.

As atividades totalizam **144 eventos**, entre reuniões técnicas, audiências públicas, seminários e simpósio.² Nessas atividades foram mobilizados renomados especialistas e autoridades governamentais (incluindo ministros da saúde em atividade no período), abordando áreas temáticas de políticas de saúde (como vigilância em saúde, atenção à saúde, gestão do Sistema Único de Saúde - SUS - e recursos humanos em saúde) e também de outras políticas públicas (como assistência e previdência social, direitos humanos, educação, justiça e economia). O detalhamento das atividades está nos **apêndices de I a III**.

Os principais produtos listados nos (**anexos de II a IV**) incluem: os **12** Projetos de Lei priorizados pela Comissão e já transformados em norma, as **37** Indicações e os **100** ofícios com demandas pertinentes ao objeto da Comissão.

² Além das atividades organizadas pela Comissão, em outras três houve participação destacada de seus membros e que se encontram registradas nas seções apropriadas desse relatório. São elas: uma Comissão Geral da Câmara, uma audiência pública da Comissão Mista do Congresso Nacional sobre a COVID-19 com o Tribunal de Contas da União, e reunião entre a Presidência da República e Governadores sobre a vacinação contra a Covid-19.



A Comissão Externa desempenhou papel de interlocução entre os Poderes, a comunidade científica, os Conselhos de gestores e categorias profissionais. Também acompanhou o desenvolvimento da pandemia em outros países para apontar os rumos em solo brasileiro. Entraves como equipamentos e insumos, recursos humanos e orçamentários, pesquisa e produção constituíram objeto de intervenções.

As atividades foram numerosas e relevantes e os seus resultados constituem legado para a consolidação do SUS, fortalecimento das ações de controle, de pesquisa e do complexo econômico-industrial da saúde no Brasil.

Esse relatório reflete sobre as informações e avanços obtidos (na **seção IV** do relatório) e faz recomendações (na **seção V**), com base na experiência adquirida, úteis para a preparação em caso de futuras pandemias e que podem ser aperfeiçoadas em novo colegiado a ser instituído neste ano no âmbito da CSSF.

Enfim, oferece um retorno à sociedade brasileira sobre esforços para o controle da pandemia de COVID-19 no Brasil.

Deputada CARMEN ZANOTTO

RELATORA



I – REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO

A) REQUERIMENTO Nº 09/2020

(Da Sra. Carmen Zanotto)

Requer a criação de Comissão Externa temporária do coronavírus para acompanhar ações preventivas da vigilância sanitária e possíveis consequências para o Brasil quanto ao enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 38, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a aprovação de missão oficial composta por membros da Comissão De Seguridade Social e Família, para acompanhar ações preventivas da vigilância sanitária e possíveis consequências para o Brasil quanto ao enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus, com ônus para a Câmara dos Deputados.

JUSTIFICACÃO

Com o aparecimento dos casos de doença respiratória causada pelo coronavírus na China, o governo brasileiro vem adotando medidas de orientação e para um possível atendimento de casos suspeitos no país.

O número confirmado de mortes pela pandemia do coronavírus ultrapassa os 360 casos, sendo 56 apenas na província de Hubei, segundo informação de autoridades de saúde chinesas, nesta segunda-feira 03/02/2020.

É importante destacar que, até o momento, não há confirmação de casos no Brasil.

De acordo com a Comissão Nacional de Saúde, 2.829 novos casos de contaminação foram diagnosticados, elevando o total de infectados a mais de 17.200 em toda China.

ExEdit
* C D 2 2 1 6 9 3 3 6 1 3 0 0 *



Por conta deste surto, vários países intensificaram as medidas de precaução, protegem suas fronteiras e repatriam seus cidadãos da China para conter a propagação do coronavírus.

A pandemia levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar emergência internacional, já que mais de 20 nações reportaram casos da doença.

Desde que o sistema foi criado, em 2009, a OMS decretou cinco emergências globais. Uma delas envolveu o Brasil, em 2016, por conta do zika vírus. Com a medida, a OMS espera gerar uma mobilização global para impedir que novos epicentros do surto possam surgir.

Como presidente da Frente Parlamentar Mista da Saúde e membro da Comissão de Seguridade Social e Família, esta presidida pelo Nobre Deputado Antônio Brito, é que reforço que a necessidade de uma comitiva parlamentar para acompanhar ações preventivas da vigilância sanitária e possíveis consequências para o Brasil quanto ao enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus. A criação desta Comissão externa será de importante representação dos brasileiros na garantia das medidas necessárias para a segurança em saúde do povo brasileiro.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2020

Deputada CARMEN ZANOTTO



B) REQUERIMENTO Nº 26/2020
(Do Sr. Luiz Antônio de Souza Teixeira Jr)

Requer a instalação de Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar as ações tomadas visando o combate ao Corona vírus, bem como o traslado dos brasileiros que estão na região Wuhan na China.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, consoante com o artigo 38, c/c o artigo 117, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Comissão Temporária Externa, sem ônus para a Câmara dos Deputados, destinada a acompanhar as ações promovidas visando o combate à disseminação do Corona vírus em nosso país, bem como o traslado dos brasileiros que hoje se localizam na Cidade de Wuhan na China.

JUSTIFICACÃO

Solicitamos a instalação da supracitada Comissão Externa tendo por base o estado de alerta em que se encontra todo o planeta por conta do surto de Corona vírus iniciado na China, mas já identificado em pelo menos 23 países ao redor do globo.

Por se tratar de um novo tipo de Corona vírus, a Organização Mundial de Saúde classificou o risco de contaminação como muito alto, deixando em alerta os órgãos sanitários de todos os países, pois há grandes desafios ao controle da doença, em especial no tocante a velocidade de reprodução do vírus.

De acordo com informações do Governo Chinês e da OMS já passam de 360 (trezentos e sessenta) o número de mortes atribuídas ao Corona vírus na China, e mais de 19 mil casos suspeitos no país.



Segundo informações do Ministério da Saúde do Brasil, existem 14 casos suspeitos em nosso país que estão sob investigação, mas nenhum foi confirmado até o presente momento.

O Governo Federal está preparando uma operação para realizar o traslado de aproximadamente 40 brasileiros que estão na região de Wuhan e que manifestaram interesse em voltar ao nosso país.

Devido aos fatos acima narrados solicitamos à instalação desta Comissão Externa com a maior brevidade possível.

Certos do atendimento da demanda em tela, antecipamos agradecimentos.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2020

Deputado LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA TEIXEIRA JR.



II – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Coordenador: Dep. Luiz Antônio de Souza Teixeira Jr.

Relatora: Dep. Carmen Zanotto.

Constituída em: 11/02/2020 (por meio do Requerimento nº 9/2020, da Dep. Carmen Zanotto,³ e do Requerimento nº 26/2020, do Dep. Luiz Antônio de Souza Teixeira Jr.⁴; aprovados em 04/02/20).

Instalada em: 11/02/2020.

Prazo: Não especificado no ato de criação.

Nº de membros: 21.

Coordenador DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP/RJ)

Bloco Parlamentar: UNIÃO, PP, PSD, MDB, PL, REPUBLICANOS, PSDB, PTB, PSC, PMN

- CAPITÃO FÁBIO ABREU (PSD/PI)
- CARLA DICKSON (UNIÃO/RN)
- DELEGADO PABLO (UNIÃO/AM)
- DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP/RJ)
- DR. ZACHARIAS CALIL (UNIÃO/GO)
- DRA. SORAYA MANATO (PTB/ES)
- HIRAN GONÇALVES (PP/RR)
- HÉLIO LEITE (UNIÃO/PA)
- JOÃO ROMA (PL/BA)
- LEANDRE (PSD/PR)
- MARCELO RAMOS (PSD/AM)
- MARIANA CARVALHO (REPUBLICANOS/RO)
- PEDRO WESTPHALEN (PP/RS)

Bloco Parlamentar: PDT, PODE, SOLIDARIEDADE, PCdoB, PATRIOTA, CIDADANIA, PROS, AVANTE, PV, DC

- ALIEL MACHADO (PV/PR)
- CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA/SC)
- CHICO D'ANGELO (PDT/RJ)
- JANDIRA FEGHALI (PCdoB/RJ)
- PAULA BELMONTE (CIDADANIA/DF)
- RODRIGO COELHO (PODE/SC)

³ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236289>.

⁴ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236333>.



Bloco Parlamentar: PT, PSB, PSOL, REDE

- ALEXANDRE PADILHA (PT/SP)
- JORGE SOLLA (PT/BA)

Secretário: Fábio da Silva Alexandre.

Local: Anexo II Pavimento Superior, Sala 165-B. Telefone: 3216- 6232.

Assessoria técnica ao relatório pelos Consultores Legislativos (2020 e 2021):

Eduardo Nozaki Cano, Fábio de Barros Correia Gomes (coordenação da assessoria), Mariza Mendes Lacerda Shaw, Rodolfo Costa Souza.

Endereço no sítio da Internet da Câmara dos Deputados:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/56a-legislatura/acoes-preventivas-coronavirus-no-brasil>.



III – SÍNTESE DAS ATIVIDADES E PRODUTOS DA COMISSÃO

Esse tópico sintetiza as 144 **atividades** (seções III.1 e III.2) e os **produtos** (seção 3.III) da Comissão.⁵

Além das reuniões de trabalho e de deliberação, as atividades incluem: três seminários e um simpósio, quatro visitas técnicas e 114 audiências públicas ou reuniões técnicas (com convidados externos, similares a audiências públicas).⁶ Nos **apêndices de I a III** são detalhadas as atividades da Comissão realizadas até dezembro de 2021, destacando-se: o título do evento, a data de realização, o seu tema, participantes convidados, conteúdo resumido e links para os endereços das páginas da Internet da Câmara dos Deputados contendo os respectivos vídeos e notas taquigráficas.⁷

Os produtos da Comissão (incluindo 12 Projetos de Lei transformados em norma, 37 Indicações e 100 ofícios) estão listados nos **anexos de II a IV**, onde também são disponibilizados os links para os endereços das páginas da Internet onde eles se encontram.

As seções seguintes sintetizam os referidos eventos, segundo os seus tipos, e os produtos da Comissão.

III.1 Eventos externos, seminários e Comissão Geral

Os eventos externos (**apêndice I**) envolveram visitas técnicas ao Ministério da Saúde e Assembleia Legislativa do RJ e um evento no

⁵ As informações sobre as atividades foram coletadas no sítio da Internet da Câmara dos Deputados, na página da Comissão e em planilha de atividades fornecida pela Secretaria da Comissão. A classificação de algumas atividades foi adaptada, de acordo com os objetivos desse relatório.

⁶ Além dos eventos organizados pela Comissão, também são referidas uma Comissão Geral da Câmara e uma audiência pública da Comissão Mista do Congresso Nacional para acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à COVID-19 (CN-COVID19) com o Tribunal de Contas da União, em que os membros da Comissão participaram. O coordenador da Comissão também representou o colegiado em reunião entre a Presidência da República e Governadores sobre a vacinação contra a COVID-19.

⁷ As mais de 20 reuniões de trabalho da Comissão abordaram aspectos da gestão da Comissão, incluindo a seleção de temas prioritários para reuniões técnicas, seleção de proposições legislativas prioritárias, e votação de requerimentos. O tema da utilização de leitos de UTI de instituições privadas foi discutido numa das reuniões e resultou na organização de um grupo de trabalho sobre o tema, para analisar as propostas mais adequadas para encaminhar a questão. Os resultados dessas reuniões refletem-se nos produtos alcançados e descritos na seção III.3.



Conselho Regional de Medicina do RJ, sobre a situação dos hospitais no Estado, além de visitas aos Institutos de Bio-Manguinhos (RJ) e Butantan (SP).

A Comissão Geral, embora não organizada pela Comissão, abordou a pandemia, contando com a presença do então ministro Mandetta, que mencionou as medidas de controle e salientou a necessidade de recursos para a saúde (**apêndice II**). Esse evento coincidiu com a caracterização da COVID-19 como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os três Seminários produzidos em conjunto com a Presidência da Câmara e sob a coordenação desta (**apêndice II**) focaram aspectos econômicos da pandemia, particularmente o retorno à atividade econômica e a continuidade da renda emergencial, sob a perspectiva da assistência social.

III.2 Audiências públicas e reuniões técnicas

Do total de 114 audiências e reuniões técnicas (detalhadas no **apêndice III**), 88 (77%) foram realizadas em 2020 e 26 (23%), em 2021. Assim, o volume de eventos realizados em 2020 representou mais que o triplo do quantitativo realizado em 2021.

Considerando que alguns dos 114 eventos trataram de mais de um tema, foram observadas 130 ocorrências de temas. A **tabela 1** apresenta a distribuição de temas abordados em 2020 e 2021. Observa-se uma predominância de temas sobre políticas de saúde (88,5%), enquanto que outras políticas representam 11,5% dos temas abordados pela Comissão.

Foram 15 eventos que abordaram **outras políticas públicas** que não a saúde (sendo que 13 ocorreram em 2020), ainda que algumas também compartilhassem temas de saúde.

Temas de interesse da assistência e previdência social incluíram: a) instituições de longa permanência para idosos (tratada em dois eventos); b) a pessoa com deficiência; c) benefício de prestação continuada e auxílio emergencial; e d) questões previdenciárias.

Direitos humanos e justiça foram abordados em eventos sobre a violência doméstica, a situação dos órfãos e a atuação do Judiciário.

A economia foi tratada em reuniões sobre a situação dos frigoríficos, o desenvolvimento da indústria nacional de saúde e planos de retomada das atividades comerciais e serviços.



A educação foi considerada em quatro reuniões sobre: retomada das atividades escolares, experiências internacionais no retorno às aulas presenciais, retomada das aulas presenciais na educação básica em 2021 e a Síndrome da Gaiola (medo de ir à escola e de sair de casa).

Tabela 1. Distribuição de temas abordados pela Comissão, por ano de realização de audiência públicas e reuniões técnicas.

Tema	Ano		Total	%
	2020	2021		
Vigilância e pesquisa em saúde	43	15	58	44,6
Atenção à saúde	37	9	46	35,4
Gestão do SUS e fiscalização	6	0	6	4,6
Recursos humanos em saúde	4	1	5	3,8
Outras políticas (que não a saúde)	13	2	15	11,5
Total	103	27	130	100,0

Os temas relacionados à saúde estiveram presentes em 114 eventos e abordaram as áreas de vigilância e pesquisa em saúde (VS), atenção à saúde (AS), gestão do SUS (GS) e recursos humanos em saúde (RH).⁸

A vigilância e pesquisa em saúde foi o tema mais abordado pela Comissão. Os 58 eventos desse tema incluíram: vigilância sanitária (vacinas, kits de laboratório, preço de medicamentos, ventiladores mecânicos), vigilância epidemiológica (panorama da pandemia no Brasil, em locais críticos e em grupos específicos da população – gestantes, crianças, idosos, quilombolas, presidiários, esportistas -, plano nacional de enfrentamento, fatores de risco – tabagismo, tuberculose -, cobertura vacinal), saúde do trabalhador de saúde,

⁸ A fiscalização e o controle na pandemia também foram debatidos com o Presidente do TCU em audiência organizada pela Comissão Mista do Congresso Nacional.



sistemas de informação em saúde, pesquisa clínica, e critérios de saúde para retomada econômica e para o retorno às aulas.

A ênfase inicial foi no debate sobre os meios para obtenção das medidas de controle da pandemia, dada a urgência da situação e o seu nível crítico, que demanda medidas que as ampliem. No período mais recente, o foco tem sido na vacinação contra a COVID-19.

A atenção à saúde foi enfatizada em **46** reuniões que abordaram a situação de hospitais universitários, o uso de meios diagnósticos radiológicos e laboratoriais, uso da telemedicina, parâmetros para leitos hospitalares (particularmente de UTI), opções terapêuticas, assistência farmacêutica, fornecimento de oxigênio, clínicas de diálise, saúde mental, assistência a grupos específicos (indígenas, crianças, idosos em Instituições de Longa Permanência, pessoas com deficiência e as com doença oncológica, renal, diabetes, obesidade, AVC e COVID de longa duração) e a situação em Estados específicos (AP, AM, MG, PR, SC, RS).

A ênfase foi na busca dos meios para agilizar o atendimento à população, em quantidade e qualidade, de equipamentos, insumos e medicamentos, o que contribuiu na solução de muitos gargalos, contudo, persistem problemas estruturais, como a dependência externa em produtos da saúde, incluindo EPIs e medicamentos, como os sedativos, que apresentaram períodos críticos de distribuição.

A gestão do SUS e a fiscalização foram objeto de **seis** reuniões, incluindo: a presença de ministros da saúde, a atuação de consórcios no SUS, o orçamento da saúde para 2021 e a utilização de tecnologia na gestão de informação em saúde.

A fiscalização e controle foram debatidas em reunião conjunta, organizada pela Comissão Mista CN-COVID19 e em sessão sobre transparência dos gastos no enfrentamento à COVID-19, no contexto do grande volume de recursos encaminhados às Unidades Federadas para o combate à pandemia.

Os dois debates com ministros da saúde⁹, Nelson Teich e Eduardo Pazuello, focaram nas medidas que pretendiam para a pasta no início de suas atividades. Com o primeiro, a ênfase foi na ampliação dos dados, para orientar as medidas de controle, e com o segundo, na divulgação transparente

⁹ O ex-ministro Mandetta foi ouvido pelos parlamentares na referida Comissão Geral da Câmara.



dos dados sobre a pandemia. O ministro Pazuello também participou em reuniões específicas relacionadas à atenção à saúde, particularmente naquelas sobre abastecimento da rede com medicamentos para UTI e sobre a vacinação contra a COVID-19.

Recursos humanos em saúde foram debatidos em **cinco** reuniões, uma com foco geral, outras na Enfermagem, nos Agentes de Saúde, na residência médica e na indenização para profissionais de saúde incapacitados pela COVID-19. A adoção de medidas protetivas dos profissionais foi destacada.

III.3 Produtos da Comissão

Até dezembro de 2021, 12 Projetos Lei priorizados pela Comissão foram transformados em lei, abordando: recursos para saúde, metas de serviços contratados pelo SUS, Benefício de Prestação Continuada, telemedicina, proibição da exportação de produtos de saúde, auxílio financeiro pela União às Santas Casas e hospitais sem fins lucrativos, autorização para importação de produtos de saúde, auxílio financeiro para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), garantias a profissionais de saúde, violência doméstica, apoio a povos indígenas e validade de receita de medicamentos (ver **anexo II**).

A Comissão também priorizou outros **41** Projetos de Lei, que foram levados ao conhecimento da Presidência da Câmara dos Deputados (ver **anexo II**).

A Comissão encaminhou **37** Indicações, predominantemente para órgãos do Governo federal, como: a Presidência da República, a Casa Civil, e Ministérios da Saúde, da Economia, da Cidadania, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e da Infraestrutura (ver **anexo III**).

Foram encaminhados **100** ofícios, com predominância para órgãos do Governo federal (como: a Casa Civil, a Secretaria de Governo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Agência Nacional de Aviação Civil, a Caixa Econômica Federal, e os Ministérios da Saúde, da Cidadania, da Defesa, da Economia, da Educação, da Infraestrutura, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e das Relações Exteriores), mas também para o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Sindicato dos Médicos do Ceará, a



Federação Brasileira de Bancos, a Embaixada da Espanha e Secretarias de Saúde (ver **anexo IV**).

Apresentação: 21/12/2022 09:37:42.190 - CEXCORVI

REL n.1/2022



IV – CONSIDERAÇÕES E TEMAS EM DESTAQUE

Esse relatório sistematiza as informações coletadas pela Comissão, oferecendo amplo acesso à sociedade, inclusive por meio de notas taquigráficas integrais, disponíveis por meio de links nesse documento.

É importante constatar os produtos obtidos, tanto na forma de leis aprovadas, quanto na de proposições priorizadas e demandas encaminhadas a órgãos do Executivo.

As dezenas de eventos organizados pela Comissão permitiram ao Legislativo, num contexto de quase um ano de restrição à realização de reuniões presenciais, prosseguir também em sua função de fiscalizar e de oferecer espaço para o debate das demandas de setores da sociedade.

A descrição das atividades permitiu identificar as áreas que receberam maior atenção da Comissão, plenamente justificadas pela enorme crise sanitária, social e econômica. A vocação sanitária da Comissão ficou evidente nos temas abordados em atenção à saúde e vigilância à saúde; contudo outras políticas públicas também foram consideradas, com destaque para a assistência social. É preciso observar que outras políticas públicas que impactam o combate à pandemia também foram abordados no Plenário da Casa, particularmente em 2021, com o retorno das reuniões presenciais.

Ficou evidente a transformação das atividades da Comissão, que de início acompanhou as medidas para evitar a pandemia em nosso País (como previsto no plano de trabalho original), mas que depois abordou as medidas para evitar a expansão, como também aquelas para lidar com os efeitos da pandemia e para melhor assistir aos brasileiros.

Dentre os produtos alcançados, destacam-se as doze novas leis priorizadas pela Comissão, que demonstram o foco na obtenção de mais recursos (financeiros, materiais - como EPIs, teste de laboratório, medicamentos e equipamentos – e tecnológicos – como a telemedicina) para fortalecer o SUS e



as instituições prestadoras de serviços, protegendo os profissionais de saúde para que pudessem responder às novas e volumosas demandas. Também indicam a busca de proteção aos idosos, povos indígenas e o combate à violência doméstica.

Os outros 49 Projetos de Lei priorizados pela Comissão e ainda em tramitação apontam para o trabalho a ser realizado para aperfeiçoar a resposta à pandemia. As 37 indicações e 100 ofícios encaminhados a diversos órgãos do Governo federal indicam a abrangência do trabalho da Comissão, fiscalizando e propondo atos ao Executivo.

As principais considerações sobre temas destacados pela Comissão são apresentadas nas seções seguintes, destacando que essa versão do relatório ainda está **aberta a contribuições dos deputados e da sociedade**,

IV.1 Resposta inicial da Comissão

As atividades da Comissão, num primeiro momento, foram direcionadas à redução de vulnerabilidades da população e à mobilização de recursos, destacando-se:

a) apoio à repatriação de brasileiros da China, Bolívia, África do Sul, Argentina, Chile e México e visita de membros da Comissão às instalações da Base Aérea de Anápolis;

b) acréscimo e ampliação de recursos para a saúde, por meio de liberação de Emendas ao Orçamento, utilização de sobras e acompanhamento da elaboração do orçamento federal;

c) acompanhamento da fiscalização da ANVISA em portos e aeroportos, com visita de membros da Comissão a várias unidades;

d) iniciativas a respeito da venda de álcool em suas diversas apresentações e em quantidades maiores - Projeto de Decreto Legislativo para sustar resolução da ANVISA, que posteriormente tomou medidas pertinentes.

e) promoção da disponibilidade de equipamentos de proteção individual, testes de laboratório, respiradores e medicamentos, por meio do acompanhamento de compra, transporte e distribuição para Unidades da Federação e encaminhamento de moções junto ao Executivo, inclusive de proibição de exportações (é necessário manter o acompanhamento de insumos, apoiar a produção, assegurar sua disponibilidade e suficiência e a pesquisa, em



especial na área de fármacos e imunobiológicos e estimular a redução da sua carga tributária);

f) demandas por ampliação da atenção básica, leitos de internação e de terapia Intensiva, sendo necessário o acompanhamento de expansão dos serviços e a defesa da manutenção de leitos acrescentados e de profissionais;

g) acompanhamento dos processos de diagnóstico - apoio à disponibilidade de insumos, equipamentos e técnicos (deve ser mantido o apoio e estimuladas a pesquisa e incorporação de novos métodos diagnósticos);

h) medidas de proteção a grupos populacionais vulneráveis, como a mulher (projetos de lei sobre proteção à mulher vítima de violência doméstica aprovados e encaminhados ao Senado Federal), a criança (apoio à avaliação do papel da criança na pandemia e a iniciativas para proteção), o idoso (iniciativas de incentivo à proteção de profissionais cuidadores e transferência de idosos sintomáticos nas Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI –; Projeto de Lei sancionado sobre maior oferta de recursos; encaminhamento de relatório sobre as ILPI ao Executivo com recomendações), profissionais de saúde (projeto de lei aprovado para garantir EPI, demandas por reforço ao contingente de profissionais de saúde em todos os níveis, com condições de trabalho satisfatórias, apoio à realização do Revalida - Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira).

IV.2 Panorama da pandemia e vigilância epidemiológica

A Comissão acompanhou a evolução da pandemia desde sua fase inicial. Até o final da Semana Epidemiológica (SE) 17 de 2022, segundo o Boletim do Ministério da Saúde,¹⁰ foram confirmados 513.543.687 casos de COVID-19 e 6.235.644 de óbitos no mundo. O Brasil é o terceiro país (após os Estados Unidos e a Índia) com o maior número absoluto de casos, 30.448.236, e o segundo no número de óbitos, (663.497, até o dia 30 de abril de 2022).

Segundo o Ministério da Saúde, a primeira notificação de um caso confirmado de COVID-19 no Brasil foi em 26 de fevereiro de 2020. A taxa de incidência acumulada é de 14.378,9 casos por 100 mil habitantes,

¹⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2022/boletim-epidemiologico-no-111-boletim-coe-coronavirus/@@download/file/Boletim%20Epidemiol%C3%B3gico%20N%C2%BA%2011%20-%20Boletim%20COE%20Coronav%C3%ADrus.pdf>.



enquanto a taxa de mortalidade acumulada é de 313,3 óbitos por 100 mil habitantes. O maior registro de notificações de casos novos em um único dia (298.408 casos) ocorreu no dia 03 de fevereiro de 2022 e de novos óbitos (4.249 óbitos) em 8 de abril de 2021.

Ao longo das semanas epidemiológicas de 2020 até a SE 17 de 2022, os casos e óbitos novos relacionados à COVID-19 se mostraram heterogêneos nas diferentes Regiões do País. O número de casos novos de COVID-19 foi de 40.673 no Sudeste, 33.869 no Sul, 12.005 no Centro-Oeste, 11.498 no Nordeste e 4.537 no Norte. O número de óbitos novos foi de 534 no Sudeste, 111 no Nordeste, 101 no Sul, 85 no Centro-Oeste e 56 no Norte.

O boletim do Ministério da Saúde também indica que de 2020 até a SE 17 de 2022, foram notificados 3.106.178 casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) hospitalizados no Brasil. Considerando os casos de SRAG por COVID-19, 60.535 (51,5%) foram no sexo masculino, e a faixa etária mais acometida foi a de 70 a 79 anos de idade, com 24.472 (20,8%)

Segundo o Ministério da Saúde, a epidemiologia do SARS-CoV-2 continua sendo caracterizada pelo domínio global da VOC Ômicron, devido à vantagem de alto crescimento sobre outras variantes, que é impulsionada principalmente pela evasão imunológica.

De acordo com o *Our World In Data* já foram aplicadas 433 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19 no Brasil, sendo que 165 milhões de pessoas estariam totalmente vacinadas (77,5% da população).

IV.3 Assistência à saúde

Em relação à assistência à saúde é preciso destacar duas situações distintas, mas interligadas: a assistência à saúde extraordinária prestada aos pacientes com COVID-19, em razão da atual pandemia, e à assistência à saúde ordinária a todas as pessoas que já necessitavam de cuidados contínuos antes mesmo do primeiro caso notificado no Brasil, e que continuarão a necessitar após o término da pandemia. São distintas porque envolvem problemas diferentes e, portanto, exigem soluções diferentes, mas são interligadas porque uma pessoa pode pertencer aos dois grupos simultaneamente (por exemplo, pacientes com diabetes que adquire COVID-19) e podem entrar em conflito em razão de necessitarem dos mesmos bens escassos (por exemplo, vagas em unidades de terapia intensiva, necessidade de medicamentos sedativos).



Em relação à assistência à saúde das pessoas que já necessitavam de cuidados antes da epidemia, os trabalhos desta Comissão Externa evidenciaram um grande impacto da continuidade desses atendimentos, muitos dos quais não poderiam ser interrompidos ou postergados sem prejuízos aos pacientes, como no caso de gestantes – principalmente aquelas com gestação de alto risco – com a interrupção ou alteração na frequência de consultas do pré-natal, pessoas com deficiências cujas terapias de habilitação e reabilitação foram suspensas, pacientes oncológicos, com doenças psiquiátricas, doença renal crônica, cardiopatias e doenças raras.

Uma das soluções discutidas durante os trabalhos desta Comissão Externa refere-se à ampliação da utilização dos recursos de telemedicina e telessaúde, matéria essa que conta com ampla discussão nesta Casa, por meio de diversos projetos de lei, e que tem se mostrado uma alternativa bastante eficiente para lidar com o problema.

Nesse sentido, houve a priorização da tramitação do PL 696/2020 (da Dep. Adriana Ventura) – transformado na Lei ordinária nº 13.989/2020 – que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus. A Câmara dos Deputados aprovou neste ano o PL 1998/20, que autoriza e conceitua a prática da telessaúde em todo o território nacional, abrangendo todas as profissões da área da saúde regulamentadas. A proposta foi enviada para a apreciação do Senado.

No caso da assistência à saúde de casos suspeitos e confirmados de COVID-19, os trabalhos desta Comissão Externa observaram diversos obstáculos à realização das políticas de enfrentamento da pandemia. Foram realizadas atividades específicas para avaliação da situação nos Estados de Amapá, Amazonas, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Um dos principais problemas levantados se refere à falta de medicamentos, principalmente medicamentos anestésicos e sedativos para intubação orotraqueal. Outros problemas levantados foram a falta de leitos hospitalares (particularmente de UTI), falta de kit para exames diagnósticos, de profissionais de saúde, de recursos financeiros e também de diversos outros medicamentos e insumos para o setor saúde.

Foram priorizadas diversas proposições para regularizar esse desabastecimento, dos quais se destacam: o PL 668/2020 (do Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.) – transformado na Lei Ordinária nº 13.993/2020 – que



dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de Coronavírus no Brasil; o PL 864/2020 (Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.) – transformado na Lei Ordinária nº 14.006/2020 – que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para que aconteça a liberação imediata do uso de materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área da saúde para auxiliar no combate à pandemia do COVID-19; o PL 2040/2020 (da Dra. Soraya Manato) – ainda em tramitação – que altera a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a divulgação diária do mapa atualizado de leitos hospitalares de unidades públicas e privadas de cada unidade da federação; a Indicação 321/2020, relativa ao aperfeiçoamento da logística de entrega de Equipamentos de Proteção Individual, testes diagnósticos e kits de UTI, bem como dos instrumentos para acompanhamento das entregas por parte das Secretarias Estaduais de Saúde; a Indicação 195/2020, sugerindo urgência na liberação de medicamentos e demais itens importados para o setor de saúde; e a Indicação 154/2020, sugerindo urgência na liberação de medicamentos e demais itens importados para o setor de saúde.

Puderam ainda participar das reuniões técnicas, tanto o ex-Ministro de Estado da Saúde Nelson Teich como o Ministro General Eduardo Pazuello.

É preciso observar que a falta de tantos recursos para assistência à saúde mostrou a grande fragilidade em que o país se encontra para lidar com situações em que haja aumento rápido e elevado da demanda por serviços de saúde e queda da oferta de materiais e insumos do qual o Brasil é dependente de produtores externos.

Urge o Brasil adotar uma política de “segurança hospitalar” para tornar o país menos vulnerável e dependente de outras nações, através do estímulo ao Complexo Industrial da Saúde, do fortalecimento do SUS e de outras medidas, como por exemplo, formação de estoques “estratégicos” de medicamentos e insumos.

IV.4 Vigilância sanitária e pesquisa clínica

No que tange aos temas relacionados aos produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária, em especial aqueles com potencial de uso efetivo contra o SARS-CoV-2, verifica-se que foram temas que ocuparam boa parte das discussões promovidas pela Comissão ao longo de seus trabalhos. As



terapias e fármacos potenciais, apresentados ainda em um momento de total desconhecimento sobre a COVID-19, o desenvolvimento célere de vacinas, a ampliação da produção de testes diagnósticos para testagem em massa e o acesso a produtos e equipamentos de saúde para suporte ventilatório, foram alguns tópicos amplamente discutidos.

Dentre os principais problemas suscitados nas reuniões realizadas pela Comissão e que envolviam a vigilância sanitária, as pesquisas clínicas e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para a COVID-19, os seguintes merecem destaque:

- Deficiência na fiscalização, logo no início da pandemia e no período do Carnaval, dos passageiros que transitavam por portos, aeroportos e fronteiras;
- Prazos muito longos para obtenção de registro de produtos para saúde, como os ventiladores pulmonares, que se tornam ainda mais longos com a colocação em exigência pela Anvisa, ocasião que suspende a contagem de tempo;
- Número baixo de testes laboratoriais para diagnóstico da doença, com falhas na detecção e isolamento de casos positivos;
- Limitação na produção de kits laboratoriais para diagnose;
- Falta de estratégia definida pelas autoridades de saúde para testagem em massa;
- Alto número de resultados falsos positivos dos testes rápidos, com dificuldade para o diagnóstico conclusivo;
- Uso de medicação off-label para a COVID-19, com consequente elevação dos riscos sanitários ante à ausência da comprovação científica da eficácia e segurança dos produtos (como ocorre com a cloroquina, hidroxiclороquina, nitazoxanida, oseltamivir, azitromicina, anticoagulantes, corticoides, antirretrovirais, dentre outros);
- Aumento de preços dos medicamentos associado a dificuldades de aquisição de produtos pelos serviços de saúde e posterior desabastecimento de diversos produtos utilizados contra a COVID-19, inclusive os de uso hospitalar. Esse problema foi bastante ressaltado em relação aos fármacos sedativos, anestésicos,



- relaxantes musculares e outros, utilizados no manejo de pacientes que necessitam intubação e uso de ventilação pulmonar mecânica;
- Fragilidade da Tabela CMED em impedir o aumento dos preços dos medicamentos em geral e, em especial os destinados no uso de pacientes com a COVID-19. Os preços tabelados não espelham a realidade do mercado, estando fixado em patamares muito superiores aos praticados no comércio, favorecendo a prática da concessão de grandes “descontos”, os quais foram retirados quando a demanda aumentou de forma súbita e intensa. Ou seja, os elevados aumentos de preços vistos ainda foram considerados legais, pois ainda estavam dentro dos limites da CMED;
 - Falta de equipamentos de suporte ventilatório;
 - Obstáculos para produção e distribuição de vacinas em virtude da burocracia para importação de produtos para pesquisa e demora na liberação da Anvisa;
 - Limite na produção da vacina, em quantidade suficiente para atender toda a demanda nos primeiros momentos;
 - Contingenciamento rotineiro de recursos para a pesquisa científica;
 - Falhas na transparência no uso dos recursos públicos direcionados ao combate à pandemia, aumento muito alto de gastos e relaxamento de regras de controle;
 - Necessidade de maior segurança jurídica na realização de pesquisas clínicas.

Atualmente, verifica-se que muitos desses problemas foram superados com as ações de enfrentamento que foram implementadas. Assim, muitos óbices detectados logo no início da pandemia foram, aos poucos, sendo eliminados, inclusive pela participação ativa deste Parlamento. Os problemas remanescentes merecem, então, a continuidade de acompanhamento para a propositura oportuna de novas medidas direcionadas a facilitar a sua superação.

Impende ressaltar, nesse contexto, a busca pela flexibilização de requisitos sanitários, tanto para o registro, quanto para a comercialização e uso de produtos úteis no tratamento dos sintomas da doença. Do mesmo modo, a simplificação de exigências para o desenvolvimento de vacinas, passando pelas questões relacionadas à pesquisa de todos esses



produtos também fizeram parte das ideias debatidas para o enfrentamento da pandemia. E essa atuação tinha como alvo não só os medicamentos, mas também insumos, equipamentos para saúde, saneantes, entre outros produtos.

O número de ventiladores pulmonares disponíveis na rede de atenção à saúde foi uma das principais preocupações da Comissão, bem como das autoridades sanitárias. Diante da alta taxa de transmissão do coronavírus, estimou-se uma elevada demanda por atenção intensiva e uso dos ventiladores nos momentos de pico da infecção. Além do envio de recomendações ao Ministério da Saúde e do requerimento de informações sobre a situação das unidades de saúde, a Câmara dos Deputados também aprovou projetos para flexibilizar regras de registro sanitário desses equipamentos (PL 2294/2020 – em análise no Senado Federal) e para fixar prazos mais exíguos de apreciação dos pedidos de registro por parte da Anvisa (PL 864/2020, transformado na Lei nº 14.006/2020).

Outra questão que merece destaque diz respeito à proibição das exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de Coronavírus no Brasil. A providência foi sugestão do PL nº 668, de 2020 (dos Deputados Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr., Carmen Zanotto e Rodrigo Coelho), transformada na Lei nº 13.993/2020, e preserva a produção nacional de diversos itens úteis no combate à doença, inclusive os ventiladores pulmonares, para uso nos serviços nacionais de saúde.

No que tange à forma de atuação da Anvisa, merece menção a Lei nº 14.006, de 2020, que teve como início o PL 864/2020, de autoria de membros da Comissão, que criou a autorização excepcional e temporária para a importação de produtos para a COVID-19 sem registro na Anvisa, desde que já autorizados por agências de renome de outros países, como o FDA e a EMA. Além dessa providência, vale salientar a fixação do prazo de 72 horas para que a Anvisa decida sobre um pedido de registro dos referidos produtos, os quais terão o pedido automaticamente acolhido caso esse período não seja respeitado.

Em relação aos testes diagnósticos, foi destacada a importância da testagem massiva da população como forma de reduzir a subnotificação e dar um melhor retrato da realidade, para permitir a atuação mais racional das autoridades de vigilância epidemiológica. Apesar de no início o número de testes ter sido considerado em patamar muito baixo, com o tempo esse número foi aumentando, com várias unidades da federação aptas a fazer testes em grandes volumes. A Fiocruz conseguiu ampliar sua capacidade de



produção de testes moleculares de 58 mil, em março, para 1,2 milhão de testes em abril e com a expectativa de atingir, nos meses subsequentes, a produção de 2,4 milhões de testes moleculares. A importação de outros tipos de testes também auxiliou na resposta mais rápida da ampliação da testagem da população.

O desenvolvimento das vacinas também foi outro assunto bastante discutido em diferentes ocasiões pela Comissão. As audiências demonstraram a existência de diversas apresentações em estágios bastante variado de desenvolvimento. A principal preocupação da Comissão, no início, envolvia a participação do Brasil nos estudos, de modo a propiciar um acesso tempestivo às doses logo após a autorização de produção.

De fato, a obtenção dos desejados primeiros lotes virou um objetivo de vários países. A Comissão verificou que o Brasil já havia estabelecido acordos para ter acesso a algumas vacinas, como foi o caso do produto em desenvolvimento na Universidade de Oxford em parceria com o laboratório AstraZeneca, o do laboratório Chinês Sinovac e o da vacina da Rússia. Posteriormente, a Comissão também acompanhou a utilização de outras vacinas, como a da Pfizer e a da Janssen. Esse conjunto de vacinas efetivamente auxiliou no alcance de um maior controle da pandemia no Brasil em 2021.

As pesquisas clínicas também foram objeto de debate na Comissão. O aspecto que mais chamou a atenção foi a insegurança jurídica que envolve esse tema, tendo em vista que sua disciplina está fundamentada em um ato normativo, uma Resolução do Conselho Nacional de Saúde. Tal óbice poderia ser eliminado com a discussão e votação do PL 7082/2017, que trata do tema e poderia dar maior força legal aos deveres e direitos de todos os partícipes envolvidos no desenvolvimento das pesquisas clínicas no Brasil.

IV.5 Fiscalização e controle

As situações emergenciais, como as que são observadas em quadros de epidemia, exigem uma certa flexibilidade gerencial e de controle, com uma maior tolerância à inobservância de determinadas formalidades. A própria legislação prevê os requisitos para a flexibilização de controles, de modo a viabilizar a atuação tempestiva da Administração Pública.

O problema, nesse contexto de urgência, é sua utilização para a prática de atos de improbidade administrativa, na expectativa de que a conduta ilícita seja relativizada em nome de um bem maior, qual seja a proteção



da saúde a qualquer preço. A ocorrência de fraudes, desvios, superfaturamento, sobrepreço, entre outros prejuízos aos cofres públicos, precisam ser investigados para a responsabilização dos infratores.

Perante essa realidade, a preocupação dos membros da Comissão se voltou para a atuação dos órgãos de controle, tanto externo, quanto internos, das polícias e do Ministério Público, no sentido de apurar: eventuais fraudes no recebimento do auxílio emergencial; o superfaturamento na compra de respiradores, equipamentos, insumos, medicamentos e outros produtos e bens para combater a pandemia; baixa qualidade dos equipamentos de proteção individual; falta de transparência nos gastos com publicidade do governo federal e propaganda; excessos no uso do cartão corporativo do Poder Executivo; e obras paralisadas.

Os debates realizados mostraram que as instâncias fiscalizadoras e de controle estão atuando de forma intensa. O Tribunal de Contas da União - TCU informou que 28 auditorias estavam em andamento. Por seu turno, o Ministério Público Federal informou que acompanhava 6.084 processos judiciais relacionados ao novo Coronavírus. A Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU) realizou ao menos 25 operações em conjunto com a Polícia Federal para investigar suspeitas de desvios em compras que envolvem R\$ 546 milhões, além da apuração de fraudes no recebimento do auxílio emergencial de R\$ 600. A imprensa também veiculou diversas notícias sobre a atuação da Polícia Civil dos Estados na apuração de desvios e fraudes.

De uma forma geral, constatou-se que as referidas instituições de controle estão atuando na apuração das responsabilidades. Muitas investigações estão em curso e devem produzir resultados. Nesse tema, recomenda-se o acompanhamento dos desdobramentos e das conclusões obtidas pelos órgãos fiscalizatórios no intuito de promover ações pontuais, caso necessárias.



V – RECOMENDAÇÕES

Seguem-se um conjunto de recomendações baseado nas informações coletadas e em questões identificadas nas várias atividades da Comissão, agrupadas conforme as áreas temáticas identificadas nessas atividades. Sugere-se que tais recomendações sejam acompanhadas por **subcomissão a ser instalada na CSSF em 2022**, considerando que a pandemia entrou em fase de maior controle, porém ainda produz efeitos sanitários.

Tal colegiado poderia verificar as normas geradas com o advento da pandemia e as proposições que não foram apreciadas, de forma a criar para o futuro um arcabouço legal mais amplo de suporte ao enfrentamento de novas emergências sanitárias.

V.1 Vigilância em saúde

a) Manter o acompanhamento das ações federais de vigilância sanitária (equipamentos de proteção individual, testes de laboratório, ventiladores mecânicos, vacinas, medicamentos – nos aspectos de qualidade, segurança e acesso), vigilância epidemiológica (medidas de controle, panorama e tendências da pandemia nas várias regiões do País, integração com a atenção primária), saúde do trabalhador de saúde, e critérios de saúde para emprego de medidas de distanciamento social (MDS);

b) Demandar ao Executivo a adoção de campanhas nacionais sobre medidas preventivas e a divulgação de orientações claras sobre critérios para as medidas de controle a serem adotadas pelos gestores de Estados e Municípios;

c) Sugerir ao Executivo o fortalecimento da vigilância epidemiológica, com ênfase no contexto das regiões de saúde, na vigilância sentinela e também na aplicação de abordagens sindrômica, laboratorial (no setor público e privado) e de inquéritos sorológicos, no uso de novas tecnologias para busca e monitoramento de casos, na vigilância genômica do novo Coronavírus, além de aperfeiçoamento dos dados de cartório, por meio da digitalização da declaração de óbito, com certificação digital e monitoramento de populações vulneráveis (trabalhadores de saúde e segurança, idosos, pessoas com deficiência, povos indígenas, pessoas em prisões);



d) Monitorar a divulgação transparente e regular de dados sobre a pandemia pelo Executivo;

e) Para o período pós-pandemia, refletir sobre a atualização das normas sobre o controle de epidemias, apoiando a tramitação de proposições legislativas em tramitação na CSSF (como o **PL 1902/2021**, que dispõe sobre a preparação, prevenção e resposta às ameaças e emergências em saúde pública e dá outras providências) e já aprovadas na CSSF (como: o **PLP nº 114, de 2020**, que fixa normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum para cuidar da saúde, relativas ao enfrentamento de calamidade pública em virtude de situação epidemiológica declarada como Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN).

V.2 Atenção à saúde

a) Manter o acompanhamento das ações federais de atenção a pessoas com COVID-19, considerando o contexto das regiões de saúde, particularmente, quanto ao monitoramento de locais em situação crítica de atendimento, ao uso de protocolos diagnósticos (inclusive laboratoriais) e terapêuticos (com base em evidências científicas) - que promovam acompanhamento precoce dos casos de COVID-19 -, ao aperfeiçoamento do processo de habilitação e de parâmetros para disponibilização de leitos hospitalares (inclusive de UTI, considerando também os equipamentos e profissionais necessários), a atenção de saúde mental, doenças crônicas e em instituições de longa permanência para idosos e ao adequado funcionamento dos hospitais universitários;

b) Sugerir ao Executivo a inclusão da atenção primária no tratamento precoce dos pacientes com COVID-19 e a adoção de medidas para reduzir dependência externa em produtos da saúde, com especial atenção para os sedativos, avaliando necessidade de importação emergencial e de cooperação com organismos internacionais para aquisição;

c) Alertar o Executivo sobre as necessidades de atenção para outras doenças, particularmente as crônicas e procedimentos eletivos, cujas demandas estão represadas e poderão ampliar-se agudamente no período pós-pandemia;



d) Solicitar ao Ministério da Saúde dados sobre a implantação do sistema de monitoramento dos leitos e do módulo do e-SUS sobre internações, a respeito de leitos ocupados e disponíveis no setor público e privado e sobre a implantação de hospitais de campanha no Brasil;

e) Promover os direitos de os pacientes contatarem parentes virtualmente durante internações;

f) Monitorar o impacto da Lei que permitiu o uso da telemedicina, tanto no setor público, quanto no privado.

V.3 Gestão do SUS

a) Manter o acompanhamento das ações de consórcios no SUS;

b) Solicitar ao Ministério da Saúde o envio regular de dados sobre os repasses às Unidades Federadas, relacionados ao combate da pandemia, com destaque para os repasses do FAEC, por tipo;

c) Debater os critérios usados pelo Ministério da Saúde em portarias para repasse de recursos para o combate da pandemia;

d) Para o pós-pandemia, debater o aperfeiçoamento do planejamento e das pactuações entre os gestores de saúde, que considerem as necessidades desde as regiões de saúde.

V.4 Recursos humanos em saúde

a) Manter o acompanhamento das ações de proteção a profissionais de saúde;

b) Solicitar informações ao Ministério da Saúde e a entidades profissionais sobre número de profissionais falecidos por COVID-19, bem como o daqueles que estão afastados e dos que se recuperaram;

c) Acompanhar ações de capacitação, incluindo em ações de atenção primária, usando meios de educação à distância, e de manejo de ventiladores mecânicos;

d) Promover homenagens aos profissionais de saúde, que estão na linha de frente do combate à pandemia.



V.5 Fiscalização e controle

- a) Acompanhar as fiscalizações realizadas pelos órgãos de fiscalização e controle;
- b) Propor ações pontuais em caso de verificar necessidade de fiscalização específica, ou aprofundamento da investigação, em determinados casos;
- c) Solicitar aos órgãos de controle e fiscalização (Tribunais de Contas, órgãos de controle interno, Denasus e Ministério Público) informações sobre os gastos relacionados aos recursos repassados para o combate à pandemia e a governança do Governo federal e das UF para utilizá-los, caso necessário.

V.6 Pesquisa

- a) Manter o acompanhamento das pesquisas relacionadas a medicamentos, terapias e vacinas, particularmente os ensaios clínicos em que o Brasil está participando;
- b) Criar um painel científico, com pesquisadores e com ex-ministros da saúde;
- c) Discutir o PL nº 7.082, de 2017, para avaliar a sugestão de prioridade à sua votação.

V.7 Outras políticas públicas

- a) Manter o acompanhamento das ações federais nas áreas de assistência social (particularmente quanto ao BPC e ao auxílio emergencial), previdência social, direitos humanos (violência doméstica, situação dos órfãos), justiça (atuação do Judiciário) economia (situação dos frigoríficos, retomada de atividades e desenvolvimento da indústria nacional de saúde) e educação.

Este é o Relatório que nos cabia elaborar.

Sala da Comissão, em ___ de maio de 2022.

DEPUTADA CARMEN ZANOTTO



RELATORA

Apresentação: 21/12/2022 09:37:42.190 - CEXCORVI

REL n.1/2022



APÊNDICES

São descritas cada uma das atividades realizadas pela Comissão.¹¹ O apêndice I aborda os eventos externos à Câmara dos Deputados. O apêndice II especifica os seminários e uma Comissão Geral da Câmara. O apêndice III apresenta as audiências públicas ou reuniões técnicas realizadas pela Comissão.

Esses apêndices indicam a data de realização do evento, os participantes convidados, o tema do evento, a área temática, e as principais informações apresentadas (entre demandas e produtos associados). Também são disponibilizados os endereços das páginas da Internet da Câmara dos Deputados, onde se encontram as notas taquigráficas (NT) integrais, bem como os vídeos de cada evento, de modo que se optou por não apresentar extensas descrições nesse relatório preliminar, mas por focar numa síntese das informações.

I. Eventos externos

01.

01.

Data	19/02/20	Área	Articulação com o MS	Vídeo	Notas taquigráficas *
Tema		Visita técnica ao MS			
Participantes		Membros da Comissão e o Secretário-Executivo João Gabbardo dos Reis			
Informações destacadas					
a) Medidas iniciais de combate à pandemia e situação da aquisição e distribuição de insumos; b) O MS está finalizando o texto de um projeto de lei para tratar de forma mais abrangente o problema de emergências sanitárias globais.					

Legendas: MS – Ministério da Saúde; * – não disponível.

02.

02.					
Data	06/03/20	Área	Articulação com UF	Vídeo	Notas taquigráficas *
Tema		Simpósio externo na Assembleia Legislativa do RJ – Alerj			
Participantes		Membros da Comissão e deputados estaduais do RJ.			
Informações destacadas					
a) Ações preventivas e de contingência para enfrentamento do coronavírus.					

¹¹ As informações sobre as atividades foram coletadas no sítio da Internet da Câmara dos Deputados, na página da COMISSÃO e por meio de planilha fornecida pela Secretaria da Comissão. A classificação de algumas atividades foram adaptadas, de acordo com os objetivos desse relatório.



Legendas: UF – Unidade Federada; RJ – Rio de Janeiro; * – não disponível.

#03.

Data	04/05/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas *
Tema	Reunião técnica sobre a situação dos hospitais no RJ.				
Participantes	Membros da Comissão e representantes do Conselho Regional de Medicina do RJ - Cremerj e do Conselho Regional de Enfermagem do RJ - Coren RJ.				
Informações destacadas					
a) Reunião realizada no Cremerj sobre a assistência hospitalar no Estado do Rio de Janeiro; b) Profissionais da saúde apontaram falta de articulação entre o MS, o Estado e Municípios; para fornecerem EPIs e coordenarem leitos; c) As UTIs públicas já estavam com 92% de capacidade ocupada e havia 1.065 mortes e 11.721 casos de Covid-19 no RJ; d) Havia situações em que médicos tinham que escolher quem iria para a UTI.					

Legenda: RJ Rio de Janeiro; * – não disponível.

04.

Data	28/07/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas *
Tema		Visita ao Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos)			
Participantes		Membros da Comissão.			
Informações destacadas					
a) A Comissão realizou visita a Bio-Manguinhos, incluindo o Centro Henrique Penna (CHP) - que produz insumos para diagnósticos e medicamentos doenças degenerativas -, o Departamento de Processamento Final (DEPFI) - onde as vacinas são transferidas para os frascos, rotuladas e embaladas - e a Central Analítica da Fiocruz, a ser inaugurada em agosto; b) Parlamentares sugeriram elaboração de medida provisória para garantir recursos (no valor de R\$ 2 bilhões) à Fiocruz para produção de vacina contra Covid-19 que está sendo desenvolvida pela Universidade de Oxford; c) Os recursos serão usados na transferência de tecnologia e na entrega de 100 milhões de doses, a serem produzidas até o primeiro trimestre de 2021; d) a Relatora informou que o custo da unidade da vacina deve ser de 10% da estimativa inicial.					

Legendas: * – não disponível.

05.

Data	25/08/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas *
Tema		Visita ao Instituto Butantan e ao IPEN			
Participantes		Membros da Comissão.			
Informações destacadas					
a) A Comissão realizou visita ao Instituto Butantan, que coordena os testes no Brasil em parceria com a empresa farmacêutica chinesa Sinovac; b) A vacina encontra-se na fase 3 de testagem e vem sendo aplicada em profissionais de saúde; c) Espera-se a produção das primeiras 45 milhões de doses da CoronaVac até dezembro; d) Serão necessários recursos para a construção					



do futuro parque produtivo da CoronaVac, caso a vacina seja considerada eficiente na fase 3; Os membros da Comissão também visitaram o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), que possui várias linhas de pesquisa relacionadas à pandemia, como a desinfecção de máscaras de proteção contra o coronavírus.

Legendas: * – não disponível.

II. Seminários e Comissão Geral

01.

Data	11/03/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Comissão Geral da Câmara sobre as ações preventivas de vigilância sanitária e possíveis consequências para o Brasil quanto ao enfrentamento do Coronavírus.				
Participantes	Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, Alexandre Rodrigues, Tayse Figueiredo, Antonio Barra Torres, Ho Yeh Li, Nísia Lima, Marcela Rodrigues, Saleh Hamdeh, Rivaldo Venâncio, Ana Maria Oliveira, Jonas Carvalho, Willames Bezerra, Jurandi Silva, Lincoln Ferreira.				
Informações destacadas					
a) Apesar de não ser uma atividade formal da Comissão, foi registrada nesse relatório, pois abordou tema de interesse direto da Comissão; b) Foi salientada a necessidade de garantia de recursos ao SUS, com apoio do Presidente Maia; c) Ministro destacou: a liberação de parte de emendas do relator do Orçamento para ações de saúde, cerca de R\$ 5 bilhões; a ampliação do atendimento no programa Saúde na Hora; a antecipação da vacinação contra a gripe; a publicação de normas sobre isolamento e quarentena; a revisão de planos de contingência; a compra de EPI e aumento de médicos na atenção básica; contratação de mil leitos de UTI; capacitação dos Estados para realizarem testes de laboratório; criação de conselho interministerial; orientação à sociedade sobre lavagem das mãos e etiqueta respiratória; preparação da rede de notificação de casos; d) Anvisa informou reforço na atuação em portos e aeroportos; e) Foram solicitadas normas legais para disciplinar atestados médicos e faltas ao trabalho, proteção aos profissionais de saúde e isolamento obrigatório de pessoas contaminadas f) A médica Ho Yeh Li destacou o êxito da operação que repatriou 58 brasileiros que estavam na China. g) A presidente da Fiocruz salientou a necessidade de transparência das informações e de fortalecimento do SUS e do conhecimento científico; h) Havia 34 casos confirmados no Brasil e a OMS declarou a pandemia naquela data, de forma tardia, segundo o Ministro; i) Manifestou-se a preocupação com o período de latência após o carnaval e com as áreas de fronteira, especialmente com a Venezuela.					



02.

Data	14/05/20	Área	Economia	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Parâmetros e Procedimentos para o Retorno da Atividade Econômica e Social pós-período de Isolamento Social devido à pandemia COVID-19.				
Participantes	Arminio Fraga (moderador), Nísia Trindade Lima, Marcia Castro e Paulo Chapchap.				
Informações destacadas					
a) Acessível ao Plenário virtual da Câmara e público em geral; b) Os participantes criticaram a falta de uma ação centralizada e de uma linguagem única no enfrentamento da crise, de uma orientação e coordenação nacional baseada nas evidências científicas; c) A partir da sustentabilidade da queda de casos, ou seja, um período sem aumento de casos por 15 dias, é possível flexibilizar o isolamento, contudo é necessário o reforço da vigilância sanitária e o próprio SUS no período seguinte; d) Por exemplo, os agentes comunitários de saúde poderiam ser mais bem utilizados (com a devida proteção e testagem) para buscar contatos de casos positivos, para orientar o isolamento; e) Também poderiam identificar idosos, indivíduos com comorbidades associadas à mortalidade por Covid, bem como mapear as áreas mais vulneráveis dadas as características locais e o padrão de desigualdade local; f) Foi sugerido que a chamada imunidade de rebanho irá demorar muito e que para a flexibilização seria preciso o fornecimento em massa de EPI, distanciamento social no trabalho e no transporte público; g) A vacina foi considerada como a saída definitiva para a pandemia de Covid-19. Sem uma vacina, após verificar uma redução sustentada dos casos, é possível flexibilizar o isolamento, mas com testagem para monitoramento de surtos localizados, entre outras medidas. h) O moderador do evento sugeriu que seria preciso aumentar o gasto público e talvez não adiante disponibilizar crédito bancário para micro e pequenas empresas, pois o recurso pode não chegar a quem precisa (as empresas muito pequenas), nesse caso, a transferência de recursos seria um assunto de política pública; i) Houve apoio a uma campanha publicitária nacional sobre o combate à pandemia.					

03.

Data	28/05/20	Área	Economia	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Retorno da Atividade Econômica pós-isolamento social.				
Participantes	Arminio Fraga (moderador), Ana Paula Vescovi, Edmar Bacha e Ilan Goldfajn.				
Informações destacadas					
a) Acessível ao Plenário virtual da Câmara e público em geral. b) A garantia de pagamento da dívida pública foi um dos temas do debate sobre o retorno da atividade econômica após a crise sanitária; c) Os participantes mencionaram medidas necessárias para recuperação da economia,					



como: votação das reformas estruturais; manutenção da carga tributária; prevenção de crises bancárias; focalização de programas sociais; cumprimento do teto de gastos; reajuste do mínimo pela inflação; privatização da Eletrobrás; renegociação de R\$ 450 bilhões em títulos que estão vencendo até o final do ano; valorização de programas sociais; auxílio a pequenas empresas d) Os gastos com as ações de combate à pandemia no Brasil estão em torno de 5,8% do PIB, enquanto a média dos emergentes seria de 3%; e) O adequado combate ao vírus seria a forma mais eficaz de reiniciar a atividade econômica; f) O Presidente da Câmara sugeriu que a reforma administrativa seria a principal medida a ser enfrentada para retomada da economia após pandemia; e que a prorrogação do auxílio emergencial é quase um consenso.

04.

Data	10/06/20	Área	Assistência social	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Renda Emergencial e Desafios da Seguridade Social.			
Participantes		Paola Carvalho (moderadora), Marcelo Reis Garcia, Martim Cavalcanti, Monica de Bolle, Rogério Barbosa; e Tereza Campello.			
Informações destacadas					
a) Acessível ao Plenário virtual da Câmara e público em geral; b) O benefício emergencial de R\$ 600 foi criado como instrumento de enfrentamento da crise associada à COVID-19 e, considerando que a crise sanitária persiste, o evento debateu a importância de sua prorrogação; c) Foi considerado relevante o Brasil dispor de um cadastro capaz de atender a população com rapidez, mas também a oportunidade de debater sobre o aprimoramento do sistema de seguridade social instituído pela Constituição de 1988; d) Economistas e assistentes sociais, participantes do seminário, defenderam a prorrogação da renda emergencial até o final do ano, contudo ainda não se sabia se o seu valor atual persistiria; e) O Presidente da Casa, Rodrigo Maia informou que o debate deve avançar, de acordo com a capacidade de financiamento do Estado brasileiro, até a instituição de um programa permanente, sem gerar perda de controle da dívida pública; f) Foi mencionado que a prorrogação do programa até dezembro adicionaria quatro pontos percentuais de dívida pública, em um cenário que já é de ascensão dessa dívida; g) Considerando que a recuperação e a retomada econômica do Brasil seria lenta e que muitas pessoas ficariam desassistidas, foi sugerida a adoção de um programa de renda mínima, até como direito de cidadania e até com o suporte de uma contribuição social emergencial sobre altas rendas (que arrecadaria R\$ 142 bilhões); h) O secretário-executivo adjunto do Ministério da Cidadania mencionou a preocupação com as pessoas e também com a questão fiscal, lembrando que os mais afetados por um desequilíbrio fiscal são os mais vulneráveis; i) Observou que ocorreram erros na distribuição do auxílio, em razão de o sistema ter sido implantado rapidamente, pois em menos de 60 dias foram analisados mais de 120 milhões de CPFs e mais de 60 milhões de pessoas estavam recebendo o auxílio emergencial; j) Medidas estão sendo adotadas para corrigir os erros, como um contrato com os Correios para que as pessoas que não					



têm acesso à internet possam se cadastrar por outros meios; k) Outros participantes do seminário criticaram o governo por não conhecer o número de trabalhadores informais antes da atual crise.

III. Reuniões técnicas e audiências

01.

Data	04/03/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Ações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.			
Participantes		Convidado: Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Anvisa, Viviane Marques, Magda Costa.			
Informações destacadas					
a) Também foi reunião deliberativa em que foram aprovados 8 requerimentos; b) Abordadas ações de controle da pandemia; c) Anvisa informou que os protocolos para prevenção ao coronavírus estavam sendo seguidos em portos, aeroportos e fronteiras; d) Na época havia três casos confirmados de infecção pelo Coronavírus; e) Houve questionamentos sobre a fiscalização de passageiros que chegavam em portos e aeroportos, especialmente em época de Carnaval (Parlamentares realizaram visitas nesse sentido).					

02.

Data	18/03/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Medidas de combate e prevenção.				
Participantes	Convidados: Gúbio Soares Campos, Ho Yeh Li, Ester Sabino, Jaqueline Goes de Jesus, Alexandre Otávio Chieppe; Breno Monteiro, Gustavo Campana, Marco Aurélio Ferreira e Leonardo Barberes.				
Informações destacadas					
a) Inaugurou as sessões virtuais da Comissão; b) Foi sugerido: adoção de medidas para reduzir a mobilidade interna (como fechamento de comércio e controle de vôos nacionais que partem em locais mais afetados); a massificação de testes laboratoriais e isolamento dos infectados; mais recursos para contratação de profissionais; a incorporação de novas tecnologias no SUS, como a oxigenação extracorpórea; liberação do atestado eletrônico para trabalhadores (PL 702/20); c) Foi recomendado, entre outros: a regulamentação da telemedicina durante a pandemia (PL 696/20); o tabelamento de itens essenciais (que seria objeto de PL); participação no comitê de crise criado por decreto presidencial; a contratação de pessoal para Anvisa reforçar a atuação em aeroportos; a distribuição de máscaras e álcool gel.					

03.

Data	07/04/20	Área	Assist. social / Vigilância em	Vídeo	Notas taquigráficas
------	----------	------	--------------------------------	-----------------------	-------------------------------------



			saúde / Atenção à saúde		
Tema		Instituições de longa permanência para idosos.			
Participantes		Convidados: Yeda Duarte, Rogério Rabelo, Elizabete Bonavigo, Leonardo Milhomem, Danyel Lório de Lima, Antônio Costa.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Especialistas solicitaram transferência imediata de idosos com sintomas para hospitais e um protocolo para garantir o atendimento, em hospitais, de residentes infectados e para prevenir a disseminação do vírus entre esses idosos; c) Governo aguardava crédito suplementar; d) O Brasil tem cadastradas mais de 74 mil vagas para idosos em instituições ligadas ao Sistema Único de Assistência Social (Suas) e cerca de 63 mil estão ocupadas e) De quase 1,5 mil ILPIs cadastradas pelo governo, mais de 800 não recebem nenhum benefício nem participam de convênio. Foram solicitadas emendas parlamentares para o setor; f) Há necessidade de revisão da Política Nacional do Idoso e de monitoramento ativo das ILPI pelo sistema de saúde, Vigilância Sanitária e Ministério Público, além de fortalecer o SUS e SUAS municipais; g) Parlamentares apoiaram a permanência do Ministro Mandetta.					

04.

Data	14/04/20	Área	Assist. social/Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Pessoa com deficiência.				
Participantes	Convidados: Mara Gabrielli, Izabel de Loureiro Maior, Mariana Neris, Rafael Bernardon, Marco Antônio Castilho Carneiro, Rodrigo Machado, Ângelo Roberto Gonçalves.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi sugerido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) que pessoa com deficiência integre grupo de risco da COVID-19; b) Secretária de Assistência Social do Ministério da Cidadania anunciou medida provisória destinando R\$ 2 bilhões ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de facilitação de acesso ao BPC; c) Relatora defendeu liberação de recursos de Fundo do Idoso e da Assistência Social para aquisição de EPI para profissionais do setor.					

05.

Data	22/04/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Opções terapêuticas para a COVID-19.			
Participantes		Convidados: Estevão Nunes, Mauro Luiz Ribeiro, Denizar Vianna, Margareth Dalcolmo, Esper Kallas, Luís Vicente Rizzo.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Especialistas testam vários tratamentos, como o que usa plasma, e medicamentos contra a Covid-19, como a cloroquina, mas CFM alertou que ainda não havia comprovação da eficácia, então o uso dependeria de decisão individual de médicos (na época, o protocolo do governo era para uso hospitalar em pacientes graves); c) Foi recomendada a					



despolitização da COVID-19 e atenção para a saúde mental de pacientes e profissionais; d) Especialistas esperam vacina só daqui a dois anos; e) Chamou-se a atenção para o fato de que, no Brasil, é observada alta incidência em faixas etárias mais jovens, vulnerabilidade de áreas com grande adensamento populacional e baixo acesso ao saneamento; f) Há necessidade de realização de estudos para responder às demandas de saúde; g) Há pressão por leitos de UTI, com permanência prolongada; h) Nesta data o Presidente Bolsonaro vetou integralmente o PL 702/20, que libera o trabalhador infectado por coronavírus, durante períodos de quarentena, de apresentar atestado médico para justificar a falta ao trabalho durante os primeiros sete dias.

06.

Data	23/04/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Situação do Amazonas.				
Participantes	Convidados: Governador Wilson Lima, Prefeito Arthur Virgílio Neto, Simone Papaiz, Marcelo Magaldi, Fernanda Hamze.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) parlamentares demandaram a liberação imediata de recursos previstos em emendas individuais e de bancada para a área da saúde do Estado do Amazonas, a fim de serem usados para garantir respiradores, tomógrafos, medicamentos, equipamentos de proteção individual (EPIs) e profissionais de saúde; c) Com quase 2.500 casos de COVID-19, a taxa de ocupação de leitos estava acima de 95% e havia grande dificuldade de implementar medidas de isolamento social; d) A rede de saúde encontrava-se desorganizada antes da pandemia; e) Os leitos de UTI estavam todos concentrados na capital e estavam surgindo casos no interior do estado; f) Há o desafio de populações indígenas, povos tradicionais e ribeirinhos; g) Foi demandado medicamentos para outras doenças, como o Tamiflu, para tratar infecções por H1N1; h) Comentou-se a instabilidade gerada pela troca de comando na Pasta da Saúde; i) Foi ressaltada a importância de equipes de saúde enviadas pelo Ministério para montar fluxos, protocolos e procedimentos e do apoio da iniciativa privada; j) O MS informou que foram enviados 45 respiradores, profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros e fisioterapeutas, além da liberação de R\$ 1.600,00, para cada leito de UTI, e do uso de tele-UTIs, para auxiliar o manejo de pacientes à distância.					

07.

Data	23/04/20	Área	Assistência social	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		BPC e auxílio emergencial.			
Participantes		Convidado: Martim Cavalcanti, Tatiana de Oliveira, Marcelo Neri, Eldilene da Silva.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Parlamentares criticaram a demora do governo federal em enviar o auxílio emergencial de R\$ 600 para os beneficiários, estabelecido pela Lei 13.982/20; c) Nota do					



Ministério da Cidadania informou que, devido ao grande número de trabalhadores informais cadastrados, os R\$ 32,7 bilhões previstos para a primeira parcela já praticamente acabaram, com ainda outros 12 milhões de cadastros a serem avaliados. O governo federal já havia repassado R\$ 31,6 bilhões, beneficiando 71 milhões de pessoas; d) A Caixa informou que 15% da população brasileira haviam recebido o benefício emergencial e que foram 13 milhões de contas abertas; e) A inscrição para receber o benefício ficará aberta até 2 de julho e quem se inscrever terá direito às três parcelas do auxílio, independente de quando receber o primeiro pagamento; f) ainda há problemas com pessoas que tiveram o BPC suspenso ou Bolsa Família bloqueado antes do início da pandemia, de modo que haveria necessidade de novos critérios para atender esse público.

08.

Data	29/04/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Situação dos equipamentos de proteção individual (EPI).			
Participantes		Convidados: Jurandir Frutuoso, Willames Freire, Antônio Elcio Franco Filho, Diogo Leite Sampaio, Gustavo Leipnitz Ene, Márcio Bósio.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Secretários de saúde disseram que governo não enviou equipamentos de proteção suficientes aos estados, por exemplo, seriam necessárias 15,9 milhões máscaras de proteção respiratórias, mas 1,2 milhão foram enviadas; c) Os recursos enviados pelo ministério aos estados até agora foram absorvidos, sobretudo para a expansão da rede, pois o SUS estava desestruturado, pela falta de investimento ao longo dos últimos anos; d) O Governo repassou R\$ 5 bilhões para os estados, mas os recursos são também para a reorganização das redes de saúde; e) mais de 6 mil profissionais de saúde já foram contaminados; f) O Brasil hoje não tem capacidade de produzir equipamentos básicos, como máscaras, e existe uma dificuldade de compra dos produtos do mercado internacional; g) Os municípios esperam que governo federal utilize seu maior poder de compra para importar os produtos e realizar sua distribuição; h) O MS evitou enviar recursos carimbados para determinados fins e em relação à distribuição de EPIs, insumos, respiradores e vacinas pelo MS, o material foi enviado para as secretarias estaduais de saúde, para que coordenassem a distribuição de materiais aos municípios; i) O MS estuda implementar a utilização de hotéis por profissionais de saúde contaminados, para que não retornem às suas casas pelo período necessário, mas ainda não havia data prevista para o início da ação; j) A Relatora solicitou prioridade às regiões com situação mais crítica, como o Amazonas. O deputado Delegado Pablo (PSL-AM) pediu que fosse criada subComissão para tratar especificamente da situação do estado; k) O PL 1409/20 foi priorizado para garantir a saúde dos profissionais. l) Há “desincentivo” para a produção de artigos médicos no País, pela carga tributária e por problemas de financiamento (por exemplo, o BNDES e Banco do Brasil têm					



demorado mais de 30 dias para analisar pedido de fábrica de luva).

09.

Data	30/04/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Parâmetros para leitos hospitalares.				
Participantes	Convidados: Ana Lacerda, Adriano Massuda, Samy Dana				

Informações destacadas

a) Reunião virtual; b) Parlamentares solicitaram ao MS informações atualizadas sobre leitos para Covid-19; c) Relatora propôs um grupo de trabalho para debater o assunto com representantes do ministério e dos conselhos estaduais e municipais de saúde, pois a ampliação de leitos hospitalares por meio de hospitais de campanha ou da aquisição de leitos em hospitais privados precisa partir de um parâmetro que balize o custo dessas ações; d) Desde abril, uma portaria do governo federal já obriga hospitais das redes pública e privada a repassarem diariamente ao Ministério da Saúde o número de internações por casos confirmados ou suspeitos de Covid-19, assim como o número de altas e a quantidade de leitos clínicos e de UTI exclusivos para o tratamento da doença. O descumprimento, segundo a portaria, pode acarretar pena de advertência, multa, interdição e até cancelamento do alvará de licenciamento; e) MS informou que: o sistema de registro obrigatório ainda tem poucos dados, pois só iniciou na semana anterior; que optou por receber as informações dos hospitais; que 500 mil profissionais de saúde foram cadastrados por meio do programa Brasil Conta Comigo, possibilitando a contratação por estados e municípios; e dificuldades com fornecedores para compra de kits de UTI; f) Foi sugerida colaboração entre os entes federados para viabilizar leitos e a criação de fila única para o acesso a leitos de UTI em hospitais públicos e privados; g) A projeção de cenários de evolução da pandemia estava dificultada pela carência de dados ausência de dados atualizados sobre a pandemia no País; h) O modelo apresentado por Samy Dana(FGV) considerava o número de mortes por Covid-19 confirmadas, a faixa etária da população e o número de leitos por habitante, e não o número de infectados, como faz o modelo estatístico do Imperial College of London; O modelo apresentado por Massuda utiliza a oferta e ocupação de leitos, além de equipamentos disponíveis por região e considera a série histórica de ocorrências da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

10.

Data	30/04/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Situação do Amapá.				
Participantes	Convidados: Dorinaldo Malafaia, João Bittencourt da Silva, Eduardo Monteiro de Jesus,				

Informações destacadas

a) Reunião virtual; b) Autoridades locais indicaram que saúde pode entrar em colapso no AP nas próximas semanas, o qual apresentava a maior proporção de infectados por habitantes no País e



contava com 1.080 casos de Covid-19 confirmados e 34 mortes; c) Parlamentares solicitaram a liberação de recursos de emendas para saúde na região; d) O Amapá possuía 49 leitos de UTI destinados à Covid-19, mas as grandes dificuldades eram o abastecimento de medicamentos (num estado com poucos voos) e a carência de profissionais da saúde, particularmente de médicos intensivistas; e) Foi mencionado que a saúde do AP já enfrentava dificuldades, que foram agravadas e que o isolamento social é dificultado no contexto em que muitas famílias numerosas convivem em espaços pequenos; f) Foi solicitado que o Senado aprove a ajuda financeira da União a estados, Distrito Federal e municípios, para compensar a queda de arrecadação do ICMS e do ISS em razão da pandemia (PLP 149/19, já aprovado pela Câmara).

11.

Data	05/05/20	Área	Assist. social / Atenção à saúde / Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Instituições de longa permanência para idosos.			
Participantes		Convidados: Karla Giacomini, Mariana Neris, Antonio Costa.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Comissão encaminhará ao Executivo relatório técnico proposto pela Frente Nacional de Fortalecimento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), que aborda temas como prevenção, detecção precoce da doença, isolamento de sintomáticos, internação hospitalar e orientação em caso de óbito; c) adicionalmente, foi recomendado: o controle periódico da temperatura e da saturação do oxigênio no sangue dos idosos (e se necessário, a realização de tomografia pulmonar), uma vez que o resultado de um teste laboratorial de Covid-19 pode demorar e que os testes rápidos muitas vezes apontam falsos negativos; o controle da condição de saúde dos cuidadores; d) Foi apontada a escassez de recursos para as ILPIs e enfatizado apoio ao PL 1888/20, que obriga a União a destinar às ILPIs auxílio financeiro emergencial de até R\$ 160 milhões; e) O Ministério da Cidadania reconheceu que os recursos estão defasados, mas que o auxílio emergencial de R\$ 600 ajuda também famílias com idosos e a Medida Provisória 953/20, destina crédito extraordinário de R\$ 2,55 bilhões ao Sistema Único de Assistência Social (Suas); f) O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos informou que já a partir da próxima semana 500 ILPIs seriam atendidas na proteção de profissionais de saúde e que uma parceria com a Fundação Banco do Brasil atenderá 225 entidades que não recebem recurso.					

12.

Data	06/05/20	Área	Atenção à saúde / Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Testes de diagnóstico.				
Participantes	Convidados: Marco Krieger, Rivaldo Venâncio da Cunha, Wilson Shcolnik,				



	Alessandro Pasqualotto.
Informações destacadas	
a) Reunião virtual; b) Foi proposta a ampliação da testagem da população para combater Covid-19; c) Os testes moleculares (ou RT-PCR) possibilitam a detecção do vírus já nos primeiros dias da doença, já os testes rápidos (sorológicos) detectam anticorpos, logo demoram mais para tornarem-se positivos; d) A Fiocruz ampliou a capacidade de produção de testes moleculares de 58 mil, em março, para 1,2 milhão de testes em abril e para maio, a expectativa era da produção de 2,4 milhões de testes moleculares; e) Porém, superada a dificuldade de ampliar a capacidade de produção - com a possibilidade de realizar 10 mil testes por dia no Brasil -, há outros gargalos, como: formulação de estratégia para a testagem da população, apontando grupos prioritários; desenvolvimento de sistemas de coleta e logística para que as amostras cheguem às centrais da Fiocruz de análise dos testes; processamento das amostras tanto em laboratórios públicos quanto privados; risco de infecção dos trabalhadores com necessidade de contratação de muita mão de obra especializada; exigência "legal" de que a amostra venha acompanhada do CPF do paciente (a maior parte da população não tem carteira de motorista com CPF e não acessa o número quando está grave); f) A Relatora indicou necessidade de descentralização das unidades de análise dos testes e sugeriu o aproveitamento da capacidade de universidades e hemocentros; Foi recomendada testagem em áreas de alta concentração demográfica, e dos profissionais de enfermagem (mais trabalhadores da área - 73 - já morreram no País do que na Espanha e na Itália juntas; g) Em torno de 15 laboratórios privados também realizam testes moleculares, numa média entre 20 a 25 mil exames por dia, entretanto, há gargalo no compartilhamento de informações com as secretarias de saúde; h) Laboratórios iniciaram contato com o Datasus para enviar dados para as redes de saúde, mas o processo não está finalizado, logo dados dos laboratórios privados não fazem parte das estatísticas oficiais; i) Os resultados falsos negativos dos testes rápidos podem levar pessoas a voltar a circular e infectar outras (colher o sangue muito cedo é o problema no caso desses testes, apenas depois de duas semanas a coleta seria mais eficiente).	

13.

Data	07/05/20	Área	Articulação com o MS	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Reunião Técnica com o Ministro da Saúde			
Participantes		Ministro da Saúde, Nelson Teich			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O Ministro da Saúde defendeu não politizar isolamento social no Brasil e que estados e municípios devem definir o grau de isolamento a ser adotado conforme a gravidade da pandemia em cada local; b) Defendeu o fortalecimento do SUS como prioridade absoluta; Naquele momento, havia mais de 8,6 mil óbitos pela COVID-19; c) Salientou medidas de: antecipação da vacinação contra a gripe; ampliação no número de testes distribuídos, com					



a previsão total de 46 milhões até setembro; entrega de 487 respiradores artificiais e a pretensão de produzir nacionalmente 14,1 mil até julho, uma vez que existe dificuldade em importar; e negociação precoce com um possível produtor de vacina contra o Coronavírus; habilitação de 3.236 leitos de UTI; distribuição de 82,6 milhões de EPIs para profissionais da saúde; cadastramento de mais de 900 mil profissionais da área de saúde e de 100 mil estudantes; repasse de R\$ 5,2 bilhões de reais pelo governo federal para o combate da doença e pagamento de emendas parlamentares; d) Reconheceu dificuldades na entrega de materiais e equipamentos; e) Anunciou que faria visitas a Estados e que poderia ser acompanhado por parlamentares.

14.

Data	12/05/20	Área	Recursos humanos em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Enfermagem			
Participantes		Convidados: Manoel Neri, Francisca Valda da Silva, Shirley Morales, Wanderson Kleber de Oliveira.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) A Comissão prestou homenagem aos profissionais de enfermagem no dia internacional da enfermagem; b) Brasil registrava 98 mortes de profissionais de enfermagem por COVID-19, com mais de 13 mil profissionais contaminados; c) Os profissionais queixaram-se da falta de condições de trabalho e a oferta de serviços inseguros para a população durante a pandemia, devido à falta de respiradores, insumos médicos e EPI; d) Foram apresentadas demandas profissionais.					

15.

Data	12/05/20	Área	Direitos humanos	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Mulher, Violência Doméstica.				
Participantes	Convidados: Fernando César Ferreira, Thiago Pierobom, Cristiane Britto, Major Denice Santiago.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Crescem denúncias de violência doméstica durante pandemia; c) A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos informou que as denúncias cresceram em média 14% até abril deste ano em relação ao mesmo período do ano passado e que uma parte dos casos se refere à violência contra a mulher; d) O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos lançou um aplicativo para denúncias no celular chamado de Direitos Humanos Brasil, e, em breve, o serviço 180 também poderá ser acionado pelo WhatsApp; e) No DF houve um movimento inverso nos registros criminais, com queda de quase 28%, talvez devido à dificuldade de sair de casa na pandemia, mas desde abril é possível fazer esse tipo de boletim de ocorrência pela internet ou telefone no DF; f) Autoridades alertam para a interrupção de audiências judiciais durante o isolamento social e que prisões de agressores podem cair por falta desse instrumento;					



g) Foram mencionados conflitos devido ao pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600; h) Foi mencionado o PL 2013/20, que prevê a saída imediata do agressor da residência em caso de violência doméstica.

16.

Data	13/05/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Inteligência artificial.				
Participantes	Convidados: Ademar José de Oliveira Paes Jr., Jaime Leonel de Paula Jr., Geovani Machado.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foram apresentadas experiências adotadas em Santa Catarina de uso de inteligência artificial no combate à pandemia de Covid-19, que informam sobre leitos de UTI e respiradores disponíveis, facilitando remanejamentos de equipamentos; c) Foi sugerido maior uso da inteligência artificial e uma conexão de hospitais públicos e particulares de todo o Brasil; d) O Coordenador da Comissão indicou que o Brasil precisa de um painel de leitos públicos e privados de forma urgente, de preferência, com dados coletados das secretarias estaduais e não diretamente de hospitais.					

17.

Data	19/05/20	Área	Previdência social	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Previdência			
Participantes		Convidados: Adriane Bramante, Naron Nogueira, Leonardo Rolim.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foram discutidas a aposentadoria especial para trabalhadores da saúde, a pensão de 100% para familiares de profissionais mortos por Covid-19 e o fim da carência de 12 meses para concessão de auxílio-doença; c) Tramita o PLP 53/20, que concede aposentadoria aos 55 anos para mulheres e 58 para homens com exposição a agentes biológicos e cancerígenos prejudiciais à saúde por pelo menos 25 anos; d) Foi levantada a questão de que novas regras não resultem em aposentadorias precoces e de que é preciso separar a situação específica da pandemia da situação permanente; e) Relatora mencionou que já foram contabilizados mais de 120 óbitos de enfermeiros por COVID-19 no Brasil; f) Foi proposta revisão de regras sobre acidente de trabalho para trabalhadores da saúde, para o contexto decorrente da pandemia, por exemplo nos cálculos de pensões por morte; g) O INSS informou que desde o início da pandemia foram apresentados 541 mil pedidos de auxílio-doença, dos quais cerca de 220 mil tiveram a análise concluída, sendo 75 mil pedidos, 105 mil indeferidos e mais de 39 mil não tiveram atestados médicos incluídos no pedido; h) Ainda que sem perícia nos trabalhadores que requerem auxílio-doença, o INSS permitiu a antecipação de um salário mínimo para os segurados, por meio da apresentação de atestado; i) O INSS suspendeu o atendimento					



presencial, pois 80% do público é considerado de risco, mas continuou atendendo por meio do teletrabalho; j) Em abril houve o maior volume de concessão de benefícios desde outubro de 2019, mês anterior à promulgação da Reforma da Previdência”; k) Foi informado que mais de 1 milhão de pessoas aguardam por mais de 45 dias (o prazo legal) para o deferimento de um benefício previdenciário, de modo que há uma “fila virtual”; l) Foram citadas iniciativas na área previdenciária para garantir a manutenção da renda do brasileiro na pandemia, como: a antecipação do abono anual dos aposentados e pensionistas do INSS (com a primeira parcela paga em abril e a segunda, em maio. R\$ 47 bilhões de recursos foram injetados na economia); a possibilidade de antecipação de um salário mínimo para segurados que buscam auxílio-doença, por meio da apresentação do atestado médico, e de R\$ 600 para pessoas com deficiência que fizerem pedido de recebimento do BPC, devido à dificuldade de realização de perícias; m) Servidores aposentados e militares inativos serão contratados para auxiliar nos atendimentos da Previdência.

18.

Data	19/05/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Cenário Regulatório de Kit Diagnóstico e Ventiladores.				
Participantes	Convidados: Antonio Barra Torres, Leandro Pereira,				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O Diretor-presidente da Anvisa informou que estava com a COVID-19 e cumprindo isolamento; c) Antes da pandemia já existiam no País 96 ventiladores pulmonares registrados na Anvisa, mas após o número de pedidos de registro aumentou (dos 24 protocolados, 19 foram aprovados, 4 aguardam o cumprimento de exigências pelo fabricante e 1 ainda está sob análise); d) A Anvisa recebeu 362 pedidos de registro de testes para a COVID-19 (90 aprovados e 57 já reprovados); e) A Anvisa tem recebido comunicações constantes do FDA (agência reguladora americana) e da agência europeia informando que determinados produtos já aprovados tiveram que ter sua aprovação revista, o que caracteriza um processo delicado, minucioso e dinâmico; f) Parlamentares reconheceram agilidade da Anvisa, mas questionam qualidade de registros; g) A Anvisa reviu resoluções para reduzir o tempo de aprovação dos registros e permitir a importação de ventiladores pulmonares usados; h) A Relatora observou que, ao revisar algumas normas, a Anvisa vem estimulando a indústria nacional; i) A análise do registro de máscaras do tipo N95, usada em hospitais, tem levado em média 2 dias, a de ventiladores pulmonares, em média, 7 dias, e os registros de testes para diagnóstico, em média, 15 dias; j) A Anvisa assegurou que o controle pós-mercado é rigoroso; k) Houve indicação de que alguns regulamentos adotados possam continuar em vigor após a pandemia; l) Registra-se que a reunião ocorreu já após a demissão do Ministro Teich, que ocorreu em 15/05/20).					

19.



Data	20/05/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Panorama da pandemia				
Participantes	Convidados: Wanderson de Oliveira, Natália Taschner, Leonardo Vilela, Fábio Guedes Gomes.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Parlamentares criticaram decisão do governo sobre cloroquina, divulgada no mesmo dia, a qual seguiria uma autorização do Conselho Federal de Medicina (o Ministério da Saúde recomendou a cloroquina e a hidroxicloroquina para tratamento de todas as fases da COVID-19, mediante assinatura pelo paciente de um termo de consentimento); contudo, mesmo sem a recomendação, a decisão sobre uso do medicamento seria do médico em conjunto com o paciente; c) O Governo informou que estão faltando equipamentos para a coleta de material biológico para os testes de Covid-19; d) Foi indicado que casos estariam aumentando na BA, RS, DF, SC e SE; O MS recomendou que os Estados estruturem mais unidades de vigilância epidemiológica do tipo sentinela (havia 238 no País, mas deveriam ser 500), envolvendo a ação dos agentes comunitários de saúde, com objetivo de monitorar o aparecimento de sintomas e de atuação agir preventiva; e) O monitoramento de contatos foi indicado como ação relevante no países que obtiveram maior sucesso no controle da COVID-19 (o que seria uma atribuição da atenção primária e da vigilância), de modo que investir em UTI, em respiradores, não será suficiente; f) É relevante prevenir nos municípios pequenos, para que não enviem pacientes graves para os grandes centros; g) As unidades sentinela poderão indicar qual tipo de vírus vai estar circulando em determinada região, indicando se a vacina mais apropriada para o local será a do hemisfério Norte ou a do hemisfério Sul, como já acontece com a vacina contra a gripe Influenza; h) Foi indicada necessidade de uma otimização da capacidade pública e privada, quanto aos leitos de UTI, bem como atenção aos mapas de contágio da Região Nordeste, que mostram uma disseminação da doença em torno das principais rodovias de ligação municipais e interestaduais, o que poderia orientar medidas de bloqueio do vírus; i) A produção em massa de uma vacina contra a COVID-19 não aconteceria em prazo menor que dois anos e seriam necessárias pelo menos 80 milhões de doses, que é a produção atual para a vacina da influenza; j) Havia mais de 90 pesquisas sobre vacinas no mundo, mas demandam tempo para pesquisa; k) Os falsos positivos dos testes rápidos chegam a 15%, o que descarta o seu uso para diagnóstico, para tanto, existem os testes moleculares que estão sendo usados por pessoas com sintomas e internados.					

20.

Data	20/05/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Hospitais Universitários.				
Participantes	Convidados: Oswaldo de Jesus Ferreira, Eduardo Chaves Vieira, Regina Feio, Carlos Augusto Alencar e Tarcísio Rivello, Júlio Mário de Melo e Lima, Sérgio Luis Teixeira de Aquino.				



Informações destacadas
a) Reunião virtual; b) A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao Ministério da Educação, é responsável pela gestão de hospitais universitários em 23 estados brasileiros e, em 2019, as unidades incorporadas realizaram 350 mil internações, 168 mil cirurgias hospitalares e 23,5 milhões de consultas e exames; c) Os 40 hospitais universitários incorporados pela disponibilizaram 1.722 leitos para o tratamento da COVID-19, sendo 1.114 de enfermagem e 608 de UTI; d) Foram comprados 21,8 milhões de itens para o enfrentamento da doença, no valor de R\$ 133,36 milhões, e abertas 6.381 vagas temporárias para médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e profissionais de infraestrutura, como arquitetos e engenheiros; e) Foram relatadas dificuldades na aquisição de EPIs e de respiradores; f) Alguns hospitais vêm atuando na linha de frente do combate à pandemia, quando se esperava que atuassem na retaguarda, mas também atuam como referência no combate à doença e no treinamento de profissionais de saúde, além da pesquisa e ensino; g) Foi sugerido o fortalecimento da indústria médica nacional, para que o Brasil não dependa do exterior.

21.

Data	21/05/20	Área	Recursos humanos em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Recursos Humanos em Saúde.			
Participantes		Convidados: Tiago Campos, Mayra Pinheiro.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) A decisão do Consórcio dos Governadores do Nordeste de contratar temporariamente médicos brasileiros formados no exterior para atuar no combate à COVID-19 foi debatida; c) A Bahia criou a Brigada Especial de Saúde, por meio de decreto de 28 de abril, o qual inclui estudantes de graduação na área de saúde do último ano e médicos brasileiros formados no exterior inscritos em programas de revalidação de diplomas, atuando sob supervisão de outros profissionais na Atenção Básica de Saúde; d) O decreto também institui diretrizes gerais para que as universidades públicas da região promovam os programas de revalidação dos diplomas (o Maranhão lançou tal programa, com 5 mil médicos brasileiros formados no exterior inscritos); e) A última prova do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida) ocorreu em 2017, e há no Brasil 15 mil médicos formados no exterior que não podem atuar; f) Foi demandado edital para o novo Revalida, pois o ministro da Educação anunciou no dia 14 de maio que a primeira fase do Revalida será aplicada em 11 de outubro, mas o edital não havia sido publicado ainda; g) Com a criação da brigada, a meta é chegar a 2,8 médicos por mil habitantes para complementar as equipes de Atenção Básica; h) O MS informou que o programa Brasil Conta Comigo possui um banco de dados com 418 mil profissionais cadastrados dispostos a atuar imediatamente no combate ao coronavírus no País, incluindo médicos, fisioterapeutas, biomédicos e enfermeiros, de modo que não concordou com a iniciativa dos governadores do Nordeste; i) Os municípios amazonenses de São Miguel da					



Cachoeira, Tabatinga e Manaus já utilizaram o banco de cadastros do MS para recrutar profissionais de saúde; j) Outras iniciativas do Governo incluem: a antecipação da colação de grau de estudantes de cursos de Medicina, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia (mais de mil já estão atuando); também foi antecipada a formatura de alunos do último ano dos mesmos cursos; a medida provisória que permite às universidades a antecipação da colação de grau desses profissionais (MP 934/20) tramitava na Câmara; k) O Coordenador da Comissão observou que já existe lei nacional aprovada no ano passado pelo Congresso, abordando a revalidação dos diplomas dos médicos e obrigando o Ministério da Educação a realizar o exame duas vezes por ano, e sugeriu que o consórcio especificasse a quantidade de médicos necessários por estado para complementar as equipes de saúde, para que se verifique a possibilidade de o banco de dados do MS atender à demanda.

22.

Data	21/05/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Doença oncológica, renal e outras doenças crônicas.			
Participantes		Convidados: Angélica Nogueira, Luciana Barros, Marcelo Mazza,			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Entidades médicas solicitaram a adoção de protocolos para consultas, exames e tratamento de pacientes renais, oncológicos e cardíacos, enquanto durarem as normas de isolamento social; c) O atendimento aos pacientes caiu pela metade nos últimos dois meses, prejudicando ainda mais os diagnósticos, que no Brasil, já acontecem tardiamente; d) O MS está em contato com as sociedades de oncologia e de nefrologia para construir protocolos que garantam o atendimento de parte desses pacientes de forma domiciliar; e) 41% dos pacientes que são tratados pelo SUS tiveram seu tratamento suspenso ou cancelado e 35 % dos pacientes da rede privada estão na mesma situação; f) O aumento no custo dos insumos está dificultando o funcionamento das clínicas de hemodiálise (somente 6% dos pacientes renais fazem diálise em casa, os demais precisam ir à clínica, pelos menos três vezes por semana); g) 140 mil pacientes realizam terapia substitutiva renal no país e 80% recebem o tratamento pelo SUS, pertencendo a grupos de risco, pois são pacientes hipertensos, diabéticos, idosos, suscetíveis a infecção pelo coronavírus com complicações mais graves; h) Foi mencionada a tramitação do PL 2270/2020 que trata da prestação de auxílio financeiro para clínicas de diálise, remunerando-as pela média de produção dos últimos seis meses; i) A Relatora destacou que no pós-pandemia as demandas reprimidas de atenção precisarão ser atendidas.					

23.

Data	26/05/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Tabagismo e tuberculose.				
Participantes	Convidados: Tânia Cavalcante, Mônica Andreis, Leon Fernandes, Luiz				



	Carlos Corrêa da Silva, Denise Arakaki.
Informações destacadas	
a) Reunião virtual; b) Fumantes têm risco duas a três vezes maior de desenvolver quadro de infecções mais complicado a partir da contaminação por coronavírus e também têm risco maior de óbito, contudo, a maior vulnerabilidade dos fumantes reduz-se caso a pessoa pare de fumar; c) As doenças associadas ao tabagismo, como câncer e doença cardiovascular respiratória, são consideradas fatores de risco para aqueles que contraem COVID-19; d) O tabagismo também é uma pandemia, que resulta em 8 milhões de mortes anuais no mundo e 156 mil mortes anuais no Brasil; e) O custo das doenças causadas pelo tabagismo para o sistema de saúde brasileiro é de R\$ 57 bilhões ao ano, frente a uma arrecadação com impostos sobre cigarros de R\$ 13 bilhões ao ano; f) Foi sugerida a aprovação de projetos de lei que aumentem impostos sobre cigarro; como o PL 6387/19, que proíbe sabores em cigarro e proíbe a exibição das embalagens de cigarro nos pontos de venda; e o PLP 4/15, que cria a Cide Tabaco - uma taxa aplicada a produtos que causam danos ao ambiente, que seria direcionada em parte para a política nacional de controle ao tabaco e para o apoiar o SUS no enfrentamento das doenças causadas pelo tabaco; o PL 897/20, que dobra a Cofins de bebidas e cigarros para investir no combate a pandemias, e o PL 3199/19, que eleva a tributação sobre o comércio de cigarros, destinando a arrecadação para o diagnóstico e tratamento de câncer; g) O Brasil tem conseguido reduzir o número de fumantes ao longo dos anos, mas desde 2012 não são destinados recursos públicos federais para a prevenção e o controle do tabagismo no Brasil e entre 2018 e 2019 voltou a aumentar o número de fumantes no País; h) As fichas de notificação da COVID-19 não trazem obrigatoriamente o dado sobre o tabagismo, o que seria importante inclusive para estudos futuros; i) Foi alertado que não há evidências sólidas de que exista papel protetor da nicotina contra o Coronavírus, que o risco de complicações decorrentes do coronavírus pode ser 45% maior para fumantes e que a mortalidade por COVID-19 em fumantes é 38% maior do que em não fumantes; j) Também foi destacado que a tuberculose e a COVID-19 dividem fatores de risco comuns; k) A pandemia de coronavírus está provocando um recuo da capacidade de diagnóstico da tuberculose no Brasil, com redução de 40% na aplicação de testes laboratoriais para o diagnóstico de tuberculose entre março e abril de 2020; l) O empobrecimento da população, desde o fim de 2014, também leva ao aumento dos casos de tuberculose e medidas de mitigação da pobreza são necessárias para o combate da doença; m) O Dep. Antonio Brito destacou que o estado brasileiro com maior número de casos de tuberculose é o AM, seguido de SP e RJ., que também são estados líderes em casos de COVID-19.	

24.

Data	26/05/20	Área	Economia	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Frigoríficos.				
Participantes	Convidados: Tereza Cristina, Francisco Turra, Antônio Jorge Camardelli,				



	Karla Freire Baêta, Francisco Turra.
Informações destacadas	
a) Reunião virtual; b) A Ministra da Agricultura anunciou protocolo unificado para frigoríficos diante da pandemia, prevendo cerca de 70 recomendações mínimas que deverão ser implantadas pelo setor empresarial; c) O foco será a proteção do trabalhador e a manutenção da atividade econômica; d) Houve 13 casos de detecção de funcionários contaminados com o Coronavírus, o que levou ao fechamento de frigoríficos de aves e suínos e ao abate sanitário de animais; e) Haverá regras claras para interdição e reabertura de frigoríficos; f) O Brasil tem cerca de 200 frigoríficos e naquela data apenas dois estavam interditados; g) O Ministério da Agricultura também anunciou o reforço das atividades do SIF, Serviço de Inspeção Federal; h) Representantes do setor informaram que, apesar da crise sanitária, o setor cresceu economicamente nos quatro primeiros meses deste ano e o Brasil continua como maior exportador do mundo em carne de aves e o quarto na exportação de suínos.	

25.

Data	27/05/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Vacinas.			
Participantes		Convidados: Jorge Kalil, Carlos Murillo, Sheila Homsani, Carlos Murillo, Mauricio Zuma, Jorge Kalil.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foram debatidos os entraves para a produção e a distribuição de uma vacina contra a COVID-19 no Brasil, como a burocracia para importar produtos de pesquisa (com demora nas liberações da Anvisa) e o fato de o País não ter sido convidado para a iniciativa global de produção de uma vacina (naquele momento); c) O Brasil tem potencial para produzir uma vacina inovadora e diferente das outras, se promover maior rapidez no intercâmbio entre laboratórios; d) Foi citada a perspectiva de sanção do PL 864/20 de autoria da Comissão que dá 72 horas para a Anvisa autorizar o uso no Brasil de produtos de combate ao novo coronavírus validados por autoridades estrangeiras; e) Representantes de empresas farmacêuticas indicaram que há inúmeros estudos conduzidos por diversos países e as perspectivas mais otimistas indicam que uma vacina poderia estar pronta para aplicação ainda neste ano; f) Há vacinas baseadas em RNA mensageiro, uma novidade no setor, desenvolvidas a partir do código genético do vírus e não, como é padrão, de uma versão inativada dele, permitindo uma alta capacidade de produção (o material genético do vírus é copiado, para fazer com que a célula produza anticorpos); g) São importantes as parcerias com governos e outros centros de pesquisa locais para garantir a produção da vacina nas quantidades que o mundo necessita e o acesso da população a elas; h) Institutos brasileiros poderão participar de parcerias para produção de vacinas,a exemplo do Instituto Butantan e o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), vinculado à Fiocruz; i) Para participar de uma parceria, os pesquisadores					



brasileiros precisarão conhecer detalhes do processo produtivo, a fim de identificar bem as capacidades brasileiras, pois a produção de uma vacina envolve diferentes condicionantes, como tipo de frasco, doses por seringa, temperatura para conservação e a própria tecnologia; j) O MS decidirá em qual vacina os institutos atuarão numa parceria; k) Apesar das abordagens mais otimistas, é possível que uma vacina só esteja disponível no próximo ano.

26.

Data	27/05/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Ultrassonografia pulmonar.				
Participantes	Convidados: Alair Sarmet, Waldair Muglia, Monres José Gomes.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Especialistas em diagnóstico por imagem não indicaram o uso isolado de tomografia, ultrassom ou raio-x a pacientes sem sintomas ou com sintomas leves de COVID-19, pois o diagnóstico da doença deve se pautar por informações clínico-epidemiológicas, associadas a testes laboratoriais (RT-PCR ou sorologia), quando disponíveis e validados; c) Exames mais complexos, como a tomografia computadorizada de alta resolução (TCAR), podem ser indicados para avaliar se pacientes com quadro grave ou moderado já hospitalizados apresentam outras complicações como tromboembolia pulmonar ou infecção bacteriana; d) Foi demonstrada preocupação com a baixa testagem da população brasileira para COVID-19 – cerca de 35 mil testes por dia; e) Diante de questionamentos sobre o auxílio de exames de imagem para o diagnóstico precoce, evitando a evolução do paciente para quadros mais graves da doença e de achados de tomografia, ultrassonografia e de raio-x, junto com os exames clínicos, como critérios de confirmação de casos, foi mencionado que no primeiro contato com o paciente é relevante a avaliação de febre e da saturação sanguínea e o primeiro exame de imagem a ser feito seria um raio-x de tórax; f) Pacientes com saturação abaixo de 93% devem ficar em observação e dependendo do caso, podem ser encaminhados à UTI, mas antes, fará a tomografia para identificar se tem doenças associadas como H1N1 e tuberculose; g) Na UTI, o acompanhamento também deve ser feito por raio-x diário; h) Em situações de escassez de testes laboratoriais, a tomografia pode ser usada desde que acompanhada de dados clínicos e epidemiológicos, para evitar diagnóstico cruzado de COVID-19 com outras doenças, pois os achados não são específicos da COVID-19 e podem se sobrepor aos de várias outras patologias, como H1N1 e pneumonias virais; i) Foi mencionado que a ultrassonografia poderia ser usada como meio auxiliar no diagnóstico da doença, mas o exame não substitui a tomografia computadorizada de alta resolução e só deve ser realizado por profissionais habilitados e que estejam usando EPIs, seguindo práticas de desinfecção total do equipamento após o uso.					

27.

Data	02/06/20	Área	Recursos humanos em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
------	----------	------	---------------------------	-----------------------	-------------------------------------



Tema	Atenção Básica e os Agentes Comunitários de Saúde.
Participantes	Convidados: Ilda Correia, Cristiane Pantaleão, Maria José Evangelista, Márcia Castro, Larissa Ramos.
Informações destacadas	
a) Reunião virtual; b) Representantes dos agentes comunitários de saúde mencionaram que os profissionais da categoria não receberam EPIs em quantidade suficiente para realizarem os atendimentos nos municípios; c) Os 400 mil agentes comunitários são pagos pelo governo federal para atuarem junto às famílias mais vulneráveis na prevenção de doenças e promoção da saúde, contudo não receberam orientações adequadas para atuarem no contexto da pandemia; d) Os agentes também demandaram: testes para COVID-19, pois, pelo menos 45 agentes morreram por contaminação pelo novo coronavírus; um adicional de insalubridade de 40%; e) Representantes de Municípios e de Estados informaram que num primeiro momento algumas ações pararam de funcionar, porque não havia informação, nem EPIs e que apenas há uma semana foi elaborado um guia, pois as primeiras notas do Ministério da Saúde não possuíam uma linguagem prática; f) Foi reconhecido que as outras doenças continuam avançando, como no caso da saúde mental e que o MS não promoveu um protagonismo na liderança do SUS no enfrentamento da pandemia, pois poderia ter acionado os agentes, com a devida proteção; g) O MS informou que está consolidando normas de orientação sobre a COVID-19 e em linhas de financiamento para reforçar as equipes de saúde; h) Em junho foi lançado um programa para a criação de centros comunitários em bairros vulneráveis e centros de referência para a COVID-19, que possibilitará a adesão dos municípios.	

28.

Data	02/06/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Saúde mental.			
Participantes		Convidados: Soraya Carvalho, Marcelo Veras, Maria Teodoro.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi alertado que no período pós-pandemia poderá ser observado um aumento dos problemas de saúde mental da população e, conseqüentemente, do número de mortes por suicídio no País (que já causa uma média de 12 mil mortes por ano), devido a características da pandemia, como o isolamento social, o excesso de notícias sobre a doença (incluindo as falsas), a alta letalidade do vírus e a facilidade de contágio, que podem provocar nas pessoas as três principais causas do suicídio: desespero, desamparo e desesperança; c) Foram destacados os benefícios de atendimentos individuais online ou por telefone, disponíveis 24 horas por dia, com psicólogos e psiquiatras avaliando riscos, mas não há um plano nacional para tratar do problema; d) No Brasil, o suicídio é a terceira causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos; e) Foi recomendado treinamento dos profissionais que atuam em Unidades Básicas de Saúde (UBS), para evitar discriminação e abordagens inadequadas, e a criação de um Disque-					



Suicídio nos moldes do que existe para denúncias de violência contra a mulher e em programa desenvolvido pela secretária de Saúde de Balneário Camboriú (SC), que oferece um serviço 24 horas por dia para ouvir pessoas com pensamentos suicidas; f) O MS admitiu que o déficit da rede de atenção psicossocial no Brasil é significativo; g) Existem hoje no País 2.749 Centros de Atenção Psicossocial - Caps – (menos de um para cada município), 753 serviços residências terapêuticas, 1822 leitos de saúde mental em hospital geral e 66 unidades de acolhimento; h) A pandemia poderá agravar a demanda por serviços de atenção à saúde mental e já existem cursos para capacitação de profissionais da atenção básica em saúde mental e um serviço telefônico para garantir suporte psicológico a profissionais que atuam no combate à COVID-19 (o curso está disponível na plataforma na Unasus - Universidade Aberta do SUS); i) Foram realizadas campanhas como: a Se liga! Dê um Like na Vida, focada na prevenção do suicídio entre jovens, e a do Setembro Amarelo.

29.

Data	03/06/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Preço e estoques de medicamentos.			
Participantes		Convidados: Geanluca Lorenzon, Leonisa Obrusnik, Heber Dobis Bernarde, Walban Souza, Mussolini. Renato Alves, Andrey Vilas Boas de Freitas, Fernando de Moraes Rego.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O Ministério da Economia poderá incluir em sua lista de controle de produtos críticos , os medicamentos destinados ao tratamento de pacientes com COVID-19; c) Foi criado nesse ministério um grupo para acompanhar e garantir o abastecimento desses produtos, a partir de lista que vem do MS ou de demandas de associações do setor privado; d) O coordenador da Comissão informou que a Comissão deverá enviar um ofício ao governo com a indicação para que os medicamentos tenham o controle efetivo de preço; e) Os participantes referiram os elevados preços de medicamentos utilizados na sedação de pacientes que necessitam ser intubados (três drogas estão em falta, 82% dos hospitais referiram que elas não estão sendo localizadas para compra, e esses produtos estão com aumento próximo a 200%); f) As razões para a crise incluem: o ineditismo da pandemia, com o consequente aumento da demanda por insumos e medicamentos, além da alta do dólar e da dificuldade com frete em um momento de paralisação das atividades econômicas; g) Segundo a Relatora, os gestores não estão adquirindo medicamentos não por falta de recurso, mas por medo de serem responsabilizados por superfaturamento; h) Representantes da indústria farmacêutica indicaram que os abusos de preço relatados não ocorrem na indústria e talvez os descontos tenham diminuído com o aumento da demanda; i) Foi mencionada a necessidade de conhecimento do número de pacientes intubados no Brasil, para facilitar na projeção da demanda; j) Foi solicitado que não haja congelamento de preços de medicamentos (poderia haver falta do produto), mas,					



ao contrário, que se flexibilize a revisão dos valores; k) Quem regula o preço dos medicamentos no Brasil é a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) da Anvisa, que define tetos para cada produto, com reajuste anual e esse arranjo poderia ser revisado com o devido cuidado; l) Foi proposta uma isenção temporária de tributos para medicamentos essenciais no tratamento da COVID-19, como pretendida pelo PL 1176/20, que isenta de impostos de fabricação e de comercialização os materiais necessários ao combate do novo coronavírus, como respiradores e EPIs.

30.

Data	04/06/20	Área	Justiça	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Atuação do Poder Judiciário na Pandemia.				
Participantes	Convidados: Noêmia Garcia Porto, Humberto Martins, Renata Gil de Alcantara Videira, Rogério Pinheiro, Fabio Porto.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foram sugeridas: defesa da independência do Poder Judiciário; regulamentação do processo penal; regulamentação das audiências telepresenciais (o que facilitaria especialmente as audiências de custódia com os presos); regras que garantam proteção jurídica mínima para os trabalhadores de plataformas virtuais (como, por exemplo, os motoristas de aplicativos), tanto de remuneração mínima quando de salubridade e de proteção; não aprovação de parte da Medida Provisória 927/20, que diminuiu as pausas para os trabalhadores em frigoríficos; aumento da participação das entidades representativas dos trabalhadores nos debates públicos; redução de alugueis; desconto em mensalidades escolares e corte de serviços essenciais durante a pandemia; c) O ministro Humberto Martins ressaltou que o Judiciário não parou durante a pandemia, mantendo o trabalho remoto, e que o trabalho presencial nos tribunais será retomado a partir de 15 de junho nos tribunais que tenham condições de retorno, amparados por informações técnicas de órgãos públicos; d) O teletrabalho também manteve outros órgãos do Judiciário ativos e com elevada produtividade.					

31.

Data	09/06/20	Área	Gestão do SUS	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Atuação dos Consórcios de Saúde no SUS e durante a Pandemia.			
Participantes		Convidados: Renê Santos, Marcos Elizeu Marinho, Ana Maria Jansen, Victor Borges, Rosângela Belo.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Os consórcios entre os municípios e os estados na área da saúde são instrumentos que permitem a dois ou mais entes federados desenvolverem ações em comum, em âmbito regional, para a prestação de serviços públicos e na área de saúde apoiam na consolidação do SUS, por meio de um planejamento integrado e a gestão conjunta para toda uma região; c) A Lei 11.107/05 regula os consórcios, permitindo também consórcios entre os					



estados, como, por exemplo, a atuação do Consórcio Nordeste durante a pandemia de COVID-19, de modo que esses instrumentos de gestão dos serviços do SUS podem ser consolidados após esse período, por meio de políticas do MS; d) Durante a pandemia, os consórcios têm ajudado a organizar os atendimentos de emergência e na aquisição de insumos e de equipamentos médicos, sendo que as regiões Sudeste e Sul concentram mais consórcios municipais, e a região Norte têm o menor número deles; e) O MS informou que será retomado grupo técnico para discutir as ações dos consórcios, integrado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde e pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; f) Dados consolidados de 2018 mostram que existiam 214 consórcios no Brasil, 47 deles (22%) com produção efetiva, integrando 911 municípios e atualmente há 477 cadastrados no País - 181 exclusivos para a área da saúde; g) A maior parte dos recursos aplicados pelos consórcios vem dos municípios, e não do governo federal; h) Entre as ações desenvolvidas por consórcios para combater a pandemia, foi citada a construção e a divulgação de um painel público sobre casos de COVID-19, sobre as compras públicas realizadas, a preparação de equipes, a gestão de doações, a otimização de recursos e a compra de insumos e equipamentos com menor custo; i) O Coordenador da Comissão sugeriu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) seja emendada para que consórcios possam receber recursos federais diretamente.

32.

Data	09/06/20	Área	Articulação com o MS	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Reunião Técnica com o Ministro da Saúde.			
Participantes		Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O Presidente Maia abriu a reunião comentando sobre a necessidade de o MS divulgar com transparência o número de contaminados e de óbitos pela COVID-19 e fez alusão a um problema de comunicação do Governo com a sociedade, com prefeitos e governadores e com o Parlamento; c) Para manter a sociedade informada, veículos de imprensa chegaram a formar um consórcio para apurar dados consolidados pelas secretarias estaduais de saúde; c) O Ministro Pazuello negou que o governo federal tenha alterado a plataforma de divulgação de informações sobre a COVID-19 com o objetivo de omitir o total de casos confirmados da doença e o de brasileiros mortos desde o início da pandemia; d) Uma nova plataforma de consolidação das informações foi lançada recentemente e vinha sendo desenvolvida há 20 dias e tem como objetivo permitir o acesso a todas as informações sobre a doença em tempo real; e) Foi informado que a Rede e o PCdoB conseguiram na segunda-feira (08/06/20) decisão favorável do Supremo Tribunal Federal, que obriga o MS a retomar a divulgação de todos os dados, incluindo o total de mortos e de casos confirmados da doença; f) O site do MS voltou a divulgar informações acumuladas sobre casos e óbitos, o que não vinha ocorrendo nos últimos dias; g) Segundo o Ministro, a nova plataforma não omite esses dados,					



mas passa a priorizar a divulgação das mortes pela data em que ocorreram e não pelo dia em que óbito por COVID-19 foi confirmado; h) Sobre o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina na fase inicial da doença, o Ministro comentou que o SUS já vinha administrando os medicamentos mesmo sem haver uma orientação formal do ministério e que a orientação dá apenas liberdade para que o médico possa fazer o diagnóstico e a prescrição.

33.

Data	17/06/20	Área	Vigilância em saúde / Economia	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Planos de Retomada das Atividades Comerciais e Serviços.			
Participantes		Convidados: Pedro Tourinho de Siqueira, Luis Fernando Correia, Eduardo Leite, Wellington Dias, Marco Vinholi, Gutemberg de Paula Fonseca, Antonio Florencio de Queiroz Junior, Paulo Antonio Skaf.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Participantes indicaram que a retomada das atividades econômicas no Brasil conviverá com a ocorrência do Coronavírus por vários meses de modo que a retomada deve ocorrer com prudência, responsabilidade e orientada por protocolos (como: uso de máscaras e práticas de higienização e cuidado com os mais idosos e portadores de doenças crônicas), para que não haja agravamento na área social (como desemprego); c) Foi alertado que antes da reabertura, é preciso reduzir o número de casos confirmados e suspeitos de forma sustentada (por pelo menos 14 dias) e assegurar que há recursos de atenção à saúde; d) A testagem da população é relevante para o monitoramento da retomada; e) Foi sugerida a retomada da discussão de reformas administrativa e tributária; d) Houve menção ao PL 2970/20, que regulamenta o compartilhamento de informações hospitalares dos estabelecimentos de saúde públicos e privados com o MS e com as secretarias estaduais e municipais de saúde; f) Foram demandados mais mecanismos de suporte para micro e pequenas empresas, ilustrando que o comércio representa 60% do PIB e não pode suportar período tão longo de pandemia sem tais medidas; g) Foram salientadas a tendência de interiorização dos casos de COVID-19 e uma ausência de estratégia nacional para a retomada econômica durante a pandemia; h) Foi mencionado o PL 2430/20, que institui diretrizes nacionais para o retorno gradual das atividades sociais e econômicas no contexto da pandemia; i) Governadores do PI e RS apresentaram planos de retomada progressiva, que consideram contextos locais e cuidadoso monitoramento de indicadores, para que a abertura não gere insegurança à vida; j) A Relatora mencionou que falta campanha mais forte de chamamento da população sobre os cuidados preventivos.					

(Não organizado pela Comissão)

Data	18/06/20	Área	Fiscalização e controle	Vídeo	Notas taquigráficas *
Tema	Acompanhamento dos gastos públicos relacionados ao combate à COVID-19.				



Participantes	Convidados: Presidente do TCU, José Múcio Monteiro, e secretários do órgão: Tiago Alves Dutra, Paulo Roberto Wiechers Martins, Marcelo Aragão.
Informações destacadas	
a) Reunião conjunta com a Comissão Mista do Congresso Nacional sobre a COVID-19; b) Reunião virtual; c) O presidente do TCU indicou que o Brasil enfrenta um vírus da corrupção retroalimentado pelo momento de crise e que a instituição tem trabalhado para impedir o mal uso dos recursos públicos, mas também está empenhado em proteger o trabalho dos “bons gestores”; d) Foram sugeridas atuação do TCU em: eventuais fraudes no recebimento do auxílio emergencial; superfaturamento na compra de respiradores; baixa qualidade dos equipamentos de proteção individual; e) falta de transparência nos gastos com publicidade do governo federal e propaganda; excessos no uso do cartão corporativo do Poder Executivo e obras paralisadas, limitações impostas pelas ferramentas de cruzamento de cadastros governamentais (o da Receita, o do INSS, o do Ministério da Cidadania e o do TSE); f) problema de identificação de renda, composição familiar, que são os critérios de elegibilidade dos programas de transferência de renda (Bolsa Família, BPC e o auxílio emergencial); g) Os dados de acompanhamento do TCU estão disponíveis num sistema de transparência chamado Coopera; modificadas; h) O Relator da CN-COVID19, deputado Francisco Jr., mencionou que já são R\$ 404 bilhões liberados pelo governo federal para o combate à pandemia de coronavírus, dos quais somente 30%, o que equivale a R\$ 119 bilhões, foram efetivamente usados, demonstrando preocupação com a qualidade do gastos, com a transparência, e a dificuldade em gastar.	

Legenda: * – não disponível.

34.

Data	18/06/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Os Pacientes Renais e as Clínicas de Hemodiálise na Pandemia.				
Participantes	Convidados: Daniel Calazans, Marcos Alexandre Vieira, Humberto Floriano Mendes, Leonardo Vilela, Hanna Karine Jacques, Rodrigo Lacerda, Márcio Irita Haro, Flávia Amaral Freitas.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi debatida a situação dos pacientes renais e das clínicas de hemodiálise durante a pandemia; c) Atualmente no Brasil cerca de 140 mil pessoas realizam três sessões de diálise por semana, em cerca de 800 clínicas, com duração média de quatro horas por sessão; d) Foi sugerida a aprovação do PL 2270/20, que prevê o repasse de R\$ 257 milhões da União para os estabelecimentos de diálise que atuam de forma complementar no SUS, desse modo, seria dada aos serviços de terapia renal uma condição similar à que foi dada aos hospitais e às Santas Casas, diante do grave contexto produzido pela pandemia; e) Os participantes salientaram que a hemodiálise no País possuía problemas crônicos, que foram agravados agora; f) Foram criticados os atrasos no repasse de recursos para a prestação do serviço em unidades do Amazonas, por exemplo, e também foram sugeridos reajustes na tabela do SUS e maior ênfase					



na prevenção das doenças renais; g) O MS observou que se busca o fortalecimento da atenção primária, a fim de evitar que pessoas hipertensas ou diabéticas venham a necessitar de diálise; h) Foi alertado que pacientes estão se contaminando no transporte ao tratamento; i) A Lei 13.992/20, que suspende por 120 dias, a contar de 1º de março de 2020, a exigência de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas em contratos de prestadores de serviços no âmbito do SUS foi citada, pois a regra mantém o pagamento da produção do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), com base em média de alguns meses, sendo os repasses do fundo realizados após a apuração da produção dos estabelecimentos de saúde, contudo, devido ao aumento dos custos das clínicas de diálise durante a pandemia, o repasse pela média de valores anteriores prejudicou esses serviços; j) Foi estimado um déficit de R\$ 30 milhões em relação à terapia renal substitutiva; k) O PL 3058/20, que prorroga a vigência da lei 13.992/20 até o fim do ano, poderia ser alterado para que o pagamento da produção excedente possa ser realizado, sem que os gestores de saúde sejam penalizados; l) O MS mencionou que, além de aportes adicionais, caso factível, poderia haver um remanejamento de recursos de prestadores que prestaram menos serviços para outros que prestaram muito mais, caso das clínicas de hemodiálise, pois houve um balanço positivo em torno de R\$ 60 milhões repassados para cirurgias eletivas, que não foram executadas.

35.

Data	23/06/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Retomada das Atividades de Saúde - Hospitais, Clínicas e Consultórios.			
Participantes		Convidados: Lincoln Ferreira, José Beniz, Rogério Scarabel, Paulo Rebello Filho, Marco Aurélio Ferreira, Camila Almeida, Luiz Fernando Silva, Paulo Lobo, Bruno Sobral, Jorge Petros, Gabriel Massot, Maria Inês Gadelha, Frederico Jenuíno.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Médicos e representantes de hospitais informaram que clínicas e consultórios médicos brasileiros estão preparados para voltar a atender casos não relacionados à Covid-19, com responsabilidade e segurança e defenderam a realização de uma campanha para que pacientes voltem a seus tratamentos, ao menos nos estados ou nas cidades que já ultrapassaram o pico da pandemia; c) Foi salientado que muitos pacientes interromperam seus tratamentos para outras doenças (como o câncer) gerando, por um lado, uma demanda reprimida, e por outro, uma crise econômica no setor, com possibilidade de falência de laboratórios e consultórios e demissão de funcionários; d) O setor saúde está adotando medidas de segurança nas clínicas, como distanciamento entre pacientes nas recepções, correta higienização de aparelhos utilizados em exames, notificação de casos suspeitos e uso de EPIs; e) Sobre a triagem de pacientes com Covid, foi informado que hospitais de grande porte, em geral, apresentam 3% de positividade em pacientes assintomáticos; f) O retorno das atividades de saúde seria necessário para evitar complicações de doenças crônicas nas emergências, pois a					



telemedicina ajuda, mas não é suficiente; g) A ANS e MS estão recomendando que tratamentos não sejam interrompidos, como pré-natal e atendimento de pacientes com câncer ou doentes renais crônicos; h) Nos debates foi levantada a questão da falta de medicamentos sedativos para tratamento da COVID-19 (posteriormente abordados em reuniões específicas).

36.

Data	24/06/20	Área	Pesquisa	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento.			
Participantes		Convidados: Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O ministro Marcos Pontes indormou que 90% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico (FNDTC) estavam contingenciados, contudo considerou que há necessidade de liberação maior, considerando que o País tem cientistas capazes de produzir conhecimento útil para combater a pandemia, de modo que seriam necessários mais recursos e estabilidade de orçamento; c) O ministério tem sofrido reuções desde 2013; d) A liberação de recursos do FNDTC (finnanciado por impostos de empresas) - poderia resolver o problema; e) O coordenador da Comissão sugeriu a formulação de projeto de lei para liberar os recursos do fundo, retirando-o do caixa da União; f) O ministro esclareceu que o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, vinculado ao ministério, identificou cinco substâncias com potencial para combater a replicação do novo coronavírus, um deles, a nitazoxanida (Anitta), que reduziu em 94% a carga viral em células infectadas “in vitro”; g) 500 pacientes voluntários com pneumonia, tosse seca e febre, receberão o fármaco em testes clínicos; O ministério não está focando em medicamentos como a ivermectina e a hidroxicloroquina; h) Foi citado o início dos testes na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em voluntários brasileiros da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford, na Inglaterra, e que o Brasil participa, juntamente com 44 países, de programa acelerador de vacinas coordenado pela Organização Mundial de Saúde (OMS); i) O ministro apoiou a ideia de vincular o cartão virtual de vacinação ao CPF do paciente (em tramitação na Câmara, por meio do PL 468/19), permitindo acesso ao documento em todas as unidades de saúde do Brasil e mencionou que empresas interessadas no desenvolvimento da certificação, que permitiria a carteira de vacinação on-line, podem participar de recente edital da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), para apoiar projetos de inovação nas áreas da indústria, agronegócio, cidades inteligentes e saúde.					

37.

Data	24/06/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Medicamentos Sedativos - Tabela de preços e requisição de estoque.				
Participantes	Convidados: Heber Bernarde, Andrey Freitas, Geanluca Lorenzon, Walban Damasceno, Nelson Mussolini, Renato Alves, Meiruze Freitas, Alessandro				



	Vasconcelos, Sandra Barros, Sonia Almeida, Paulo Silva Júnior, Célia Regina Delgado.
Informações destacadas	
a) Reunião virtual; b) A Comissão indicou que solicitaria ao MS e à Anvisa uma relação de todas as empresas que fazem a distribuição de medicamentos usados no combate à Covid-19 (principalmente os necessários para tratar pacientes que precisam de ventilação mecânica), bem como informações sobre os estoques; c) O Coordenador questionou se as distribuidoras estariam regulando seus estoques a fim de vender medicamentos a preços mais altos (com preços até 300% acima da tabela) para hospitais privados, que não seguem o tabelamento definido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), da Anvisa; d). Representantes dos conselhos estaduais e municipais de Saúde confirmaram que vários Estados apresentam baixos estoques e enfrentam dificuldades para adquirir anestésicos e relaxantes musculares (18 secretarias estaduais estão com atrasos na entrega dos produtos e de 20 novos procedimentos de compra abertos nos últimos meses, 13 não encontraram fornecedores); e) O Secretário executivo do Conass sugeriu compras por meio da Organização Panamericana de Saúde (Opas); f) O MS mencionou ação emergencial de compra de estoques não comprometidos com vendas diretamente dos fabricantes e que primeiros lotes seriam entregues nos próximos dias, verificando as necessidades com cada Estado e Município; g) O MS observou que em acordo firmado com os conselhos de saúde e com representantes da indústria farmacêutica, por meio do Ministério Público Federal (MPF), foi prevista a compra de medicamentos por meio de licitação com ata de adesão de preços (modalidade que fixa o valor ofertado pela empresa, que se compromete a mantê-lo pelo período de duração da ata); h) O MPF destacou que as compras poderiam ser concentradas no MS.	

38.

38.

Data	25/06/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Telemedicina, Teleconsulta e aspectos remuneratórios no pós pandemia.			
Participantes		Convidados: Jefferson Fernandes, Donizetti Giamberardino, Lincoln Ferreira, Eduardo Cordioli, Chao Lung Wen, Rodrigo Aguiar, Aldo Von Wangenheim, Maria Cristina Calvo, Josier Vilar, José Luciano Cunha.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Parlamentares e médicos foram em geral favoráveis à experiência com a prática da telemedicina, autorizada por lei para o período da pandemia; c) Foi destacado que a telemedicina não se restringe apenas a uma teleconsulta, mas é um método para prover cuidado de qualidade, envolvendo exames, aparelhagens e diagnósticos, razões pelas quais vários participantes recomendaram sua regulamentação, para que possa ser utilizada no período pós-pandemia; d) A telemedicina deve ser praticada de forma responsável (com bioética digital e segurança digital) e com a devida capacitação dos médicos; e) O método já vem sendo usado no Brasil, como no Hospital Israelita Albert Einstein, desde 2015; Esse hospital tem prestado apoio					



remoto a 433 leitos de UTI vinculados ao SUS em vários pontos do Brasil; f) O Estado de SC utiliza a telemedicina há pelo menos 15 anos, para evitar deslocamentos de pacientes do interior em busca de tratamento, de modo que, em média, 85 mil exames são realizados ao mês, evitando o deslocamento de 40 mil pacientes; g) O método também é útil para alcançar lugares remotos, como na Amazônia, permitindo que um médico generalista conecte-se a um especialista; h) A telemedicina é uma oportunidade de resgate da fragmentação de rede do SUS, para integração e racionalização de recursos, num contexto de participação consentida; i) Foi mencionada preocupação com a infraestrutura da Internet necessária, contudo há meios para adaptações a realidades locais; j) Também foi salientada a necessidade de responsabilização de quem oferecer os serviços, para evitar aqueles que utilizam baixos preços para ofertar serviços de baixa qualidade.

39.

Data	30/06/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Medicamentos Sedativos.			
Participantes		Convidados: Célia Delgado, Fernando Rego, Elcio Franco, Heber Bernarde, Elton Chaves, Nelson Mussolini, Sergio Barreto, Mirocles Veras Neto, Breno Santiago.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O MS informou que foi realizada compra do excedente da produção de sedativos diretamente da indústria, sem passar por distribuidores, para abastecer hospitais do Brasil; c) Dese o dia anterior foram atendidas as Secretarias Estaduais de Saúde do AM, GO, SP, AP, BA e CE e nesse dia, MA, RR, MT RN e SP; c) O Coordenador da Comissão destacou o relatório do CONASSS, informando que o índice de desabastecimento dos sedativos chegava a mais de 90%, no início de junho, além da questão do sobrepreço e remarcação de mais de 300% em alguns medicamentos; d) As empresas distribuidoras mencionaram que em geral praticam os preços determinados pela lista de preços de medicamentos da Anvisa; e) Representante da indústria destacou que os preços dos medicamentos são tabelados e têm um ajuste de 21% a menos para as vendas realizadas para o governo; f); Foram denunciandas casos de preços elevados de medicamentos e salientada a necessidade de encaminhamento de denúncias à CEMED; g) O problema de preço de fábrica ser muito maior que o preço de venda é uma questão que pode ser abordada por meio de legislação.					

40.

Data	01/07/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Desenvolvimento de Vacina pela Universidade de Oxford.				
Participantes	Convidados: Vijay Rangarajan, Maria Augusta Bernardini, Jorge Mazzei, Nísia Lima, Denis Mizne, Soraya Smaili, Cláudio Ferrari, Camile Sachetti,				



	Francieli Fantinato, Gustavo Mendes, Socorro Gross.
Informações destacadas	
a) Reunião virtual; b) Foi divulgado pela AstraZeneca no Brasil, grupo farmacêutico anglo-sueco, que se for demonstrada a eficácia da vacina contra a Covid-19 desenvolvida pela Universidade de Oxford em testes preliminares, a produção no Brasil iniciará em dezembro deste ano; c) Existe matéria-prima para a produção imediata pela Fiocruz; d) A vacina está na fase três de testes (ensaio clínico em humanos), um estágio mais avançado que o de outras vacinas em pesquisa no mundo; e) Os testes iniciaram em junho e abrangerá 5 mil voluntários no Brasil, por meio de parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), sendo que metade receberá a vacina experimental, e a outra metade um ativo comparador; f) Os voluntários serão acompanhados por um ano, com avaliações preliminares periódicas de eficácia, de modo que em outubro e novembro são esperados resultados preliminares de eficácia; g) O acordo com a AstraZeneca prevê a compra do ingrediente ativo e transferência de tecnologia, para que o laboratório da Fiocruz Bio-Manguinhos possa produzir a vacina contra Covid-19 antes dos resultados dos estudos finais e registro da vacina; h) A proposta é de produzir “com risco” 15,2 milhões de doses em dezembro e 15,2 milhões de doses em janeiro, ao custo de US\$ 127 milhões e após a conclusão dos estudos, prevista para junho de 2021, se a vacina for aprovada e registrada, serão produzidas 70 milhões de doses, ao custo de US\$ 161 milhões; i) O Brasil também aderiu ao consórcio internacional de desenvolvimento da vacina Act Accelerator; j) Existem 206 pesquisas de vacinas em andamento no mundo e 27 já estão em fase de ensaios clínicos (o MS monitora diariamente os resultados); k) Após a conclusão dos testes, a Anvisa tomará a decisão sobre o registro da vacina; Os testes envolverão, inicialmente, 3 mil voluntários (adultos entre 18 e 55 anos testados negativamente para o vírus) em SP e mil no RJ, que tenham alta exposição ao vírus, como profissionais de saúde e áreas de limpeza, lavanderia e logística; l) No Reino Unido, há voluntários de outras faixas-etárias; m) Os grupos prioritários para a vacinação contra Covid-19 estão sendo definidos pelo MS, a partir do quantitativo de 30,4 milhões de doses a serem inicialmente disponibilizadas, sendo que as prioridades incluem profissionais de saúde, população idosa e grupos com comorbidades; n) A Relatora destacou que o Congresso deve ajudar a garantir o orçamento necessário para a disponibilização da vacina.	

41.

Data	07/07/20	Área	Educação	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Retomada das Atividades Escolares.			
Participantes		Convidados: Carolina Cristina Cavalcante, Laura Souza, Luiz Miguel Garcia, Amabile Pacios, Heleno Araújo Filho, João Marcelo Borges, Luis Fernando Correia, Hermano Castro.			
Informações destacadas					



a) Reunião virtual; b) Parlamentares destacaram a necessidade de garantir que escolas públicas e privadas e universidades do Brasil não sejam reabertas sem um planejamento prévio de prevenção de surtos de Covid-19; c) São necessários recursos para reformas das instituições de ensino; d) Foi solicitada uma maior coordenação pelo Ministério da Educação (MEC) na formulação de diretrizes a serem seguidas por gestores educacionais, adaptadas às realidades locais; e) A Relatora da Comissão destacou desafios, como a falta de água para lavar as mãos, banheiro adequado ou a impossibilidade de distanciamento pelo tamanho da sala de aula, de modo que sugeriu a garantia de recursos para as pequenas reformas, como instalação de pias e compra de sabão; f) No nível federal, já foram liberados R\$ 200 milhões para que universidades e institutos federais pudessem atuar no enfrentamento da Covid-19 e outros R\$ 60 milhões, distribuídos de forma descentralizada conforme projetos encaminhados pelas universidades; g) Foi elaborado um protocolo de biossegurança para as universidades que inclui o escalonamento de equipes, a manutenção de portas e janelas abertas para ventilação de ambientes, a organização de rotinas de limpeza e o trabalho remoto de servidores e colaboradores de grupo de risco; h) O monitoramento do protocolo após o retorno será contínuo; i) O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) elaborou um protocolo para orientar as redes estaduais de ensino, destacando o distanciamento dentro da sala de aula, aferição de temperatura de servidores e alunos diariamente e controle de entrada de pessoas estranhas, além da possibilidade de nova suspensão das aulas; j) O retorno também envolverá integração com um trabalho de assistência social e diálogo com a sociedade, além de baseado em evidências científicas; k) Foi demandada maior articulação por parte do governo federal, na garantia de recursos e meios necessários (como termômetros digitais) para o retorno das atividades escolares.

42.

Data	08/07/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Situação da pandemia no Brasil através dos Inquéritos Sorológicos.				
Participantes	Convidados Arnaldo Medeiros, Rivaldo Cunha, Pedro Hallal, Edson Aparecido, Paulo Goes, Sérgio Soares, Élem Sampaio.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foram apresentados dados de inquérito sorológico promovido pelo MS em parceria com a Universidade Federal de Pelotas (UFPe), o qual estimou, por meio de testagem aleatória, que a população infectada pelo coronavírus seja seis vezes maior do que as estatísticas oficiais; c) Os primeiros resultados do inquérito (Epi-Covid), que envolveu 90 mil pessoas em todo o País, indicam que: uma média de 4% da população contaminada, indígenas que vivem nas cidades têm cinco vezes mais chances de se infectar do que a média, crianças são contaminadas com a mesma intensidade, mas com gravidade menor; desigualdades sociais					



(maioria entre os mais pobres); c) Também foram apresentados dados de outros inquéritos sorológicos, como em Fernando de Noronha (900 habitantes testados e não foi identificada transmissão comunitária e a doença está controlada na ilha) e na cidade de São Paulo (foi observada presença de anticorpos contra o coronavírus em 9,5% da população, equivalendo a 1 milhão e 160 mil pessoas, bem mais do que os 156 mil infectados confirmados pelos números oficiais); d) A Agência Nacional de Águas realizou pesquisa que detecta a presença do coronavírus no esgoto de Belo Horizonte e Contagem, em Minas Gerais, e seus resultados indicaram um aumento na estimativa de infectados de 20 mil para 50 mil pessoas em quatro semanas de coleta; e) Os dados dos vários estudos apresentados são úteis para orientar ações de controle da Covid-19.

43.

# 40.					
Data	09/07/20	Área	Vigilância em saúde / Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Panorama da pandemia no Brasil.			
Participantes		Convidados: Elcio Franco. Luiz Duarte, Ângelo Denicoli, Marcelo Blanco, Carlos Lula, Leonardo Vilela, Wilames Freire.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O MS apresentou a situação da pandemia nas várias regiões do País (na Região Norte há decréscimo em números de infectados e óbitos; no Sudeste, Minas Gerais apresenta aumento de casos, como também na Região Sul; c) Devido à interiorização da Covid-19, o MS recomendou cautela na desmontagem de hospitais de campanha; d) O MS demandou que estados e municípios atualizem as informações sobre taxa de ocupação de leitos de Covid-19, considerando que a notificação da taxa de ocupação de leitos é compulsória, para que seja feita uma melhor distribuição de equipamentos e medicamentos, particularmente para os estados com situação mais crítica; e) Parlamentares solicitaram reforço no fornecimento de insumos para os estados do Sul e para Minas Gerais, devido ao aumento no número de casos e do período de inverno; f) Por outro lado, foi contestada a metodologia do ministério de receber as informações diretamente dos hospitais e não aproveitar os dados das secretarias estaduais; g) A atenção primária não tem sido valorizada no controle da pandemia, como deveria (por exemplo, por meio do diagnóstico e tratamento precoces e realização de tomografia pulmonar e controle de saturação de oxigênio em massa), para evitar a evolução dos casos para situações graves, que necessitam de UTI; h) O MS alertou estados e municípios sobre a oportunidade de adesão a um mecanismo de compra conjunta de medicamentos, que reduzirá custos de aquisição e esclareceu que chegará ao País carregamento de medicamentos importados para suprir o					



desabastecimento.

44.

Data	09/07/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Ozonioterapia				
Participantes	Convidados: Arnoldo de Souza, Ana Cristina Barreira, Wendy Falzoni, Donizetti Giamberardino Filho.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi debatido o sobre uso da ozonioterapia como tratamento complementar para a Covid-19 no Brasil; c) A ozonioterapia consiste na aplicação de uma mistura dos gases oxigênio (95%) e ozônio (5%) para tratamento, de modo isolado ou complementar, de patologias como câncer, doenças virais, hérnias de disco, queimaduras e dores articulares; d) Os convidados defensores da terapia informaram que a mesma pode evitar o agravamento da situação do paciente e reduzir seu tempo de internação; d) Contudo, também foi sugerido que não existem evidências científicas sobre sua eficácia; e) Foi estimada uma redução de 20% a 80% no custo do tratamento das infecções quando a ozonioterapia é incluída de forma complementar ao tratamento médico convencional; f). Um conjunto de dez sessões custariam R\$ 900, enquanto dez dias de internação poderiam custar mais de R\$ 6 mil; g) Há dois estudos em andamento, relacionados à Covid-19, seguindo os requerimentos éticos em pesquisa; h) Representante do CFM indicou que ainda não há medicamento efetivo e específico para o tratamento da Covid-19 e que, sobre a ozonioterapia, até o momento não há evidências científicas suficientes e não há reconhecimento como especialidade médica, tendo sido considerada como experimental; i) A matéria será reavaliada, de acordo com o resultado dos estudos.					

45.

Data	13/07/20	Área	Vigilância em saúde / Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		A Situação no Estado de SC.			
Participantes		Convidados: Ministro da Saúde Eduardo Pazuello, Franco Duarte, Nísia Lima, André Ribeiro, Leonardo Vilela, Neodi Saretta, José Milton Scheffer, Alexandre Fagundes, Tércio Kasten, Hilário Dalmann, Altamiro Bittencourt, Orildo Severgnini, Gladimir Aroldi, Jorge Cobra, Daniel Ortellado, Helga Bresciani, Marco Aurélio Koerich, Ademar José Paes Jr..			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Fiocruz anunciou efetivação de plataforma automatizada no LACEN/SC para realizar 400 exames laboratoriais por dia; c) O MS anunciou ampliação de leitos e monitores de UTI para SC; d) O secretário estadual de saúde alertou sobre o aumento de casos de Covid-19 e a falta de medicamentos nas UTIs (sendo o estoque apenas para alguns dias); e) O MS informou que deve finalizar a compra de medicamentos na indústria farmacêutica, até a					



próxima semana, possibilitando que estados tenham estoques para regularem a situação na rede de saúde; f) Segundo o MS, a próxima segunda-feira deve ser a data do pregão, que deve terminar no mesmo dia, de modo que na próxima terça-feira, em nível nacional, vários órgãos públicos poderão comprar da indústria nacional, além das importadoras, que também poderão participar do pregão.

46.

Data	13/07/20	Área	Vigilância em saúde / Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		A Situação no Estado do RS.			
Participantes		Convidados: Ministro da Saúde Eduardo Pazuello, Luiz Otávio Duarte, Arnaldo Medeiros, Nivaldo Moura, Leonardo Vilela, Arita Bergmann, Naason Rocha; Cláudio Allgayer, André Lagemann.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) A secretária estadual de saúde também alertou sobre o aumento de casos de Covid-19 e a falta de medicamentos nas UTIs; c) Apenas no último mês, o número de pacientes internados em UTIs com Covid-19 aumentou de 239 para 538; d) Há um protocolo de expansão de leitos, mas está sendo prejudicado pela falta de medicamentos, principalmente do que se denomina de kit intubação; e) Observou que o Estado do RS não tem na sua lista a compra desses insumos, pois muitos hospitais são contratados pelas gestões municipais e estadual; f) O Coordenador da Comissão salientou a relevância de promover o diagnóstico precoce da Covid-19, para que os pacientes não venham a necessitar de UTI; g) Também valorizou a disponibilidade do exame de tomografia computadorizada e da saturação sanguínea de oxigênio, para um controle de saturação precoce e internação precoce em enfermarias, com oxigenoterapia, para evitar a intubação em leito de UTI.					

47.

Data	14/07/20	Área	Recursos humanos em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Situação da Residência Médica na Pandemia.				
Participantes	Convidados: Gustavo Hoff, Sergio Santos, Luiz Carlos Von Bahten, Luiz Kimura, Lincoln Ferreira, Euler Sauaia Filho.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Os participantes abordaram a valorização e o fortalecimento da residência médica no Brasil; c) Há mais de 41 mil vagas ocupadas por residentes em todo o País, financiadas pelos governos federal, estaduais e municipais e pelo setor privado; d) Foi proposto reajuste anual na bolsa de residência, que desde 2016 tem valor de R\$ 3.330; e) O coordenador da Comissão sugeriu que o Executivo faça previsão do aumento no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA); Segundo o MEC, o reajuste ainda está sendo decidido entre as pastas da					



Educação e da Saúde, porque há ônus para estados e municípios; f) Os impactos previstos com base em 20% de aumento seriam de R\$ 640 milhões ao ano; g) Durante a pandemia e desde abril, o MS implantou uma bonificação emergencial de R\$ 667 para médicos residentes de instituições públicas, com previsão de pagamento até setembro, podendo ser prorrogado, mas sem previsão na lei orçamentária; g) A pandemia afetou os programas de residência médica no Brasil, por exemplo, nos programas de residência em cirurgia geral, de 315 avaliados pelo Colégio Brasileiro de Cirurgiões, 295 tiveram suas atividades práticas cirúrgicas prejudicadas, contudo programas de obstetrícia foram menos afetados.

48.

40.

Data	14/07/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		O Tratamento Precoce para a Covid-19.			
Participantes		Convidados: Helio Angotti Neto, Antônio Cássio Prado, Nise Yamaguchi, Julio Croda, Albert Dickson, Fernando Suassuna, Ceuci Nunes, Daniel Knupp, Margareth Dalcolmo, João Viola, Natalia Pasternak.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O evento foi marcado pela divergência entre pesquisadores e entre médicos, quanto à eficácia da hidroxicloroquina em tratamentos precoces da Covid-19; c) Ainda não há evidência científica conclusiva sobre a eficácia ou não do uso da cloroquina, da hidroxicloroquina ou da ivermectina; d) O MS criticou a análise isolada de artigos publicados em revistas científicas e a politização do debate e apresentou vários estudos que sugerem efeito benéfico no tratamento precoce; e) Ainda são necessários dados mais robustos para fundamentar políticas públicas com base nesses medicamentos, de modo que o seu uso continua na consideração de cada caso pelo médico assistente.					

49.

Data	15/07/20	Área	Vigilância em saúde / Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Situação dos Povos Indígenas no enfrentamento da Pandemia.			
Participantes		Convidados: Robson Silva, João Pinto Rosa, Sandra Terena, Leila Saraiva, Erik Jennings, Douglas Rodrigues, Sofia Mendonça, Sônia Guajajara, Kretã Kaingang, Mário Nicácio.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Representantes do governo federal informaram que não há falta de atendimento às comunidades indígenas para o controle da Covid-19, conforme relatório das ações realizadas junto a cerca de 750 mil índios cadastrados; c) Segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde haveria 4.213 infectados e 216 óbitos, enquanto que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) indicou que haveria 15 mil infectados e 501 mortes; d) O MS detalhou a rede de atendimento à população indígena e o trabalho das equipes					



multiprofissionais, destacando a distribuição de mais de 800 mil itens de proteção; e) A taxa de letalidade seria de 2,2%; f) O MS negou que a cloroquina esteja sendo prescrita para o tratamento da Covid-19, indicando que o medicamento é usado para o tratamento contra a malária; g) Comparações entre os gastos de 2019 e 2020 tanto na Saúde Indígena quanto na Funai indicam que, enquanto de janeiro a junho de 2019 foram executados R\$ 656 milhões na principal ação orçamentária da Saúde Indígena; de janeiro a junho de 2020, os recursos pagos foram de R\$ 620 milhões; h) Foi alertada a rapidez da disseminação da Covid-19 e a importância do isolamento das comunidades; i) Foram demandados medicamentos, profissionais de saúde e testagem para os indígenas, além do plano de contingência do governo federal; j) Também foram abordados os vetos presidenciais ao Projeto de Lei 1142/2020, que estabelece um plano emergencial para o enfrentamento do coronavírus pelos indígenas e outros povos tradicionais; k) Foram vetados itens que obrigavam o governo a garantir a esses povos o acesso à água potável; a distribuir gratuitamente materiais de higiene, limpeza e de desinfecção; a ofertar emergencialmente leitos hospitalares e de terapia intensiva; e a comprar ventiladores e máquinas de oxigenação sanguínea; l) A Comissão encaminhará ofício ao presidente do Congresso, solicitando rapidez na apreciação dos vetos.

50.

# 00:					
Data	16/07/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Manejo Clínico em Pacientes Críticos da Covid.			
Participantes		Convidados: Ho Yeh-Li, Suzana Lobo, Rogean Nunes.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Apenas 6% dos municípios do Brasil possuem leitos de UTI; c) A falta de medicamentos prejudica tratamento da Covid-19 nas UTIs; d) Há concentração de equipamentos nas grandes cidades; e) o Brasil é o país com o maior número de mortes de profissionais de saúde; f) Além de medicamentos sedativos e anestésicos faltam outros produtos, como os necessários para aspiração de secreções e para realização de diálises; g) Também há falta de profissionais capacitados e as desigualdades de estrutura entre grandes e pequenas cidades e também entre as regiões do País; h) Há relatos de que o abastecimento de medicamentos tem melhorado nos últimos dias, contudo foi sugerido que os pacientes sem Covid-19 poderiam receber anestésicos por inalação, pois os estoques destes medicamentos estão regulares; i) Do início de março ao início de julho, 27 mil pessoas foram internadas por Covid-19 no Brasil, com uma média de permanência de 12 dias, além dos pacientes diagnosticados com outras síndromes respiratórias; j) Dois terços das vagas estão na rede privada e um terço no SUSE na rede pública, 70% dos internados em UTIs ficam intubados; k) 50% dos leitos de UTI estão em capitais e grandes cidades, apesar de três quartos dos brasileiros morarem no interior; l) Foi					



alertado o risco da abertura de novas vagas sem as condições necessárias de profissionais capacitados e de insumos; m) Foi destacado o risco do uso de ventiladores inadequados nas UTIs, o medo de profissionais que têm equipamentos de proteção deficientes; n) Há necessidade de usar equipamentos comprados e estrutura criada durante a pandemia, para fortalecer o SUS; o) Hove queixa contra PL que tramita no Senado sobre liberação de ventiladores, pois é preciso atentar para a qualidade desses aparelhos; p) Coordenador da Comissão destacou a necessidade de ampliar as vagas de residência para qualificar profissionais que atuam na terapia intensiva.

#51.

#31.

Data	16/07/20	Área	Vigilância em saúde / Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Situação no Estado do PR.				
Participantes	Convidados: Ministro da Saúde Eduardo Pazuello, Carlos Alberto Preto, Deputado Estadual Dr. Batista, Flaviano Ventorim, Darlan Scalco, Carlos Alberto de Andrade.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Ocorreu aumento de casos de Covid-19 no Paraná e a taxa de ocupação das UTIs em Curitiba já está em 96% e no restante do estado, em 74%; c) O secretário de saúde do estado informou que ainda há capacidade para atender pacientes que precisam de UTI, mas é preciso garantir os medicamentos para intubação, equipamentos e testes para a população; d) Houve esforço para incorporação de mais 750 leitos; e) O Ministro da Saúde informou que a elevação de casos na Região Sul já era esperada e os efeitos podem ser reduzidos pela preparação e aprendizado prévio; f) Participantes indicaram a falta de acesso dos hospitais aos produtos necessários para ampliar a rede de atendimento à população; g) Foi sugerido ao MS que busque entendimentos com o TCU e a PGR para resolver dúvidas relativas ao uso emergencial de recursos.					

52.

# 027					
Data	21/07/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Exames Sorológicos e Sistema Suplementar de Saúde.			
Participantes		Convidados: Rogério Barbosa, Teófilo José, Clóvis Arns, Alvaro Pulchinelli, Ana Carolina Navarrete.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Parlamentares, médicos e consumidores demandaram um posicionamento da ANS sobre a cobertura por planos de saúde de exames sorológicos para detecção de anticorpos contra a Covid-19; c) No final de junho uma decisão judicial tornou obrigatória a inclusão do teste sorológico na lista de coberturas dos planos de saúde, contudo, a ANS derrubou a decisão na Justiça; d) Representantes da ANS informaram que seria possível ter uma					



definição sobre a cobertura ou não do exame em até três semanas; e) Haverá reunião técnica com especialistas e a sociedade na próxima sexta-feira e a partir da discussão, uma nota técnica será elaborada e enviada à diretoria colegiada da ANS para análise e definição de uma posição; f) A decisão será baseada em evidências científicas; g) Foi indicado que o exame sorológico deveria ser realizado a partir do 20º dia contado do início dos sintomas e que dados para inquérito sorológico populacional não deveriam ser cobertos por planos; h) O Idec indicou que o exame deveria ser coberto se solicitado por médico; i) Na reunião foi aprovada uma moção de repúdio à violência física ou verbal contra profissionais no exercício de seu trabalho, sejam da saúde, conselheiros tutelares ou agentes de segurança ou de sepultamento.

53.

Data	21/07/20	Área	Vigilância em saúde / Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		A Situação no Estado de MG.			
Participantes		Convidados: Ministro da Saúde Eduardo Pazuello, Governador Romeu Zema, Carlos Eduardo Pereira, Kátia Rocha, Luiz Otávio Duarte, Alessandro Vasconcelos, Arlen Santiago, Fabrício Santos, Marcel Beghini.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, informou que MG ocupa o segundo lugar entre os estados brasileiros com menor incidência de óbitos por 100 mil pessoas; b) Observou que há 7 dias os números se estabilizaram de casos estabilizaram-se; c) O secretário de saúde de MG indicou que não houve desassistência no estado, com ampliação dos leitos de UTI de 2.017 para 3.595, com ocupação média de 68% desses leitos e com ocupação máxima de 81%; d) O Minas Consciente é uma avaliação semanal do perfil de desempenho da rede e da incidência de casos no estado, com o objetivo de modificar o grau de isolamento entre serviços essenciais e a migração para outros setores da economia; e) As Santas Casas apontaram a insuficiência de recursos; f) O MS informou que para tentar resolver o endividamento dos hospitais filantrópicos e Santas Casas haverá reunião com o Banco Central, as instituições financeiras e a Febraban; g) O coordenador destacou a necessidade de reajuste da tabela SUS, sugerindo a volta do pagamento por procedimentos.					

54.

Data	04/08/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		O Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19.			
Participantes		Convidados: Gulnar Azevedo e Silva, Luis Eugenio de Souza, Carlos Lula, Fernando Pigatto, Francisca Silva, Ronald Santos, Helio Bacha, Manoel Barral Netto, Lucia Souto.			
Informações destacadas					



a) Reunião virtual; b) Foi apresentado o Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia de Covid-19, elaborado por 15 entidades da Frente pela Vida, com várias recomendações, entre elas a implantação de uma coordenação nacional para o combate à pandemia e mais transparência e participação da sociedade, especialmente da sociedade científica, no Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde; c) Foi recomendada a revisão do teto de gastos públicos determinado pela Emenda Constitucional 95 e que o orçamento da Saúde para 2021 seja mantido igual ao de 2019 (incluindo os recursos extras relacionados à pandemia de Covid-19), por meio da garantia de um piso emergencial para 2021 no valor de R\$ 167,8 bilhões; d) No debate, foi recomendada a aprovação do PL 3944/20, que garante a manutenção em 2021 de metade dos leitos hospitalares criados na pandemia e registrado que o Brasil tem testado relativamente pouco para a Covid-19 e que as pessoas assintomáticas precisariam ser isoladas.

55.

Data	04/08/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Situação da Covid-19 no Sistema Penitenciário Brasileiro				
Participantes	Convidados: Diego Monte, Rodrigo Lopes, Luís Lanfredi, João Marcos Buch, Thaisa Souza, Thiago Cury, Pedro Barros, Leandro Soares, Fernando Anunciação, Bárbara Coloniese.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), houve um crescimento de 83,5% no número de casos de Covid-10 nos presídios do País em um período de 30 dias (até 29/07/20); c) Houve aumento de 22% no número de mortes; d) No total, ocorreram 17.123 casos confirmados e 139 óbitos – 65 entre servidores e 74 entre presos; e) Foi sugerido o aumento da testagem de presos e de agentes penitenciários; f) Foi mencionada a escassez de equipes médicas atuando no sistema prisional e a dificuldade de presos acessarem o sistema público de saúde; g) Foram realizados 34.574 testes rápidos em todo o País, o que representa quase 5% do total de presos (cerca de 750 mil pessoas); h) No total, 87 mil testes rápidos já foram distribuídos aos estados; i) Foi mencionado que a Recomendação 62/20, do CNJ, que sugere, como medida de prevenção à Covid-19, a transferência de presos e internos para regimes de cumprimento de pena menos rígidos (semi-aberto, aberto, domiciliar), sobretudo quando envolver grávida, lactante, idoso, indígena ou pessoas responsáveis por menor ou por pessoa com deficiência, propiciou a liberação de presos de alta periculosidade; j) Por outro lado, foi informado que mais de 30 países já adotaram medidas para autorizar prisões em regime domiciliar, indultos ou liberação de pessoas, para prevenir a disseminação da Covid-19.					

56.

Data	05/08/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Vacina da Covid-19 e a Estratégia Nacional de Vacinação.				



Participantes	Convidados: Arnaldo Medeiros, Marco Krieger, Mauricio Zuma, Willames Bezerra, Nereu Mansano.
Informações destacadas	
a) Reunião virtual; b) Foi informado que as primeiras 15 milhões de doses da vacina de Oxford contra o novo coronavírus devem ser disponibilizadas pela Fundação Oswaldo Cruz a partir de janeiro de 2021; c) A vacina será líquida e de aplicação intramuscular, o que facilitará a logística de distribuição; d) Poderá ser conservada em temperaturas entre 2 e 8 graus celsius, como no caso de outras vacinas; e) As primeiras 30 milhões de doses da vacina serão produzidas no exterior e serão finalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz, mas o acordo com o MS estabelece a produção nacional de outras 70 milhões de doses; f) Será editada uma medida provisória prevendo R\$ 2 bilhões para financiar a produção da vacina; g) O MS já está planejando a compra de seringas e agulhas junto à indústria e as prioridades na aplicação das primeiras doses, que incluirão os grupos de maior risco para a Covid-19; h) Foi indicado que o País tem experiência com vacinações, pois aplica 200 milhões de doses anualmente.	

57.

Data	05/08/20	Área	Atenção à saúde / Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		A Situação da Gestante no Brasil Durante a Pandemia.			
Participantes		Convidados: Raphael Parente, Roxana Knobel, Rossana Vieira Francisco, Debora Santos, Antonio Braga Neto, Melania Amorim, Sue Sun, Cláudia Castro, Geraldo Duarte.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O MS informou que as gestantes serão submetidas a protocolos específicos de atendimento e que todas serão testadas para Covid-19 ao final da gestação;c) Há orientação de que as gestantes procurem atendimento médico nos primeiros sintomas gripais e que todas sejam testadas; d) A mortalidade materna no Brasil ainda é alta, pois até 01/08/20 foram registrados 199 óbitos de mulheres grávidas no Brasil, sendo 135 por Covid-19; e) As gestantes têm risco 1,5 maior de internação em UTI com necessidade de ventilação mecânica em relação à população geral; f) O grupo brasileiro de estudos da Covid-19 em gestantes verificou desigualdades nas condições clínicas de gestantes por ocasião do atendimento; g) Foi destacada a necessidade de aumento na remuneração da tabela do SUS para que os municípios possam garantir a realização de um pré-natal de qualidade; h) Foi aprovada urgência na apreciação de dois PLs relacionados ao tema: o 2442/20 (amplia na pandemia a validade de pedidos médicos para realização de exames de pré-natal); e o 3932/20 (determina o afastamento das gestantes do trabalho durante a pandemia).					



58.

Data	06/08/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Vacina em Desenvolvimento no Instituto Butantan.				
Participantes	Convidados: Arnaldo Medeiros, Jean Carlo Gorinchteyn, Dimas Covas, Gustavo Santos, Raul Machado Neto, Paulo Capelotto, o Ricardo Palacios, Cristiano Gonçalves, Tiago Rocca, Camile Sachetti,.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi informado que a vacina contra a Covid-19 (Coronavac) possui patente do laboratório chinês Sinova e está em desenvolvimento por meio de parceria com o Instituto Butantan; c) Será produzida a partir de outubro, mas provavelmente apenas em janeiro de 2021 estará pronta para distribuição; d) Serão dois lotes iniciais de vacinas, com 15 milhões de doses cada um, vindos do parceiro asiático: o primeiro lote em seringas e o segundo em frascos multidoses; e) Quando a vacina passar a ser totalmente fabricada no Brasil, a tecnologia será a mesma utilizada na vacina que está sendo desenvolvida para a dengue.f) Serão necessários investimentos de R\$ 120 milhões na adaptação de uma fábrica do Butantan; g) As fases 1 e 2 da produção são de responsabilidade da China e a fase 3, a de estudos clínicos, está sendo realizada no Brasil, com 9 mil voluntários em 12 centros de pesquisa; h) A Anvisa informou que há uma flexibilização de processos e que o tempo inicial de 60 dias para a concessão do registro da vacina pode ser reduzido.					

59.

Data	12/08/20	Área	Fiscalização e controle	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Transparência dos Gastos no Enfrentamento à Covid-19				
Participantes	Convidados: Paulo Martins, Cláudia Taya, Renato Fenili, Edilson Vitorelli, Bruno Brandão, Roberto Livianu.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foram mencionados casos de compras superfaturadas e desvio de recursos durante a pandemia; c) A ONG Transparência Internacional indicou que a crise sanitária provocou o maior gasto público da história e o relaxamento das normas de controle, mas houve melhora na transparência em relação às despesas com a Covid-19 entre maio e julho; d) Foi sugerido um maior controle dos repasses de recursos públicos e que se leve em consideração a relação entre o custo e a efetividade na aplicação dos mesmos; e) O TCU informou que 28 auditorias estão em andamento; e) Representantes da sociedade demandaram dados com maior clareza; f) O Ministério Público Federal informou que acompanha 6.084 processos judiciais relacionados ao novo Coronavírus; g) A Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU) realizou 25 operações em conjunto com a Polícia Federal para investigar suspeitas de desvios em compras que envolvem R\$ 546 milhões, além da apuração de fraudes no recebimento do auxílio emergencial de R\$ 600; h) O Ministério da					



Economia defendeu a realização de compras agregadas.

60.

Data	12/08/20	Área	Pesquisa	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Pesquisa Clínica no Brasil no Contexto da Pandemia do Coronavírus				
Participantes	Convidados: Hélio Angotti Neto, Camile Sachetti, Solange Nappo, Paulo Fernandes, Fábio Franke, Regina Próspero, Marlene Oliveira.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi recomendada a votação PL 7082/17, que regulamenta a realização de pesquisas clínicas com seres humanos, o qual objetiva assegurar direitos e princípios éticos na relação entre pesquisador e paciente e garantir agilidade no exame e no registro de medicamentos no País; c) Pesquisadores consideram que a pandemia de Covid-19 acelerou estudos clínicos sobre a doença, com destaque para as vacinas; d) O Ministério da Saúde informou que tem apoiado comitês de ética e pesquisa, que possui uma chamada pública para contratação de pesquisas e que está atento às publicações institucionais sobre tratamentos e vacinas no Brasil e no mundo.					

61.

Data	13/08/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		A situação dos medicamentos para intubação.			
Participantes		Convidados: Luiz Duarte, Alessandro Vasconcelos, Sônia Almeida, Roberto Dias, Sandra Krueger, Jairo Bisol, Rafael Meira Luz, Heber Bernarde, Willames Bezerra, Nelson Mussolini, Meiruze Freitas, Romilson Volotão,..			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O Ministério da Saúde informou que poderá exigir, por meio de requisição administrativa, que a produção total de 15 indústrias farmacêuticas seja direcionada para esses produtos do “kit intubação”; c) A Anvisa informou que um edital solicitará informações diárias às empresas sobre a produção desses medicamentos; d) O MS informou sobre compra de neurobloqueadores musculares, sedativos e analgésicos, para suprir as necessidades da rede de saúde por períodos que variam de 33 a 272 dias; e) As aquisições do MS atendem também à rede privada, por meio de empréstimo ou indenização posterior; f) Representantes dos conselhos de secretários estaduais e municipais de saúde indicaram que a situação ainda é crítica, pois levantamento em 1.600 hospitais do Plano de Contingência da Covid-19 mostrou que, para pelo menos um medicamento do “kit intubação”, há estados com quantidades para 5 ou 10 dias, quando ainda há estoque disponível; g) Deputados mencionaram o desabastecimento, o sobrepreço e dificuldade de aquisição por Santas Casas e hospitais filantrópicos; h) A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos solicitou informações às secretarias estaduais de saúde e à indústria farmacêutica e verificou indícios de preços					



abusivos em três medicamentos adquiridos pela secretaria estadual do Amazonas e em seis notas fiscais enviadas por quatro empresas; i) O Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos mencionou que o maior problema é a falta dos produtos, devido ao grande consumo durante a pandemia, mesmo com as fábricas trabalhando 24 horas por dia; j) Esses produtos eram usados em menos de 3 mil leitos e passaram a ser usados em mais de 20 mil leitos e produtos que eram usados de 3 a 4 horas por dia a passaram a ser utilizados 24 horas por dia, 7 dias por semana; k) A Comissão continuará a monitorar a situação.

62.

Data	18/08/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Trabalhadores de fora da área da saúde na linha de frente.			
Participantes		Convidados: Marcelo Naegle, Renan Kalil, Madalena Teixeira, José Moacyr Pereira, Aline Silva, Maria Isabel Reis, Lourival Panhozzi.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Trabalhadores de categorias que não pertencem à área da saúde e estão na linha de frente do combate à Covid-19 (como os trabalhadores do transporte coletivo, de limpeza, de frigoríficos, domésticas, cuidadoras, entregadores e sepultadores) mencionaram as dificuldades para evitar a contaminação, como a falta de equipamentos de proteção e o risco do contágio durante o deslocamento para o local de trabalho; c) Foi demandada prioridade na testagem e na aplicação das futuras vacinas;					

63.

17.00:

Data	18/08/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A situação dos pacientes com doenças raras na Pandemia da Covid-19.				
Participantes	Convidados: Adriana Vilas Bôas, Têmis Félix, Regina Próspero, Vinícius Volpi, Letícia Leão, Deise Correa,				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi mencionado que a saúde de pessoas com doenças raras corre o risco de sofrer danos irreparáveis durante a pandemia de Covid-19; b) Além da dificuldade de acesso a alguns medicamentos, desde março, muitos pacientes com doenças raras tiveram interrupções no tratamento ou deixaram de comparecer às unidades de saúde por medo de contrair o novo coronavírus; c) O acompanhamento em geral é multidisciplinar e não pode ser cessado; d) Foi sugerida a realização de campanha para esclarecer as pessoas sobre a necessidade de diagnosticar precocemente e de manter o tratamento de doenças raras mesmo durante a pandemia de Covid-19.					

64.

Data	19/08/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	O Retorno das Atividades do Futebol Brasileiro na pandemia da Covid-19.				



Participantes	Convidados: Walter Feldman, Jorge Pagura, Ronaldo Santos, Rodolfo Landim, Márcio Tannure, Ivan Grava, Wagner Menezes, Juca Kfourir, Benjamin Back, Alex Sandro Gomes.
Informações destacadas	
a) Reunião virtual; b) Convidados consideraram precipitado o retorno de torneio de futebol, diante das mortes causadas pela pandemia, contudo, dirigentes destacaram que protocolos de segurança são seguidos e que não há, até agora, nenhum indício de contaminação durante os jogos; c) Segundo a CBF, em três testagens visando ao Campeonato Brasileiro, o número de infectados diminuiu de 74 para 16, a incidência da doença nos atletas é de 3% e 50% dos casos estão concentrados em 5 times, d) O retorno da torcida aos estádios será decidido com cautela e ouvindo autoridades de saúde.	

65.

03:

Data	19/08/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A situação dos pacientes cardiopatas na pandemia da Covid-19.				
Participantes	Convidados: Marcelo Lopes, Mirna de Sousa, Wilson Silveira, Márcio Haro.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi destacada a necessidade de atenção a doenças do coração durante a pandemia; c) Segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia o excesso de mortes em 2020 decorre, sobretudo, de causas relacionadas à Covid-19 e até há uma redução nas notificações de mortes por infarto e AVC; d) Houve uma redução da ordem de 12% no Brasil, contudo, as notificações de óbito por doenças cardíacas por causa indeterminada no domicílio aumentaram 50%; e) Há no País 885 municípios sem nenhum equipamento de eletrocardiograma e outros 1.814 com apenas um equipamento; f) Também foi observada que, embora em menor número, ocorrem mortes de crianças no caso da Covid-19 e que cardiopatias e principalmente obesidade infantil podem se tornar fatores de risco; g) Houve diminuição no número de cirurgias eletivas realizadas em crianças, uma vez que durante a pandemia priorizaram-se os casos emergenciais, de modo que o acúmulo da fila está aumentando, o que pode gerar operações tardias e com mais complicações; h) O Ministério da Saúde apresentará um plano de ação relativo a cardiopatias congênitas.					

66.

Data	26/08/20	Área	Vigilância em saúde	<u>Vídeo</u>	Notas taquigráficas
Tema	Vacina em Desenvolvimento no Instituto Gamaleya e Governo da Rússia.				
Participantes	Convidados: Sergey Akopov, Kirill Dimitrov, Alexander Gintsburg, Camile Sachetti, Jorge Callado, Marco Aurélio Krieger.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O Diretor do Instituto Gamaleya de Moscou, responsável pelo desenvolvimento da vacina russa contra Covid-19, chamada Sputnik V, informou que a mesma					



foi aplicada em 100 voluntários entre os próprios pesquisadores, os quais desenvolveram imunidade por até cinco meses; c) A tecnologia da vacina (contendo um tipo de adenovírus humano) é similar a outras usadas contra o ebola e a Mers (síndrome respiratória do Oriente Médio); d) Serão necessárias duas doses da vacina para cada pessoa, a fim de ampliar o tempo de imunização para até dois anos, como no caso do ebola; e) O embaixador da Rússia informou que os resultados das fases 1 e 2 de testes tinham sido recebidos e seriam enviados aos integrantes da Comissão; f) O chefe do fundo soberano da Rússia informou que a fase 3 de testes da vacina (em humanos) iniciará na próxima semana, envolvendo 40 mil russos; g) A previsão é que a vacina esteja disponível em outubro e a produção deverá atingir 10 milhões de doses até dezembro; h) A legislação russa permite que no estado de emergência voluntários do grupo de risco sejam vacinados, como médicos e enfermeiros, mesmo que a vacina ainda esteja na fase 3 de testes; i) Foi manifestado interesse de que a produção da vacina também ocorra no Brasil, havendo um memorando de entendimento com o governo do Paraná; j) Não haveria interesse em lucrar com a vacina; k) Foi considerado que o Brasil tem capacidades tecnológicas, científicas e humanas para ser o centro de produção e distribuição da vacina não apenas para o Brasil como para outras regiões; l) O diretor-presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) mencionou que há intenção de fechar acordo com o governo russo para fazer os testes da fase 3 com brasileiros e para produzir a vacina no País, após liberação da Anvisa; m) Foi destacado que o Brasil permite registro emergencial, mas que são necessários os estudos das fases 1, 2 e 3, com número de voluntários que sejam suficientes para avaliar a eficácia e segurança da vacina

67.

01:

Data	26/08/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Impacto da Covid-19 nas populações negras e quilombolas.				
Participantes	Convidados: Carmela Zigoni, Valdecir Nascimento, Angela Terto, Luciana Gonçalves, Anatalina Lourenço, Márcia Alves, Selma Dealdina, Douglas Belchior.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) indicou um desmonte na política de igualdade racial do País e lamentou a baixa execução do orçamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), pois foram gastos neste ano apenas 13% (R\$ 77 milhões) dos R\$ 575 milhões disponíveis; c) Também citou a exclusão no Plano Plurianual 2020-2023, do Programa 2034, que prevê ações de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial; d) Quanto aos quilombolas, destacou a ausência de recursos para a regularização fundiária desde 2017 e de recursos para apoiar o desenvolvimento sustentável desde 2018; e) Foi sugerido o fortalecimento da atenção básica à saúde em periferias, favelas e região de quilombos; f) Foi considerado que a pandemia evidenciou e					



agravou ainda mais a exclusão social, o racismo, o desemprego, a ausência de saneamento básico e a violência entre populações vulneráveis; g) O MDH informou sobre ações do governo voltadas às populações negra e quilombola na pandemia, como o pagamento de auxílio emergencial de R\$ 600 (pode atender a 21 milhões de negros e pardos e 235 mil quilombolas), a isenção da tarifa de energia elétrica e medidas para reduzir o contágio pelo novo Coronavírus; h) Também houve destinação de R\$ 4 milhões para compra de cestas básicas para comunidades quilombolas (67,2% foram entregues); i) Até o momento 155 quilombolas morreram em decorrência da Covid-19 de um total de 5 mil contaminados; j) As cestas básicas foram consideradas insuficientes e foi indicado que milhares de famílias foram excluídas do bolsa família.

#68

Data	01/09/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Casos Graves de Covid-19 em Crianças.			
Participantes		Convidados: Antonio Braga Neto, Maria José Maldonado, Marcelo Brandão, Arnaldo Prata.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi informada uma letalidade ao redor de 10% para as pessoas de 0 a 19 anos de idade com diagnóstico confirmado de Covid-19 (759 óbitos entre 7.436 pacientes internados dessa faixa etária até 22 de agosto, sendo que na faixa até cinco anos de idade, foram 371 mortes - nos Estados Unidos, esse número não chega a 100); c) A síndrome inflamatória multissistêmica pediátrica (SIM-P) tem sido um dos agravantes desses óbitos; d). Entre pessoas de 0 a 19 anos de idade, menos de 1% necessita de internação hospitalar, contudo, entre as que internam, a mortalidade pode ser alta, e a presença de comorbidades aumenta em quase seis vezes a chance de gravidade e a doença inflamatória multissistêmica pode acontecer em torno de 10% a 15% dos casos; e) A SIM-P é uma doença autoimune caracterizada por febre persistente, cefaleia e distúrbios cardiovasculares, renais, gastrointestinais e neurológicos; f) O Ministério da Saúde recomendou (ainda não seria obrigatório) a notificação desses casos em julho e foram registrados 197 casos de SIM-P; g) O MS mencionou aquisição de imunoglobulina, o principal medicamento para tratar a síndrome; h) Os casos mais graves necessitam de oxigenação por membrana corpórea, um equipamento hoje presente em poucas UTIs pediátricas de referência; i) O avanço da pandemia para o interior do país e a reabertura de escolas e creches são preocupações; j) Segundo a Associação de Medicina Intensiva Brasileira, o país tem 796 UTIs neonatais e 613 UTIs pediátricas, que oferecem em torno de 13 mil leitos para crianças, sendo quase metade deles está concentrada na região Sudeste; k) O MS estuda a inclusão de crianças com comorbidades na lista prioritária para a futura vacina contra a Covid-19.					



#69

Data	01/09/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Situação dos Pacientes com Diabetes na Covid-19.			
Participantes		Convidados: Juliana Silva, Sandra Barros, Maíra Botelho, Marco Antônio Matos, Willames Bezerra, Fadlo Fraige Filho, Hermelinda Pedrosa, Karla Melo, Vanessa Pirolo.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi informado que morrem a cada ano no Brasil cerca de 200 mil pessoas por complicações relacionadas ao diabetes e estimado que, na pandemia, esses pacientes podem representar entre 40% e 45% dos óbitos por Covid-19; c) Tal número elevado se deve ao fato de que a glicemia descontrolada prejudica a imunidade, favorecendo infecções; d) Foi destacada dificuldade no acesso à insulina por meio do SUS por conta de um protocolo que exige a avaliação de um endocrinologista, que não está acessível para a maior parte da população; e) O MS indicou que de 2019 para 2020 houve um aumento na distribuição de insulina, mas reconheceu que a mudança do medicamento da atenção especializada para a atenção básica precisa ser discutida com cautela (há um estoque de 1,6 bilhão de frascos, com validade para 2021); f) É preciso que o SUS prepare-se para atender os pacientes num sistema sobrecarregado.					

#70

Data	02/09/20	Área	Economia	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Debate sobre a Estratégia Nacional de Saúde proposta no PL 2583/2020.			
Participantes		Convidados: Patrícia Medeiros, Rivanildo Freitas, Ana Paula Barreto, Sandra Barros, Andrey Vilas Boas, Marcos Nakagomi, Paulo César Alvim, Leandro Pereira, Cynthia Mattos, José Henrique Camargo, Paulo Henrique Fracaro, Carlos Gadelha, Fernando Silveira Filho.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi apoiada proposta que objetiva promover a soberania na produção de materiais, medicamentos e insumos de saúde, por meio da Estratégia Nacional de Saúde (PL 2583/20); c) O autor do projeto solicitou a colaboração do Ministério da Defesa para definir que produtos devem enquadrados como estratégicos; d) A ideia é incentivar as indústrias nacionais que investem em pesquisa e produção desses itens essenciais ao sistema de saúde, que seriam credenciadas como empresas estratégicas e teriam regime tributário especial, financiamentos específicos e preferência nas compras públicas, entre outras vantagens; e) A proposta abordaria problemas observados na pandemia, como: a dependência do Brasil em relação às importações; descumprimento de contratos; f) A Anvisa mencionou que o Brasil poderia instalar novos centros de tecnologia para desenvolvimento da indústria da saúde na América Latina; g) A Fiocruz					



destacou que o complexo industrial da saúde no Brasil movimenta 9% do Produto Interno Bruto (PIB) e gera 7 milhões de empregos diretos e que a legislação estabelece diferenças para a indústria nacional e o produto importado; h) Representantes da indústria indicaram que há tratamento desigual na cobrança de tributos e na garantia de pagamento das compras governamentais (há vantagens para aquisição de produtos importados).

#71

Data	09/09/20	Área	Educação / Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Experiências Internacionais no retorno às aulas presenciais pós Covid.			
Participantes		Convidados: Florence Bauer, Akira Yamada, Lee Jang, Henrik Dahl, Carolina Campos, Wandemberg Santos, Luiz Roberto Curi, Claudio Furtado, Alessio Lima.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Especialistas e parlamentares recomendaram o retorno às aulas presenciais com medidas de prevenção contra o Coronavírus; c) Foram apresentadas as experiências de vários países; d) Na Suécia, as escolas secundárias foram fechadas, porque o governo avaliou que o ambiente escolar era mais adequado para proteger as crianças do vírus; e) O Japão e a Coreia do Sul fecharam as escolas por alguns períodos e reabriram com medidas de segurança, escalonamento de horários e monitoramento de infectados; f) A Unicef recomendou a reabertura das escolas, dependendo da situação da Covid-19 e a adoção de medidas de segurança, pois, além da educação, elas colaboram com a nutrição, a proteção e a saúde mental dos alunos; g) Representantes do setor educacional do Brasil reforçaram as diferenças regionais e situações diversas da pandemia na retomada das aulas; h) O Ministério da Educação elaborou um Protocolo de Biossegurança para atividades presenciais; i) Estudo sobre a volta às aulas em 20 países indicou que países onde a reabertura das escolas não provocou o aumento dos casos de Covid-19 estavam com a curva de contaminação decrescente ou estabilizada, cumpriram o distanciamento físico e o monitoramento de casos, além de apresentar boa comunicação e transparência governamental; j) Ao final da reunião, representantes do Conselho Nacional de Saúde entregaram petição pública sobre a manutenção do orçamento da saúde em 2021, com mais de 50 mil assinaturas, protestando contra o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2021, que não conta com os recursos extraordinários liberados neste ano para o combate à pandemia do coronavírus (PLN 28/20); k) O texto do Conselho Nacional de Saúde sugere um piso emergencial mínimo para o setor, com um orçamento igual ao previsto para este ano, que foi de R\$ 168,7 bilhões, acrescido de créditos extraordinários, além da variação anual do IPCA (2,3%).					

#72



Data	30/09/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	O estado atual do desenvolvimento da vacina de Oxford.				
Participantes	Convidados: Camile Sachetti, Arnaldo Medeiros, Gustavo Santos, Nísia Lima, Marcos Krieger, Jorge Mazzei, Mario Moreira.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi informado que o Brasil poderá ter 265 milhões de doses da vacina de Oxford em 2021; c) O processo de submissão da vacina à Anvisa iniciará em outubro; c) Mesmo com a interrupção, por uma semana, dos testes da vacina devido a reações adversas em um voluntário no Reino Unido, o cronograma de produção não será alterado; d) A vacina é um projeto da Universidade de Oxford, na Inglaterra e da farmacêutica AstraZeneca, da Suécia e um acordo foi feito com a Fundação Oswaldo Cruz para a realização de estudos clínicos e para a produção da vacina; e) 57 mil voluntários estão participando dos testes em todo o mundo e 10 mil são brasileiros; f) Os resultados preliminares dos testes clínicos devem estar prontos em novembro e a previsão é de começar a produção em dezembro, e em janeiro de 2021, complementar o pedido de registro à Anvisa; g) O custo da vacina de Oxford deve ser de cerca de US\$ 3; h) A Anvisa aprovou rapidamente o aumento do número de voluntários brasileiros de 5 para 10 mil pessoas, a ampliação da faixa etária, que passou a incluir os idosos, e a adoção de uma segunda dose nos testes; i) Também estabeleceu um prazo máximo de 60 dias para a aprovação do registro de vacinas contra a Covid-19, no âmbito da “submissão contínua”, em que os fabricantes enviam as informações durante o processo de produção; j) Foi criada pelo Ministério da Saúde uma câmara técnica, composta por especialistas e secretários de saúde, para planejar a distribuição e aplicação da vacina e determinar quais serão os grupos prioritários; k) Também foi elaborado um termo de referência para a compra de 300 milhões de seringas; l) Foi elogiada a adesão do Brasil ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19, o Covax Facility, coordenado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), contudo foram demandados esclarecimentos sobre o acordo e sobre a utilização de R\$ 2,5 bilhões destinados para o ingresso do País na aliança.					

#73

Data	07/10/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Acordo e Medida Provisória relativos à adesão ao Covax Facility.			
Participantes		Convidados: Élcio Franco, Flávio Werneck, Hélio Angotti Neto, Camile Sachetti.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi questionado o custo de adesão a consórcio internacional de vacinas; c) O governo brasileiro começou a pagar a primeira parcela, de R\$ 830 milhões, pela adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (coalizão de 168 países, coordenado pela OMS, para garantir vacina contra a Covid-19); d) Parte deste valor, cerca de R\$ 91 milhões,					



poderá ser devolvido se o País não comprar nenhuma vacina do consórcio; e) Duas medidas provisórias (MP 1003/20 e MP 1004/20) que estão sendo examinadas pela Câmara dos Deputados oficializam o acordo com o chamado Covax Facility e destinam R\$ 2,5 bilhões para a iniciativa; f) A meta do grupo internacional é ter 2 bilhões de doses de vacinas até o final de 2021; g) A recomendação é imunizar entre 10% e 50% da população de cada país; h) O Brasil estima um percentual de 10% (segundo o quantitativo estimado de pessoas que se incluem nos grupos de maior risco), o que corresponderia a 42 milhões de doses, na hipótese de a vacina escolhida ser aplicada em duas vezes; i) O ingresso na Covax Facility prevê o pagamento de mais R\$ 1,7 bilhão caso o Brasil escolha uma das vacinas do consórcio; j) Parlamentares questionaram os valores do contrato e que seria elevada a quantia de R\$ 711 milhões, parte não reembolsável paga pela adesão; k) O Ministério da Saúde informou que há diferença nos valores individuais das vacinas e que, em relação à vacina de Oxford, o custo estimado pela Covax Facility é de US\$ 10,55; enquanto a dose resultante do acordo com a Fiocruz tem expectativa de custar US\$ 2,30; l) As 9 vacinas que fazem parte do portfólio da Covax Facility estão em diferentes fases de testes e os resultados de alguns dos estudos clínicos já foram publicados; m) A vacina resultante da parceria entre a chinesa Sinovac e o Instituto Butantan ainda não faz parte desse instrumento internacional.

#74

174					
Data	21/10/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Queda da Cobertura Vacinal em razão da Pandemia de Covid-19			
Participantes		Convidados: Francieli Fantinato, Maísa Kairalla, Juarez Cunha, Marco Aurelio Safadi, Cristiana Toscano, Hisham Hamida e Alessandro Chagas.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) A Sociedade Brasileira de Imunizações ressaltou a eficácia e na segurança das vacinas do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e que é preciso combater a desinformação, para que não se comprometa ainda mais a cobertura vacinal do País, que está em queda desde 2016 e não atinge nenhuma meta do calendário infantil desde 2018; c) Na vacinação contra a poliomielite, por exemplo, em 2015, foram vacinadas 98,29% das crianças com até 1 ano de idade, mas em 2019, apenas 83,74% das crianças receberam a vacina e, até outubro deste ano, apenas 66% foram imunizadas; d) O PNI atribuiu a queda ao próprio sucesso de campanhas de anos anteriores, teriam criado a falsa sensação de que não haveria mais necessidade de vacinação; e) Também mencionou questões técnicas, como horário de funcionamento das unidades de saúde e inconsistência de dados, e sugeriu que a desinformação é um componente decisivo e que está sendo montado um plano de comunicação para combater notícias falsas e o desconhecimento da população; f) Foi mencionado que a necessidade de isolamento social foi outro fator que tem dificultado o alcance de metas de vacinação neste ano;					



Tmbém foi debatida a posição do governo brasileiro em relação à não aquisição da vacina Coronavac, em desenvolvimento pela empresa chinesa, Sinovac, em parceira com o Instituto Butantan; g) Participantes criticaram o uso político de vacinas.

#75

Data	26/10/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	O Estágio das Vacinas em Desenvolvimento no Mundo				
Participantes	Convidados Anthony Wong, Francisco Cardoso, Jorge Kalil, Nise Yamaguchi, Marco Krieger, Francieli Fantinato.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi criticada a discussão antecipada sobre a obrigatoriedade da vacina contra o vírus num contexto em que os testes ainda estão em andamento (três vacinas estão na última fase de testes clínicos no Brasil); c) Também foi criticado o debate polarizado e ideológico, que termina por abalar a credibilidade das vacinas; d) Foi enfatizada a importância do Programa Nacional de Imunização (PNI), do Ministério da Saúde; e) Dados do MS indicam queda na imunização de algumas doenças; f) O MS ressaltou que vacinas contra a Covid-19 só serão incorporadas a partir do momento em que forem autorizadas pela Anvisa; g) Houve questionamento quanto à redução de prazos para o desenvolvimento da vacina, contudo foi reafirmado o compromisso com a segurança das vacinas.					

#76

Data	28/10/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Imunidade de Rebanho na Pandemia de Covid-19				
Participantes	Convidados: Anthony Wong, Nise Yamaguchi, Paolo Zanotto, Alexandre Chieppe.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O Líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros defendeu o retorno “à normalidade” no Brasil, com “isolamento vertical”, ou seja, com cuidados especiais só para idosos e imunodeprimidos, favorecendo uma “imunidade de rebanho” e um plano de retorno à economia sustentável a médio e longo prazo; c) Por outro lado, também foi indicado que não há como medir esse percentual e que especialistas divergem sobre qual percentual deveria ser atingido para proteger o restante da população, com variações entre 20% e 80% da população; d) Foi defendida a flexibilização responsável do distanciamento social, com a devida estrutura, inclusive nas escolas; e) Foi sugerido que a imunidade celular contra o novo coronavírus, não detectada por meio de exames laboratoriais que se baseiam na detecção de anticorpos, seria permanente; f) Foi defendida a adoção de normas rígidas para aprovar a vacina contra a Covid-19 e vacinação facultativa; g) Alguns deputados foram favoráveis à obrigatoriedade da vacina, enquanto outros destacaram que o tema apenas deveria ser debatido após a conclusão dos					



testes com as vacinas.

#77

Data	17/11/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Acompanhamento dos ensaios clínicos da vacina Coronavac no Brasil				
Participantes	Convidados: Hélio Angotti Neto, Antônio Barra Torres, Gustavo Santos, Dimas Covas.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) A Relatora sugeriu que o colegiado faça uma recomendação de conduta a ser adotada em caso de efeitos adversos em voluntários durante testes para vacinas contra a Covid; c) O diretor do Butantan criticou o procedimento da Anvisa em relação à suspensão, pela Anvisa, de testes com a vacina chinesa Coronavac, no dia 9 de novembro, após a agência ser informada pelo Instituto Butantan da morte de um voluntário; d) A Anvisa autorizou a retomada dos testes no dia 11, depois de parecer do Comitê Independente Internacional; e) Segundo o Ministério da Saúde, a Anvisa agiu com responsabilidade na situação, tendo em vista o interesse público.					

#78

#70	Data	25/11/20	Área	Atenção à saúde / Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Testes de Diagnóstico para Covid-19 com validade a expirar em breve				
Participantes		Convidados: Arnaldo Medeiros, Roberto Dias, Breno Soares, Cristiane Gomes, Leonardo Vilela, Willames Bezerra.				
Informações destacadas						
a) Reunião virtual; b) Foi demandada solução do Ministério da Saúde para os cerca de 7 milhões de testes do tipo PCR para diagnóstico do novo coronavírus, que perderão a validade entre dezembro de 2020 e março de 2021; c) O secretário de Vigilância em Saúde informou que, desde o início da pandemia, mais de 23 milhões de kits foram adquiridos, cerca de 15 milhões foram entregues ao Ministério da Saúde e pouco mais de 7 milhões de exames foram realizados até 21 de novembro; d) Os kits com prazo de validade próximo são de uma compra feita por intermédio da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); e) Há uma diferença entre a data que consta da caixa dos exames e a que está nos componentes do teste e quando se observa o prazo de validade dos componentes do kit, verifica-se que é 2023, por exemplo, contudo, os técnicos do Ministério da Saúde não conseguiram esclarecer por que o prazo dos componentes, entre outubro de 2021 e 2023, é maior do que a data de validade impressa nas caixas; f) Informaram que já receberam da empresa produtora, a Seegene, um relatório que vai embasar um pedido de extensão da validade dos testes junto à Anvisa; g) A Anvisa ainda não havia recebido pedido para estender esse prazo e detalhou a importância de estudos de estabilidade criteriosos antes de modificar a validade dos testes; h) A perda da estabilidade está relacionada à						



perda de qualidade, comprometendo a sensibilidade e a especificidade do teste diagnóstico, ou seja, podendo ocasionar resultados falsos positivos/negativos, o que prejudica a política pública para a Covid-19; i) O coordenador da Comissão externa estranhou que, na compra dos testes diagnósticos pelo Ministério da Saúde, não tenha sido feita uma “carta de troca”, instrumento legal que prevê a obrigação de substituição do material próximo ao prazo de validade; j) Representantes de gestores do SUS reivindicaram mais insumos para ampliar a oferta de testes à população e redução do prazo de entrega dos resultados, que tem chegado até a 14 dias; k) . O Ministério da Saúde informou que o tempo de análise é de 48 horas para 85 a 90% dos exames.

#79

Data	02/12/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Balanço das Atividades da Fiocruz durante a Pandemia de Covid-19				
Participantes	Convidados:Nísia Lima, Marco Krieger, Jurandir Frutuoso, Willames Bezerra.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) A Fiocruz informou que já foram destinados à instituição R\$ 3,6 bilhões, que asseguraram as primeiras 100 milhões de doses da vacina contra o coronavírus (que está sendo desenvolvida em conjunto com a Universidade de Oxford, na Inglaterra, e a farmacêutica AstraZeneca) e financiaram também a produção de 11, 7 milhões de testes moleculares para a detecção do vírus, entre outras ações. c) Além dos recursos já liberados, os deputados analisam a medida provisória MP 994/20, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,995 bilhão para custear o contrato de produção da vacina; d) Sobre a eficácia da vacina, observou-se um índice médio de 70% de proteção contra o vírus e 100% de ausência de casos graves entre os voluntários que receberam a vacina; e) Essa vacina tem muitas vantagens: uma termoestabilidade que permite que ela seja disponibilizada pelo programa Nacional de Imunização na cadeia de armazenamento e transporte que já existe, além de um quantitativo que permite que se faça o atendimento de boa parte da população alvo; f) Há dois projetos (PL 4078/20 e PLP 226/20) que estendem até o final de 2021 a possibilidade de transferência de recursos da União para ações de combate ao coronavírus e assinaturas estão sendo recolhidas para a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição com o mesmo teor.					

#80

Data	08/12/20	Área	Gestão do SUS	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		O Orçamento para a Saúde em 2021			
Participantes		Convidados: Arinaldo Rosendo, Antônio Carlos Oliveira Júnior, Blenda Leite, Francisco Funcia, Mirócles Vêras.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Deputados defenderam que o orçamento da Saúde para 2021 contenha a					



previsão de recursos para enfrentar a Covid-19 — incluindo a compra de vacina e alertaram que cerca de 1 bilhão de procedimentos de saúde deixaram de ser realizados em 2020 devido à pandemia, o que deve impactar nos gastos do setor em 2021; c) Segundo o Ministério da Saúde, o piso estabelecido para 2021, de R\$ 123,8 bilhões (conforme as regras estabelecidas pela EC 95/16, do teto de gastos), não inclui vacina contra o coronavírus, a qual não faz parte do calendário anual de vacinação; d) A maior parte desses recursos está destinada à assistência hospitalar (R\$ 55,38 bilhões) e à atenção básica (R\$ 23,9 bilhões); e) A proposta orçamentária prevê R\$ 4,6 bilhões para a compra de 290 milhões de doses de vacina que fazem parte do Programa Nacional de Imunização; f) As vacinas para a Covid estão sendo tratadas via crédito extraordinário, pois não há clareza sobre quais despesas serão necessárias para enfrentar a pandemia em 2021.

#81

Data	08/12/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Situação da Vacina da Pfizer e possível aquisição pelo Brasil			
Participantes		Convidados: Carlos Murillo, Márjori Dulcine.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi debatido o acesso igualitário de estados e municípios a vacina contra Covid-19; c) Representantes da farmacêutica Pfizer, empresa responsável pelas primeiras doses de vacina aplicadas no Reino Unido (em parceria com a empresa alemã de biotecnologia BioNTech), prestaram esclarecimentos; d) Deputados sugeriram a incorporação do imunizante à carteira nacional e demandaram agilidade do governo; e) A vacina da Pfizer é intramuscular e deve ser fornecida em duas doses, com intervalos de 21 dias entre elas, para garantir 95% de eficácia no bloqueio de infecções pelo novo coronavírus; f) No Brasil, a expectativa é que o Ministério da Saúde assine em breve um memorando de intenção de compra de 70 milhões de doses da vacina; g) Ainda assim, a vacinação só começaria em 2021, sem data definida; g) A Pfizer trabalha com a possibilidade de entrega das vacinas diretamente nos pontos de vacinação, assim que o imunizante for devidamente autorizado no Brasil; h) Um container foi especialmente desenvolvido para armazená-lo, já que as doses devem ser mantidas em baixíssimas temperaturas; i) O coordenador da Comissão defendeu a determinação da Lei 14.006/20, de autoria do colegiado, segundo a qual a Anvisa deve liberar para uso no Brasil, no caso da pandemia, insumos aprovados em outros países; j) O Reino Unido não está contemplado na lei, mas a expectativa é que os Estados Unidos aprove em breve a vacina da Pfizer; k) A Pfizer trabalha com três níveis de preços: para países desenvolvidos, para países de renda média e para nações de menor renda; l) O Brasil, por ter participado do estudo clínico da farmacêutica, está recebendo preço preferencial.					

#82



Data	08/12/20	Área	Gestão da informação	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Tecnologia da informação e segurança de dados no contexto da pandemia			
Participantes		Convidados: Jacson Barros, Bárbara Simão, Fernanda Campagnucci, Rogéria Cruz, Giliate Coelho Neto, Débora Melecchi.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foram debatidos os desafios da tecnologia da informação e segurança de dados no contexto da pandemia da COVID-19, em função de denúncias de vazamento de dados sigilosos, dados médicos de cidadãos em serviços de saúde; c) Foi destacado que na Lei Geral de Proteção de Dados existe uma responsabilidade solidária entre quem controla as informações e quem as opera.					

#83

17/03	Data	09/12/20	Área	Atenção à saúde / Vigilância em saúde	<u>Vídeo</u>	Notas taquigráficas
Tema		Plano para utilização dos Kits de Teste com validade a vencer				
Participantes		Convidados: Arnaldo Medeiros, Roberto Dias, Cristiane Gomes, Socorro Gross.				
Informações destacadas						
a) Reunião virtual; b) A Anvisa prorrogou por quatro meses a validade dos testes diagnósticos do tipo PCR que estão em estoque no Ministério da Saúde e que venceriam entre este mês e março de 2021; c) São cerca de 7 milhões de kits para detectar o coronavírus que foram comprados em abril por meio da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS); d) Com o aumento do prazo, a validade vai de abril a julho de 2021, dependendo de análises periódicas Cristiane; e) A extensão foi realizada em caráter excepcional, levando em conta o aumento de casos e de internações por Covid-19, a possibilidade de desabastecimento do produto e o certificado de boas práticas emitido pela agência reguladora em relação ao fabricante, a empresa coreana Seegene; f) As exigências da Anvisa incluem também a elaboração de um Plano de Gerenciamento de Risco por parte do Ministério da Saúde, que incluía a rastreabilidade dos lotes, o monitoramento do transporte, o armazenamento e distribuição de acordo com as especificações do fabricante e o planejamento de medidas a serem tomadas em caso de falhas; g) O Ministério da Saúde tem capacidade de distribuir até 1,6 milhões de kits por mês; h) Foi informado que há processo para a compra de 8 milhões de unidades.						

#84

Data	09/12/20	Área	Vigilância em saúde	<u>Vídeo</u>	Notas taquigráficas
Tema	Plano Nacional de Imunização contra a Covid-19				
Participantes	Convidados: Arnaldo Medeiros, Francieli Fantinato, Juarez Cunha, Carlos Eduardo Lula, Willames Bezerra.				
Informações destacadas					



a) Reunião virtual; b) Deputados e representantes de secretarias de saúde de estados e municípios demandaram do Ministério da Saúde informações detalhadas sobre um plano de vacinação contra Covid-19, incluindo o número de pessoas a serem vacinadas contra a Covid-19 e a quantidade de vacinas pré-contratadas pelo governo federal; c) Também demonstraram preocupação com uma possível falta de insumos como seringas, o que poderia atrasar a vacinação; d) O Ministério da Saúde apresentou uma versão preliminar do Plano de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 e a previsão é adquirir 100,4 milhões de doses da chamada vacina de Oxford e 42 milhões de doses do consórcio Covax Facility, mas estão sendo assinados memorandos de entendimento que podem resultar na compra de outras vacinas; e) A definição dos grupos e fases de vacinação está em constante mudança (dependerá do quantitativo de doses que efetivamente estarão disponíveis em determinado tempo) e a primeira parte da vacinação será dividida em quatro fases, que inclui trabalhadores da saúde, idosos, indígenas, pessoas com comorbidades e professores, num total estimado de até 52 milhões de pessoas; f) A intenção é: incorporar todas as vacinas disponíveis, que sejam eficazes e seguras imunizar toda a população, imunizar toda a população brasileira ou um número máximo de pessoas possíveis em 2021, e que a ação seja coordenada pelo Ministério da Saúde.

#85

Data	09/12/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Pandemia da COVID19 e os Impactos na Terapia Renal Substitutiva				
Participantes	Convidados: Marcos Alexandre Vieira, Carlos Pinho, Daniel Calazans, Humberto Mendes, Daniela Salomão, Flávia Freitas.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Representantes de clínicas de hemodiálise solicitaram mais recursos ao governo federal para continuar atendendo pacientes com doenças renais durante a pandemia de Covid 19; c) Foi solicitada a renovação da Portaria 827/20, do Ministério da Saúde, que garante recursos extras para o tratamento dos pacientes sob suspeita ou com coronavírus, considerando que, devido a determinações de segurança sanitária da Anvisa, o custo desses pacientes (por exemplo: salas diferenciadas, turnos diferenciados, aumento do consumo de EPI e de medicamentos como a heparina) é muito maior para as clínicas, que tentam o aumento no aporte de recursos junto ao Ministério da Saúde desde abril deste ano; d) Também houve aumento de demanda, que já era elevada antes da pandemia; e) Atualmente centenas de pacientes esperam por vaga nas clínicas, internados em hospitais, correndo o risco de contraírem várias doenças, inclusive a Covid-19; f) O Ministério da Saúde confirmou que está sendo construída uma nova portaria para garantir os recursos para as clínicas de hemodiálise; g) Os recursos são enviados para os Fundos estaduais e municipais de saúde, cabendo aos gestores repassarem os valores para as clínicas; h) Foi sugerida alguma legislação com punição para o gestor que retenha o recurso das clínicas de diálise.					



#86

Data	17/12/20	Área	Educação / Vigilância em saúde	<u>Vídeo</u>	Notas taquigráficas
Tema		Retomada das Aulas Presenciais na Educação Básica em 2021			
Participantes		Convidados: Izabel Pessoa, Mauro Rabelo, Maria Helena Castro, Natalino Uggioni, Rossieli Soares, Luiz Miguel Garcia, Luciana Becker Mau, Marco Aurélio Sáfyadi, Wanderson de Oliveira.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Parlamentares, dirigentes públicos de educação e profissionais de saúde recomendaram o retorno de aulas presenciais, seguindo protocolos de segurança para evitar a disseminação do novo coronavírus; b) Foi indicado que a volta às aulas não pode depender do cronograma de vacinação, que a escola é uma ferramenta de proteção social, evitando, por exemplo, a violência contra crianças e que a interrupção de atividades nas unidades de ensino, pode trazer consequências graves para o rendimento escolar; c) Profissionais da educação reivindicaram um programa nacional de retorno às aulas e reclamaram que os professores estão no quarto grupo da primeira etapa de vacinação anunciada pelo Ministério da Saúde; d) Representante do Ministério da Educação listou as ações para auxiliar as redes de ensino, como os R\$ 615 milhões para aquisição de itens de higiene e adequações no espaço físico.					

#87

Data	22/12/20	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	O Programa Nacional de Imunização Contra a COVID19				
Participantes	Convidados: Arnaldo Medeiros, Francieli Fantinato, Nísia Lima.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) A Fiocruz pretende entregar o primeiro lote de um milhão de doses do imunizante feito em conjunto com a Universidade de Oxford e a empresa AstraZeneca ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde na semana de 8 de fevereiro de 2021; c) Estima-se que nos próximos meses, o País conte com 258,4 milhões de doses de várias vacinas contra o coronavírus; d) A Fiocruz espera produzir mais 1 milhão de doses na segunda semana de fevereiro e, a partir daí, estabelecer uma meta de 700 mil doses diárias; e) O Ministério da Saúde ainda não elaborou um cronograma da vacinação com datas específicas; f) Estão previstas: 42 milhões de doses do consórcio Covax Facility; 100,4 milhões da vacina de Oxford; e 70 milhões da vacina da Pfizer; e para o imunizante produzido em conjunto pela chinesa Sinovac e pelo Instituto Butantan, a expectativa é ter 46 milhões de doses: 9 milhões seriam entregues em janeiro, 15 milhões em fevereiro e 22 milhões em março de 2021; totalizando, assim, as 258,4 milhões de doses; g) Parlamentares sugeriram a inclusão, nos grupos prioritários para a vacinação, das pessoas com deficiência e com obesidade mórbida, contudo o MS informou que essas parcelas da população já estão na primeira fase de vacinação					



e que os critérios para a definição dos grupos prioritários são a situação epidemiológica e a manutenção de serviços essenciais; h) Também devem ser incluídas as populações indígena, ribeirinha e quilombola; i) Quanto à capacitação das equipes que vão participar da vacinação contra o coronavírus, estão sendo preparados dois cursos à distância, em convênios com a Fiocruz e com o Conasems.

#88

Data	22/12/20	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Atualização da Situação da Covid-19 no Brasil				
Participantes	Convidados: Ministro Eduardo Pazuello, Luiz Otavio Duarte, Jurandi Frutuoso, Maria da Conceição Rocha.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O ministro da Saúde informou que a expectativa mais otimista para o início da vacinação contra o novo coronavírus é o final de janeiro de 2021 e a mais pessimista, o final de fevereiro; c) Foi criticada a corrida individualizada de estados e municípios pelas vacinas e reiterada a importância de uma ação coordenada, liderada pelo SUS e pelo PNI; d) Também alertou-se para a escassez de recursos orçamentários em 2021; e) Foi mencionada preocupação com as festas de fim de ano e novos contágios.					

#89

Data	16/03/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Situação da Vacinação contra Covid-19 no Brasil				
Participantes	Convidados: Gustavo Santos, Nereu Mansano, Hisham Hamida, Cristiano Gonçalves e Nísia Trindade.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi solicitado ao governo federal o cumprimento do cronograma de entrega de vacinas, a inclusão de categorias nos grupos prioritários e os critérios de distribuição das doses aos estados e municípios; c) Dados do PNI indicam que 424, 9 milhões de doses já estão com contratos de compra fechados e outras 151 milhões dependem de negociações; d) Já foram distribuídos 24,7 milhões de doses e 11,9 milhões foram aplicadas; e) Foi demandada maior previsibilidade e transparência na vacinação e questionada a necessidade de reservar vacinas para a aplicação da segunda dose; f) Foi ressaltada a importância da aprovação do Orçamento de 2021 para a estratégia de imunização.					

#90

Data	23/03/21	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Crise no Fornecimento de Medicamentos necessários para Intubação				
Participantes	Convidados: Luiz Otávio Duarte, Meiruze Freitas, Nelson Mussolini, Breno Monteiro, Heber Dobis, Leonardo Barberes, Marco Ferreira e Mirócles Vera.				



Informações destacadas
a) Reunião virtual; b) Parlamentares solicitaram ao MS a criação de uma central de compras de medicamentos, para evitar a falta de medicamentos para intubação e o aumento abusivo de preços; c) Foi demonstrada preocupação com o orçamento de 202; d) A Anvisa destacou medidas como a simplificação do registro e da importação de medicamentos, a diminuição de prazos, a liberação excepcional de comercialização e a restrição de exportações.

#91

Data	25/03/21	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Fornecimento de Oxigênio a Hospitais Públicos e Privados no Brasil				
Participantes	Convidados: Célia Delgado, Ismael Alexandrino Júnior, Luiz Otávio Duarte, Newton Oliveira, Osnei Okumoto, Ridauto Fernandes.				
Informações destacadas	a) Reunião virtual; b) Representantes do Ministério da Saúde e do Ministério Público Federal sugeriram a integração entre os setores público e privado e uma coordenação de planejamento entre as três esferas de governo para solucionar os problemas de abastecimento de oxigênio para hospitais públicos e privado no País. Havia dificuldade na oferta tanto de oxigênio, quanto dos cilindros de armazenamento. Os maiores problemas ocorrem nos pequenos hospitais e nas UPAs, que não têm estrutura para receber oxigênio líquido e dependem do produto gasoso em cilindros. Entre as soluções buscadas foi citada a compra de cinco mil concentradores de oxigênio, que custam em média R\$ 5 mil. Membro do Ministério Público Federal, cobrou o comando de uma autoridade sanitária nacional no enfrentamento da crise. O MS destacou que a maior empresa do setor está importando 13 caminhões usados do Canadá para tentar normalizar o transporte de oxigênio e que também pretende envolver a aviação civil, além das Forças Armadas, na distribuição do produto.				

#92

Data	30/03/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	O Uso da Tecnologia no Enfrentamento à COVID19				
Participantes	Convidados: Alana Rizzo, Charles Tocantins, Geovani Machado, Marcelo Lacerda, e Marcus Carvalho.				
Informações destacadas	a) Reunião virtual; b) Parlamentares solicitaram a plataformas de conteúdo na Internet para melhorar a distribuição de informações sobre a vacinação e as medidas restritivas utilizadas para conter o avanço do novo coronavírus; c) Foi sugerido que as secretarias estaduais e municipais de saúde usem tais plataformas para divulgar informações; d) Foi informado que muitas plataformas têm auxiliado na divulgação de locais e critérios de vacinação e que milhares de vídeos sobre a Covid-19 e sobre vacinação foram retirados do ar por conterem informações enganosas; e) Foram destacados aplicativos que auxiliam no cálculo das taxas de ocupação das				



unidades de saúde e a necessidade de regulamentar o compartilhamento de dados sobre prontuários, internações e disponibilidade de leitos, resguardando a privacidade do cidadão usuário do sistema de saúde.

#93

Data	30/03/21	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Abastecimento de medicamentos no Brasil para enfrentamento da COVID-19			
Participantes		Convidados: André Lameri, Breno Monteiro, Luiz Otávio Duarte, Flaviano Ventorim, Giana Marcellini, Leonardo Barberes, Marcelo Hahn, Marco Ferreira, Meiruze Freitasnelson Mussolini, Odilon Costa, Renato Alves, Roberto Altieri, Vagner Nogueira, e Walker Lahmann.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Representantes de hospitais privados mencionaram que as requisições de medicamentos do chamado “kit intubação” para a Covid-19 por parte do MS prejudicaram os contratos desses hospitais com a indústria farmacêutica; c) Diretor do laboratório Cristália afirmou que a produção está sendo vendida em uma negociação diária e que não há estoque, pois a produção atual não dá conta da demanda; d) Foi observado que o problema de abastecimento é mundial; e) Os fabricantes indicaram que estão aumentando a produção com novas unidades produtoras, contudo, para alguns medicamentos, com o Midazolam, um indutor de sono, tem faltado o Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA), que é importado; f) Os representantes de hospitais privados também reclamaram de vários tipos de autorizações necessárias para a importação de medicamentos e a Anvisa informou que solucionaria esse problema; g) Foi informado que alguns hospitais de pequeno porte fecharam leitos de UTI por falta de medicação e que, em alguns casos, houve aumento de preço de medicamentos em até 2.200%.					

#94

Data	08/04/21	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Novos Tratamentos para a COVID-19			
Participantes		Convidados: Eduardo Luchi, Fábio Pereira, Hélio Angotti Neto e Priscila Louly.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Médicos do Hospital Meridional Serra no Espírito Santo defenderam o uso do laser de alta intensidade no tratamento da Covid-19; c) O laser agiria através da bioestimulação sobre o edema e a inflamação pulmonar para obter uma melhor resposta dos pacientes com pneumonia por Covid-19; d) Segundo o MS, no Brasil até o momento apenas o medicamento Rendesevir, um antiviral multivalente, foi aprovado pela Anvisa, e tem se mostrado eficiente na redução do tempo de internação para adultos e crianças com mais de 12 anos; e) O MS informou, ainda que o uso dos medicamentos é pautado na evidência científica, observando					



a relação risco/benefício.

#95

Data	13/04/21	Área	Família	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A situação dos Órfãos em decorrência da COVID-19				
Participantes	Convidados: Luciana Oliveira, Maurício Cunha, Benedito Santos, Ariel Alves, Ana Amélia Camarano, Glauce Pereira, Sérgio Marques, Walberto Maciel e Welinton Silva.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Parlamentares demandaram um programa rápido de acolhimento das crianças e adolescentes que perderam pais e responsáveis para a Covid-19; Foi estimado que 47 mil crianças e adolescentes estejam nessa situação; c) A representante do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos informou que ainda não há um projeto específico para atender a crianças e adolescentes que perderam os responsáveis e que será preciso quantificar o número de órfãos; d) Foi aberta chamada pública para que tal levantamento possa ser realizado; e) Foi destacada a necessidade de o Congresso prever recursos para ações de acolhimento e apoio.					

#96

Data	13/04/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	As Novas Variantes da COVID-19				
Participantes	Convidados: Walquíria Almeida, Edinho Silva, Anderson Brito, Átila Iamarino, Bergmann Ribeiro, Marcus Lacerda, Esther Sabino, Alessandro Aldrin, Fernando Avendanho e Artur Sousa.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Especialistas em vigilância epidemiológica recomendaram medidas para conter a disseminação do novo coronavírus, por meio da vacinação ampla, testagem em massa, uso de máscaras e isolamento social c) A única forma de impedir o surgimento de novas mutações é evitar a transmissão de uma pessoa para outra; d) As novas variantes têm capacidades diferenciadas e algumas possuem maior transmissibilidade; e) O Brasil vigilância genômica deficiente, com sequenciamento de menos de 0,004% dos casos diagnosticados, levando a um desconhecimento das variantes que circulam no País; f) Na época, as três cepas que mais preocupavam os estudiosos eram: a do Reino Unido, a do Brasil e a África do Sul; Foi informado que se a transmissão não caísse o País iria ultrapassar as 600 mil mortes nos próximos 100 dias; g) O MS informou que há dificuldade para desenvolver o monitoramento de contato; h) O prefeito de Araraquara (SP) relatou experiência com o uso de medidas como o lockdown.					

#97



Data	27/04/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Situação das Vacinas PFIZER, JANSSEN e SPUTNIK no Brasil				
Participantes	Convidados: Rodrigo Cruz, Franciele Francinato, Gustavo Lima, Fábio Lawson, Ronaldo Pires, Lucila Moro, Cristiane Santos, Alexey Labetskiy, Ivan Konovalov, Andrei Petrov e Evgeny Erin.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) A Anvisa informou que a negativa para a importação da vacina Sputnik V não inviabiliza o uso do imunizante no País, pois a análise poderá ser refeita com o aporte de novos dados; c) Com essa vacina contém adenovírus que se replicariam no organismo, seriam necessários estudos sobre os efeitos dessa replicação; d) Também foi mencionada a falta de controle de impurezas na vacina, dados sobre reações adversas, e até a dificuldade de acesso da equipe da Anvisa que foi à Rússia visitar o Instituto Gamaleya; e) Foi mencionado que consórcios estaduais pretendem adquirir doses da Sputnik V; f) Representantes do Instituto Gamaleya não se manifestaram na audiência, alegando que a reunião começou atrasada e que não poderiam permanecer; g) Foi anunciado que o primeiro lote da Pfizer com 1,35 milhão de doses deveria começar a ser aplicado a partir de maio.					

#98

Data	27/04/21	Área	Vigilância em saúde / Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	O fator obesidade na pandemia da COVID-19				
Participantes	Convidados: Fabio Viegas, Nilson Oliveira Jr, Ricardo Cohen, Camila Vasconcelos, Maria Jimenez, Nélia Almeida, Carolina Loureiro e Adriana Silva.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Parlamentares sugeriram prioridade para pessoas com qualquer grau de obesidade na vacinação contra Covid, pois a obesidade mórbida já é considerada fator de risco para a doença; c) Também foi sugerido que secretários de saúde priorizem o tratamento da doença ligada ao acúmulo de gordura corporal, inclusive nos casos em que a cirurgia bariátrica for indicada; d) Foi demandada preparação do sistema de saúde para assistir aos pacientes que estão represados no período da pandemia; e) Foi informado que o paciente obeso tem 113% mais risco de precisar de internação hospitalar, 74% mais risco de precisar de uma UTI e 64% mais risco de ser intubado; f) Foi demandado que os serviços de saúde possuam equipamentos adequados para as pessoas com obesidade.					

#99

Data	04/05/21	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Situação dos Pacientes Pós AVC e Pós COVID-19				



Participantes	Convidados: Ana Patrícia de Paula, Ângelo Gonçalves, Cristiane Pantaleão, Carla Moro, Heber Bernarde, Linamara Battistella, Marcos Lange e Sheila Martins.
Informações destacadas	
a) Reunião virtual; b) Especialistas recomendaram o fortalecimento da rede de atenção básica à saúde e das modalidades de teleconsulta e telerreabilitação no contexto da pandemia; c) Os casos de acidente vascular cerebral são agravados pela própria Covid-19 ou pelo isolamento social, que atrapalha a prevenção e provoca demora no atendimento dos sintomas mais leves; d) Foi solicitada a formação de um grupo de trabalho no MS para reforçar a orientação dos profissionais da atenção básica diante do aumento da demanda; e) O Conasems elaborou um guia para auxiliar as prefeituras na manutenção da rede de atenção básica à saúde, mas reconheceu a fragilização do trabalho diante dos profissionais contaminados com o coronavírus ou deslocados para outras unidades sobrecarregadas de pacientes com Covid-19; f) Dados do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP) indicam que: nove meses após a internação em UTI, 71% dos pacientes pós-Covid apresentaram algum tipo de limitação nas atividades diárias, 52% continuaram a relatar dor e desconforto, 56% apresentaram ansiedade e depressão e 64% mantiveram quadro de dificuldade de respirar; g) A telerreabilitação e o telemonitoramento podem ajudar na recuperação desses pacientes; h) Foi destacada a campanha “#AVC, não fique em casa”, para divulgar que mesmo diante do necessário isolamento social, as pessoas devem procurar atendimento médico imediato diante dos primeiros sintomas; i) Foi defendida a regulamentação definitiva da telemedicina e da telessaúde.	

#100

Data	11/05/21	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Pandemia da COVID-19 no Brasil sob a perspectiva dos Leitos de UTI.				
Participantes	Convidados: Sergio Okane, Adriana Teixeira e Eliana Dourado.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Parlamentares demandaram financiamento de leitos de UTI para Covid-19 pelo MS até fim da pandemia; c) O MS informou que o Brasil dispõe do dobro de leitos (na época da audiência seriam 22.074) em relação ao tinha no pior momento da pandemia em 2020; d) O custo de um leito de UTI para Covid-19 pode chegar a R\$ 3 mil por dia; e) O MS entre 22% e 37,5% do valor, segundo dados do Conass; f) O MS informou que muitos dos pedidos de desautorização de leitos partem de gestores locais de saúde, quando verificam que não há mais necessidade deles; g) O MS garantiu que manterá o credenciamento pelo prazo necessário nas regiões onde os números da doença são preocupantes; h) O CONASS solicitou que ao menos 5 mil dos leitos de Covid-19 sejam incorporados posteriormente ao sistema assistencial para o atendimento de outras doenças.					



#101

Data	12/05/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A vacinação em Gestantes contra a COVID-19				
Participantes	Convidados: Franciele Fantinato, Raphael Parente, Gustavo Santos, Helaine Capucho, Alexander Precioso, Marco Krieger e Daniel Soranz.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) A audiência foi motivada pela decisão da Anvisa de suspender temporariamente a aplicação da AstraZeneca em gestantes por suspeita de evento adverso grave, desde então, alguns estados e municípios têm mantido a vacinação das gestantes apenas com doses da Coronavac e da Pfizer, mediante apresentação de laudo médico sobre comorbidades e assinatura de termo de consentimento; c) Segundo a Anvisa é necessário fazer um balanço entre risco e benefício, pois ainda não há estudos controlados; d) Parlamentares demandaram orientação precisa que dê segurança às gestantes e às mães de recém-nascidos (puérperas) no momento da vacinação; e) Foi sugerida a prescrição médica para a vacinação; f) a Anvisa destacou que as bulas das vacinas autorizadas no Brasil já trazem o alerta de que o produto não deve ser usado por grávidas sem a orientação de médico; g) Conforme regras previstas em uma resolução da Anvisa, Coronac, Pfizer e Janssen entraram na categoria B de riscos para grávidas, enquanto a AstraZeneca está na categoria C; h) O MS indicou que a gravidez é acompanhada do aumento de risco de alguns eventos, como trombose, daí o reforço da necessidade de avaliação de benefício e risco de todas as vacinas e medicamentos; i) Segundo a Fiocruz, a suspeita de evento adverso que provocou a suspensão temporária da aplicação da AstraZeneca em gestantes foi a morte de uma grávida com AVC hemorrágico, acompanhada de óbito fetal; j) A Fiocruz concordou com a decisão da Anvisa, mas ressaltou que já foram aplicadas 13 milhões de doses no Brasil sem registro comprovado de eventos trombolíticos associados ao imunizante; k) São aguardados os resultados de exames complementares quanto à morte da gestante; l) O MS informou que 15 mil gestantes já foram vacinadas com AstraZeneca e que produzirá uma nota técnica com orientações; m) Segundo o MS, a internação de gestantes por Covid-19 tem relação de 200 por 100 mil e o óbito de gestantes por Covid-19 tem relação de 20 por 100 mil, enquanto que o caso de evento trombolítico após vacinação por AstraZeneca é de 1 por 100 mil.					

#102

Data	18/05/21	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Situação da Central de Distribuição do Kit Intubação				
Participantes	Convidados: Andreza Franco, Ediane Bastos, Breno Monteiro, Elton Chaves, Heber Bernarde, Mirocles Vêras Neto, Flaviano Ventrorm, Mario Bernardes, Monaliza Santos, Leonisa Obrušnik, Marco Ferreira e Nelson Mussolini.				



Informações destacadas
a) Reunião virtual; b) Participantes demonstraram preocupação com o estoque de kit-intubação; c) A indústria farmacêutica, gestores públicos e privados da área de saúde indicaram que em alguns municípios, hospitais públicos e privados tiveram de desativar UTIs devido à falta desses produtos em março, durante novo pico da pandemia e colapso em unidades de saúde no Brasil; d) Na época da audiência a pressão era menor, mas a situação se mantinha crítica diante do número diário ainda elevado de casos e mortes por Covid-19; e) Em geral, 70% dos hospitais tinham estoque de medicamentos anestésicos para duas semanas e 20%, para apenas uma semana; f) A indústria nacional relatou trabalhar em turnos ininterruptos para ampliar a produção, o que pode gerar aumento de custos; g) O MS informou que é capaz de verificar o estoque de 22 medicamentos em cerca de 3 mil unidades de saúde e que foram distribuídos 9 milhões e 900 unidades desses medicamentos; h) Foi demandada pelo CONASS a adoção de plano de contingência de longo prazo, com estoque doador e uma espécie de “poupança” de medicamentos para 2022 e 2023.

#103

Data	20/05/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A falta e atraso na entrega do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA)				
Participantes	Convidados: Patrícia Glowacki, Thiago Fernandes, Dimas Covas e Marco Krieger.				
Informações destacadas	a) Reunião virtual; b) Parlamentares demonstraram preocupação com atrasos na entrega de IFA, que possam pôr em risco segunda dose de vacina contra Covid do Butantan; c) O Butantan deveria receber 10 mil litros de ingrediente farmacêutico ativo em maio, mas apenas 3 mil serão entregues, o suficiente para produção de 5 milhões de doses; d) O fornecimento do Programa Nacional de Imunização estaria garantido até 3 de julho, com a entrega de 30 milhões de doses da Astrazeneca, 5 milhões da Coronavac, e 12 milhões de doses da vacina da Pfizer; e) Até a época da audiência foram distribuídas mais de 90 milhões de doses em todo o Brasil, sendo que 54 milhões foram aplicadas; f) O MS esclareceu que não há perda de prazo da Astrazeneca, contudo a produção da Coronavac corre maior risco devido ao atraso na entrega de IFA, devido ao esforço grande de imunização da população chinesa; g) Foram mencionados esforços junto ao governo chinês para solucionar o problema.				

#104

Data	01/06/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A nova Cepa do Coronavírus (Cepa Indiana)				
Participantes	Convidados: Walquiria Almeida, Fernando Avendanho, Rivaldo Venâncio e				



	Wanderson Oliveira
Informações destacadas	
a) Reunião virtual; b) Especialistas em vigilância epidemiológica alertaram sobre a disseminação de novas cepas da Covid-19 no Brasil; c) A cepa indiana foi classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como variante de preocupação global; d) O MS detalhou as ações do plano de vigilância sanitária, com notificação dos casos, monitoramento de amostras e atualização de informações, além de uma nota técnica específica sobre a variante indiana; e) A OMS mudou a nomenclatura das variantes: a indiana passa a se chamar Delta, assim como a do Reino Unido é a Alfa, a da África do Sul é a Beta e a P1, detectada em Manaus, é a Gama; f) O MS indicou que iria monitorar a situação e adotar medidas de controle.	

#105

#103

Data	08/06/21	Área	Atenção à saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Serviços prestados nas clínicas privadas de Diálise que atendem ao SUS				
Participantes	Convidados: Osvaldo Vieira Neto, Daniel Calazans, Marcos Vieira e Maria de Lourdes Alves.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Representantes das clínicas privadas solicitaram medidas para evitar "apagão" de hemodiálise e garantir tratamento para 144 mil pessoas; c) São cerca de 800 clínicas de diálise no País, a grande maioria privadas, e muitas estão em crise e endividadas (apenas 7% dos municípios brasileiros possuem clínicas de diálise); d) A Relatora mencionou que atuará junto ao governo por medida provisória para garantir recursos emergenciais, que reforçará junto ao MS outras demandas, como a revisão da tabela do SUS e que tentará agilizar projeto de lei que prevê o repasse de R\$ 257 milhões da União para os estabelecimentos de diálise que atuam de forma complementar no SUS; e) Foi destacado que o MS liberou recursos em dezembro para estados e municípios; f) Representantes do setor destacaram a elevação dos custos com a pandemia e reclamaram de atraso nos repasses das secretarias de saúde para os serviços de diálise; g) Foi mencionado que ocorreu fechamento de clínicas de diálise devido às dificuldades com que opera o setor.					

#106

#100

Data	15/06/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	A Fabricação da Vacina Brasileira desenvolvida pelo MCTI				
Participantes	Convidados: Marcos Pontes (Ministro Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações) e Marcelo Morales.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) O Ministro Pontes informou que Brasil deixará de depender da importação de insumos para vacinas nos próximos anos, pois o comitê Rede Vírus deve garantir o					



desenvolvimento de tecnologia para a produção de insumos e o envasamento de vacinas nacionais; c) Desde 2020, a Rede Vírus reúne especialistas, representantes de governo, agências de fomento, centros de pesquisa e universidades para o desenvolvimento de vacinas no País, especialmente um imunizante nacional contra o novo coronavírus; d) Após uma chamada pública, 15 projetos de desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19 foram selecionados e quatro propostas já concluíram as fases pré-clínicas; e) Atualmente existem recursos para testar as quatro vacinas nas fases 1 e 2, mas, para o estudo clínico, que é a fase 3, só há recurso para uma das vacinas, porém com o descontingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico aprovado pelo Congresso Nacional, poderá haver recursos suficientes para desenvolver todas as vacinas que tiverem sido aprovadas pela Anvisa.

#107

Data	17/06/21	Área	Educação	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		A Pandemia e a Síndrome da Gaiola (medo de ir à escola e sair de casa)			
Participantes		Convidados: Wimer Bottura, Guilherme Polanczyk, Wellington Lima, Ângela Soares, Maria Do Carmo Abreu, Gabriela Crenzel, Bianca Granado e Gabriel Lopes.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi informado que uma a cada 4 crianças e adolescentes apresentou sinais de ansiedade e depressão na pandemia (com níveis clínicos - ou seja, com necessidade de intervenção de especialistas) e que a chamada "síndrome da gaiola" - medo de sair de casa – pode ser observada no contexto da pandemia; c) Esse estudo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) monitorou a saúde mental de 7 mil crianças e adolescentes de todo o País desde junho de 2020; d) Também foram apresentados dados gerais sobre a saúde mental das crianças; e) A forma confusa com que a mídia, o governo e autoridades apresentam informações na pandemia, tem gerado mais medo ainda nas crianças; f) Foi ressaltado que à época da audiência, muitas escolas públicas ainda não estavam recebendo crianças e adolescentes, enquanto praticamente todas as escolas particulares haviam retornado às atividades; g) foi destacada preocupação com a evasão escolar e a perda de espaço de socialização e de garantia da nutrição.					

#108

Data	29/06/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Protocolos das Companhias Aéreas em voos comerciais durante a pandemia			
Participantes		Convidados: Nélio Aquino, Eduardo Sanovicz e Giovano Palma.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Representantes da Anvisa, da Anac e de empresas aéreas salientaram a					



eficácia dos protocolos contra Covid-19 em voos domésticos; c) A Anvisa informou sobre a resolução que trata das máscaras permitidas dentro das aeronaves e da suspensão do serviço de bordo nos voos domésticos, a fim de evitar aglomeração e retirada da máscara para alimentação; d) A ocupação dos ônibus que fazem o transporte da sala de embarque até as aeronaves não pode passar de 50%; e) Há regras para limpeza e purificação dos aviões, sobretudo em relação ao banheiro; f) Dentro das aeronaves, o ar é renovado a cada três minutos com a ajuda do filtro HEPA; g) Parlamentares questionaram sobre investigação da aglomeração causada pelo presidente da República Jair Bolsonaro dentro de um avião da Azul no aeroporto de Vitória (ES), em 11 de junho; h) Foi informado que a Anvisa abriu um processo administrativo sanitário e foram autuadas a Azul, por permitir a aglomeração de pessoas no interior da aeronave sem o correto uso da máscara de proteção facial, e a administradora do aeroporto por permitir a aglomeração em área de check-in, sem a correta utilização de EPIs.

#109

#105

Data	13/07/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Retorno ao trabalho das Gestantes que concluíram o ciclo das vacinas			
Participantes		Convidados: Alexandre Belmonte, Greice Carmo, Priscila Alencar, Cristiane Britto, e Roseane Mattar.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Especialistas recomendaram que gestantes já imunizadas com as duas doses da vacina contra a Covid-19 não voltem ao trabalho presencial; c) Apesar das pressões dos empregadores e das próprias gestantes para a retomada do trabalho presencial, foi recomendada cautela e cobrados meios de transferir atuais encargos financeiros dos patrões para a Previdência Social; d) Segundo o MS, houve 12.260 casos e 1.090 óbitos de gestantes e puérperas por Covid-19 desde o início da pandemia no Brasil e apenas em 2021 foram 6.925 casos e 800 mortes; e) A maior parte das vítimas tinha entre 20 e 39 anos de idade e apresentava outras comorbidades, como hipertensão, diabetes e obesidade; f) Foi sugerido que o retorno não ocorra até que o nível de vacinação na população aumente; g) Foram demandadas campanhas de esclarecimento a gestantes e puérperas quanto à vacinação.					

#110

Data	17/08/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema		Distribuição de Vacinas contra a COVID por Unidades da Federação			
Participantes		Convidados: Rosana Melo, Danilo Vasconcelos, Alessandro Aldrin, Fernando Avendanho.			
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Secretários de saúde reclamaram de distribuição desigual de vacinas					



contra Covid-19 aos estados; c) Segundo o Governo federal, o plano de vacinação priorizou grupos mais vulneráveis e estimou que até o fim de setembro, todos os brasileiros devem ter recebido ao menos uma dose de vacina; d) O MS esclareceu que o plano de vacinação foi elaborado em 2020 e, devido ao número reduzido de doses, foram definidos 27 grupos prioritários, que representam 77 milhões de pessoas; e) Como tais pessoas estão distribuídas de maneira desigual em todo o País, os percentuais de vacinados tem variado de um estado para o outro, contudo, com a vacinação avançando mais rapidamente, as diferenças devem ser reduzidas.

#111

#1111

Data	24/08/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Variante Delta do Coronavírus e a situação do SUS perante a pandemia				
Participantes	Convidados: Rosana Melo, Fernando Avendanho, Alessandro Aldrin e Felipe Naveca.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Foi realizada atualização do contexto epidemiológico diante do avanço da variante Delta do novo coronavírus; c) O MS anunciou a aplicação da terceira dose ou dose de reforço da vacina contra a Covid-19 a partir de 15 de setembro; d) Na época, a dose de reforço foi direcionada para os idosos que completaram o esquema vacinal há mais de seis meses; e) Os imunossuprimidos devem esperar 28 dias após a segunda dose; f) Preferencialmente, o reforço ocorrerá com uma dose da Pfizer, ou de maneira alternativa, com a vacina de vetor viral da Janssen ou da AstraZeneca; g) O MS indicou que, num primeiro momento, idosos e profissionais de saúde serão atendidos com dose de reforço; h) Também indicou que é preciso incentivar medidas restritivas não farmacológicas, para frear as cadeias de transmissão e um ambiente favorável ao vírus e suas mutações; i) O MS informou sobre avaliações do impacto dos imunizantes na variante Delta: a Pfizer apresentou efetividade de 88%, e a Astrazeneca, de 67% (para a Coronavac, ainda não havia dados disponíveis); j) Segundo a Fundação Oswaldo Cruz, a Delta entrou no País em 14 estados simultaneamente e a variante Gama, surgida em Manaus, ainda é a predominante no País (mas com variações), o que demanda constante monitoramento do contexto epidemiológico.					

#112

Data	09/09/21	Área	Recursos humanos	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Indenização para profissionais de saúde incapacitados pela COVID-19				
Participantes	Convidados: Alex Teixeira, Antônio José de Jesus, Estevam Alves, Flora Galvão e Francisco Fernandes.				
Informações destacadas					

* C D 2 2 1 6 9 3 3 6 1 3 0 0 *



a) Reunião virtual; b) Representante da Casa Civil explicou que a lei que prevê indenização para os profissionais da saúde que ficaram com sequelas permanentes ou aos familiares dos que morreram seria inconstitucional por não apontar a origem dos recursos e que, por isso, foi vetada pelo presidente da República; c) A lei, aprovada pelo Congresso Nacional em março, foi vetada integralmente pelo presidente Jair Bolsonaro, mas o veto foi derrubado e, em seguida, o Executivo entrou no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade; d) Foi esclarecido que, como o Brasil encontra-se em estado de emergência, não é possível a criação de despesas contínuas; e) Houve contestação a essa tese, pois a indenização não seria um benefício continuado e que ela foi criada exatamente porque estamos em um momento de exceção; Segundo o Conselho Federal de Medicina, 36 mil profissionais de saúde ficaram afastados de suas atividades de forma temporária ou permanente por causa da Covid-19, mas nenhuma contrapartida teria sido dada pelo governo; Parlamentares se dispuseram a encontrar alternativas capazes de garantir o pagamento dessas indenizações.

#113

#115

Data	21/09/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
Tema	Aplicação de mais uma dose de vacina contra a COVID-19 no Brasil				
Participantes	Convidados: Rosana Melo, Danilo Vasconcelos, Nereu Mansano, Hisham Hamida, Natasha Barreto, Alexandre Barbosa, Cleide Mazuela, Lely Guzmán, Cristiano Zerbini, Alexander Precioso e Margareth Dalcolmo.				
Informações destacadas					
a) Reunião virtual; b) Especialistas a continuidade da vacinação de adolescentes a partir de 12 anos de idade e da aplicação de doses de reforço em idosos e profissionais de saúde; c) O MS informou que há disponibilidade de vacinas para esses grupos, mas criticou estados e municípios por anteciparem a vacinação de adolescentes e informou que analisa estudos em relação às doses extras; d) Segundo o Conass, 1.300 crianças e adolescentes morreram por complicações após contaminação com o novo coronavírus em 2021; e) Atualmente, os adolescentes só podem ser imunizados com a vacina da Pfizer; f) Foi informado que entre enfermeiros, técnicos e auxiliares, ocorreram mais de 860 óbitos por Covid-19 e que somando aos profissionais da área de medicina, seriam de 1.600 a 1.700 óbitos; g) Essa valor não inclui os demais trabalhadores, como motoristas de ambulância, recepcionistas, pessoal de limpeza e lavanderia, fisioterapeutas e outros profissionais que estão diretamente envolvidos com a Covid-19; h) O MS informou que a ampliação das faixas atendidas seguirá critérios técnico-científicos, que serão debatidos na Câmara Técnica do Plano Nacional de Operacionalização.					

#114

Data	28/10/21	Área	Vigilância em saúde	Vídeo	Notas taquigráficas
------	----------	------	---------------------	-----------------------	-------------------------------------



Tema	Passaporte Sanitário de Vacinação e o Uso obrigatório de Máscaras
Participantes	Convidados: Rosana Melo, Leonardo Vilela, Alessandro Chagas, Alex Campos, Carla Albert, Daniel Dourado, Jairo Bisol e Trícia Cabral.
Informações destacadas	
a) Reunião virtual; b) Participantes recomendaram a continuidade do uso de máscaras mesmo com o avanço da vacinação, no contexto de flexibilização da utilização da proteção facial em locais abertos e de adoção do passaporte sanitário em alguns cidades brasileiras; c) Segundo o MS, apesar do recuo no número de casos com o aumento de doses aplicadas, apenas a imunização não consegue realizar o controle da transmissão do vírus, de modo que o uso de máscara e o distanciamento ainda precisam ser adotados; d) O Conass defendeu a autonomia dos gestores estaduais e municipais para adotar medidas de controle, com critérios baseados na ciência; e) O Conasems destacou que o certificado de vacinação é fundamental para a retomada dos eventos coletivos; f) O representante do Núcleo de Pesquisas em Direito Sanitário da Universidade de São Paulo observou que uma das estratégias que devem ser utilizadas no combate à pandemia é a comunicação clara com a população para que qualquer medida de relaxamento nas restrições não resulte em aumento da contaminação.	



ANEXOS

I. Plano de trabalho inicial

I. Introdução

O recente e súbito surgimento do surto de doença respiratória em dezembro de 2019 na China, atribuída a uma nova espécie de coronavírus, trouxe grave apreensão para os gestores de saúde do mundo todo. Os coronavírus são responsáveis por surtos de doenças que vão desde formas leves de resfriados até as mais graves como a SARS – Severe Acute Respiratory Syndrome e MERS – Middle East Respiratory Syndrome.

Os novos coronavírus têm mostrado grande poder de disseminação, não dispõem de tratamento específico nem de vacinas. Assim, a recomendação primordial para evitar a transmissão reside principalmente em evitar contato com suspeitos, medidas de higiene e tratamento de suporte.

O COVID-19 responsável pela epidemia atual ainda é uma incógnita. Não foram elucidados inúmeros aspectos da doença nem existe consenso sobre sua patogenicidade ou letalidade. No entanto, até o momento, ficou demonstrada a importância de aperfeiçoar os instrumentos de vigilância e a celeridade com que o compartilhamento de dados de diversas fontes resultou em rápida identificação do vírus e na pesquisa de testes diagnósticos específicos e possíveis vacinas. A proposta da instituição da Comissão Externa Destinada a Acompanhar as Ações Preventivas da Vigilância Sanitária e Possíveis Consequências para o Brasil quanto ao Enfrentamento da Pandemia Causada pelo Coronavírus tem como fundamento a necessidade de aproximar o Parlamento das ações desenvolvidas pelo Poder Executivo para conter a possível disseminação do surto em território nacional.

A rápida resposta do Parlamento brasileiro à questão do COVID-19, tendo aprovado em dois dias o Projeto de Lei 23, de 2020, deixou patente a colaboração que esta Casa oferece aos cidadãos brasileiros. Após a sanção do texto, foi possível repatriar os brasileiros que se encontravam na China e organizar condições de quarentena capazes de assegurar a vigilância das pessoas e a segurança da população. Além disso, constatamos a intensificação de medidas adotadas pelo Ministério da Saúde, inclusive em ampla campanha de conscientização, e de procedimentos em consonância com o Regulamento Sanitário Internacional. Assim, propomo-nos a acompanhar as providências e, no decorrer dos trabalhos, identificar meios de apoiar o



desempenho de tarefas e impulsionar a adoção de medidas para evitar a disseminação da doença no país. Desta forma, na qualidade de coordenador da Comissão Externa apresento o presente Plano de Trabalho, que submeto à discussão e às sugestões dos demais Pares.

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Visita técnica à Base Aérea de Anápolis (GO);

Visita Técnica ao Ministério da Saúde;

Realização de Audiências Públicas com temas e organizações associadas ao surto de COVID-19, em especial Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

OBJETIVOS FINAIS:

Acompanhar as medidas implementadas para evitar a entrada do COVID-19 no Brasil;

Apresentar proposições para o aperfeiçoamento da legislação nacional referente ao enfrentamento de surtos;

Identificar ações a serem realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública e entes privados e estimular sua implementação;

Elaborar recomendações e Relatório Final para ampla divulgação.

CRONOGRAMA:

A Comissão dividirá os trabalhos a serem executados em duas etapas, conforme tabela a seguir, sendo que a realização de Audiências Públicas e o acompanhamento das medidas adotadas perdurarão por todo o tempo em que a Comissão Externa estiver atuando.

1.1 Reunião da Comissão para aprovar o Plano de Trabalho	18/02/20
1.2. Visita Técnica ao Ministério da Saúde	19/02/20
1.3. Visita Técnica aos portos e aeroportos brasileiros	21 ou 22/02/20
1.4. Reunião Interna da Comissão	04/03/20 às 09 hs
1.5. Audiência Pública – Anvisa	04/03/20 às 10 hs
1.6. Audiência Pública Ministério da Saúde/CONASS/CONASEMS	11/03/20 às 10 hs
1.7 Audiência Pública Com Especialistas	18/03/20 às 15 hs



II. Proposições prioritárias

Conforme informações obtidas da página da Comissão no sítio da Internet da Câmara dos Deputados, apresentam-se a seguir as proposições consideradas prioritárias, com link para o conteúdo digital; incluindo, respectivamente, as transformadas em norma, as já aprovadas pelo Plenário da Câmara (incluindo as que aguardam sanção ou deliberação sobre veto presidencial) e as demais (levadas ao conhecimento do Presidente da Câmara).

A) Projetos de Lei priorizados pela Comissão, aprovados e transformados em Lei

PLP 232/2019 (Carmen Zanotto) - Transformado na Lei Complementar 172/2020 - Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros, provenientes de repasses federais, nos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

PL 9236/2017 (Eduardo Barbosa) – Transformado na Lei Ordinária 13982/2020 - Altera o § 11 e acrescenta os §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais para caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

PL 696/2020 (Adriana Ventura) - Transformado na Lei Ordinária 13989/2020 - Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus.

PL 668/2020 (Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.) - Transformado na Lei Ordinária 13993/2020 - Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de Coronavírus no Brasil.

PL 805/2020 (Pedro Westphalen) – Transformado na Lei Ordinária 13992/2020 - Suspende-se por 120 dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do SUS - Sistema Único de Saúde.

PL 1006/2020 (Relatoria solicitada - Pedro Westphalen) – Transformado na Lei Ordinária 13995/2020 - Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuarem de forma coordenada no combate à pandemia do Coronavírus.

PL 864/2020 (Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.) - Transformado na Lei Ordinária n. 14006/2020 - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para que aconteça a liberação imediata do uso de materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área da saúde para auxiliar no combate à pandemia do Covid-19.

PL 1888/2020 (Leandre) – Transformado na Lei Ordinária n. 14018/2020 - Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência



para Idosos (ILPI), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

PL 1409/2020 (Zacharias Calil) - Transformado na Lei Ordinária n. 14023/2020

Determina que em caso de declaração de epidemia, pandemia ou surtos provocados por doenças contagiosas ou que tenha sido declarado Estado de Calamidade Pública sejam tomadas medidas imediatas que garantam a saúde e preservação da vida de todos profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e manutenção da ordem pública.

PL 1291/2020 (Maria do Rosário) - Transformado na Lei Ordinária 14022/2020

Assegura medidas de combate e prevenção à violência doméstica previstas na Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - e no Código Penal durante a vigência da Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 ou durante a declaração de estado de emergência de caráter humanitário e sanitário em território nacional.

PL 1142/2020 (Professora Rosa Neide) - Transformado na Lei Ordinária

14021/2020 - Dispõe sobre medidas urgentíssimas de apoio aos povos indígenas em razão do novo coronavírus (Covid-19).

PL 848/2020 (Kim Kataguirí) - Transformado na Lei Ordinária 14028/2020

- Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, para definir que a receita de medicamentos terá validade por prazo indeterminado enquanto perdurar surtos de pandemia e dá outras providências.

B) Projetos de Lei priorizados pela Comissão e já aprovados no Plenário da Câmara dos Deputados

PL 2048/2020 (Ricardo Izar) – Aprovado na CD em 20/05/2020

- Dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas durante as situações de emergência pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, relativas à suspensão da convocação para avaliação das condições que ensejaram a manutenção do benefício de auxílio-doença para os portadores da doença de Alzheimer, doença de Parkinson e outras doenças crônicas degenerativas.

PL 702/2020 (Alexandre Padilha e Cex) – Aprovado na CD em 26/03/2020 e no SF

em 31/03/2020 – Vetado em 22/04/2020 (aguarda análise do veto) - Acrescenta dispositivo na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

PDL 87/2020 (Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.) - Aprovado na CD em 17/03/2020

- Susta os efeitos do art. 2º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC- nº 46, de 20 de fevereiro de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (para permitir a comercialização de Alcool 70º líquido).

PL 865/2020 (Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.) - Aprovado apensado ao PL

2159/2020 (Aprovado na CD em 26/05/2020) - Acrescenta artigo à Lei nº 11.947, de 2009, que rege, entre outras matérias, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão da pandemia do coronavírus, a distribuição direta aos pais e responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica de gêneros alimentícios adquiridos com esses recursos.



PL 1552/2020 (Sâmia Bonfim e outras) - **Aprovado na CD em 09/07/2020**- Dispõe sobre a proteção de mulheres em situação de violência durante a vigência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, ou enquanto durarem medidas de quarentena e restrições de atividades no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus).

PL 2013/2020 (Alice Portugal)- Pleito atendido pela aprovação do **PL 1444/2020 (Aprovado na CD em 09/07)**- Estabelece medidas emergenciais de proteção à mulher vítima de violência doméstica durante a emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus.

PL 1485/20 (Adriana Ventura) - **Aprovado na CD em 01/09/2020** - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para duplicar as penas de crimes contra a administração pública quando estes forem praticados por ocasião de calamidade pública.

PL 3477/2020 (Idilvan Alencar e outros) - **Aprovado na CD em 18/12/2020** - Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública.

PL 1777/2019 (General Peternelli)- **Pleito atendido pela aprovação do PL 1422/2019 na CD em 22/12/2020** - Altera as Leis nº 7.116, de 1983, nº 9.454, de 1997, e nº 13.444, de 2017, para estabelecer a adoção de número único para os documentos que especifica.

C) Projetos de Lei priorizados na Comissão e levados ao Presidente da CD

PL 3551/2020 (Idilvan Alencar e outros) - Dispõe sobre ações emergenciais para o COVID-19 no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, de que trata a Lei nº 11.947, de 2009, devido ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

PL 2949/2020 (Idilvan Alencar e outros) - Dispõe sobre a estratégia para o Retorno às Aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19).

PL 5413/2019 (Pedro Westphalen e outros) - Cria o Programa de Recuperação e Fortalecimento dos Estabelecimentos Hospitalares de Saúde (Profes), visando fortalecer o desenvolvimento do parque instalado da saúde, dentro do projeto nacional de melhoria do acesso da população aos cuidados integrados da saúde.

PL 1176/2020 (Jorge Solla) - **Tem Requerimento de Urgência ainda não deliberado (REQ 832/2020)** Dispõe sobre a isenção total de impostos nos itens que especifica, durante o estado de emergência sanitária em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus.

PL 1113/2020 (Rodrigo Coelho) - **Tem Requerimento de Urgência aprovado** -Dispõe sobre a inclusão do Corona Virus (COVID-19) como doença grave que isenta os segurados do Regime Geral de Previdência Social – RPPS do cumprimento da carência para concessão dos benefícios de Auxílio Doença e Aposentadoria por Invalidez.

PL 1629/2020 (Alexandre Padilha) - Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas



e qualitativas pactuadas pelos municípios e estados com a União no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

PL 1216/2020 (Patrícia Ferraz) - Tem Requerimento de Urgência ainda não deliberado (REQ 880/2020) - Dispõe sobre a necessidade de prorrogar os pagamentos aos beneficiados pelo INSS por 90 dias, devido ausência de condições sanitárias para realizar perícias presenciais em casos de decreto de calamidade pública em âmbito nacional.

PL 885/2020 (Mariana Carvalho) - Dispõe sobre a proibição da suspensão do fornecimento de energia elétrica e dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário por inadimplência dos usuários residenciais durante a vigência da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia causada pelo Coronavírus, alterando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

PL 714/2020 (Patrícia Ferraz) - Tem Requerimento de Urgência ainda não deliberado (REQ 581/2020) - Permite o saque emergencial de valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em razão da pandemia de Coronavírus (2019-nCoV)

PL 1069/2020 (Paula Belmonte) - Tem Requerimento de Urgência ainda não deliberado (REQ 678/2020) - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar expressa a utilização da receita de arrecadação de multa na despesa que especifica.

PL (1462/2020 – Alexandre Padilha) - Apensado ao PL 1320/2020 - Altera o art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para tratar de licença compulsória nos casos de emergência nacional decorrentes de declaração de emergência de saúde pública de importância nacional ou de importância internacional.

PL 1316/2020 (Alexandre Padilha) - Apensado ao PL 892/2020 - Altera a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir o parágrafo-único e incisos no artigo 15 regulamentando a requisição de que trata o inciso XIII do referido dispositivo

PL 976/2020 (Aliel Machado) - Apensado ao PL 1115/2020 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de cada cesta básica produzida e distribuída pelo país pelo Poder público ou iniciativa privada conter, enquanto perdurar a declaração de pandemia do Coronavírus pela OMS, itens de higiene e assepsia.

PL 7082/2017 (Relator Hiran Gonçalves) – Tramitando em Regime de Prioridade - Dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos.

PL 1622/2020 (Carmen Zanotto) - Tramitando em Regime de Urgência - Altera a Lei 13.979 de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade da notificação compulsória e imediata dos diagnósticos de casos de síndrome respiratória aguda assim como dos casos suspeitos e confirmados da COVID-19.

PL 2040/2020 (Dra. Soraya Manato) - Altera a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a divulgação diária do mapa atualizado de leitos hospitalares de unidades públicas e privadas de cada unidade da federação.



PL 1905/2020 (Marcelo Ramos) - Tem Requerimento de Urgência ainda não deliberado (**REQ 842/2020**) - Dispõe sobre a suspensão temporária da exigência do Processo Produtivo Básico - PPB para os produtos que especifica durante o período de calamidade pública em decorrência a da pandemia do Covid-19.

PL 1780/2020 (Jorge Solla) - Tem Requerimento de inclusão na Ordem do Dia ainda não deliberado (**REQ 927/2020**) - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a realização emergencial do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA) durante a pandemia causada pelo novo coronavírus.

PL 2515/2020 (Carmen Zanotto) - Estabelece normas às empresas de serviço aéreo doméstico de transporte público regular de passageiro em consonância a Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

PL 2529/2020 (Carmen Zanotto)- Requerimento de Urgência aprovado (**REQ 1417/2020**) - Altera a Lei nº 10.880 de 09 de junho de 2004 que dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, autorizando o uso de veículos do Transporte Escolar, dos respectivos Estados, Distrito Federal e Municípios, no transporte de profissionais da saúde e de pessoas que necessitem de atendimento médico durante o período de enfrentamento da emergência da saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) a que se refere a Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020

PRC 29/2020 (General Peternelli).- Institui, no âmbito da Câmara dos Deputados, a Comenda Especial Presidente Rodrigues Alves, destinada a homenagear os brasileiros que se destacaram no combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), em diversos setores da sociedade. (alterado com colocação do Nome Oswaldo Cruz para a comenda)

PL 1662/2020 (Hiran Gonçalves) - Altera a lei 13.979, de 6 de fevereiro 2020, para prever medidas de sepultamento de vítimas da COVID-19.

PL 1184/2020 (Jandira Feghali).- Dispõe sobre a concessão das licenças não-voluntárias prevista na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

PL 2441/2020 (Jandira Feghali) - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para dispor sobre a dispensa de licitação para o fretamento de aeronaves de empresas aéreas nacionais desde que necessário ao transporte de profissionais de saúde, equipamentos, insumos e material para testagem, objetivando o combate ao COVID-19.

PL 2201/2020 (Jorge Solla) - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para prever a obrigação de reconversão industrial destinada à produção de bens essenciais no enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente Covid-19.

PL 2077/2019 (Jorge Solla).- Dispõe sobre o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública a ser concedido a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos prestadoras de relevantes e notórios serviços à saúde pública e o concede à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).



PL 2493/2020 (Paulão) - Tem Requerimento de Urgência não deliberado (**REQ 1216/20020**) - Dispõe sobre o Programa Emergencial para a Prevenção ao novo coronavírus entre os profissionais de segurança pública e dá outras providências

PL 2302/2020 (Dra. Soraya Manato) - Dispõe sobre a caracterização de acidente de trabalho no caso de profissionais de saúde e segurança pública que estejam trabalhando diretamente nas políticas de enfrentamento à pandemia da Covid-19, durante o estado de emergência em saúde pública de importância nacional.

PL 1255/2020 (Pedro Westphalen) - Tem requerimento de urgência ainda não deliberado (**REQ 878/2020**) Suspende-se, a contar da data de publicação desta Lei, a obrigatoriedade de apresentação de quaisquer Certidões Negativas de Débitos (CNDs) ou relativa à Dívida Ativa da União (CPEND) dos prestadores de serviço de saúde que possuem contratos com o Sistema Único de Saúde (SUS).

PL 2559/2020 (Paula Belmonte) - Dispõe sobre o uso da teleconferência e da videoconferência para as Defensorias Públicas durante a crise causada pelo Coronavírus (Covid19).

PL 2438/2020 (Paula Belmonte) - Autoriza o Governo Federal a disponibilizar até 70% dos estoques públicos de alimentos (regulador) da CONAB, e dá outras providências.

PL 2583/2020 (Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.) - Tem Requerimento de Urgência não deliberado (**REQ 1655/2020**) - Institui a Estratégia Nacional de Saúde objetivando estabelecer uma estratégia nacional para incentivo às indústrias nacionais que produzam itens essenciais ao sistema de saúde nacional, bem como a pesquisa e desenvolvimento de produtos, insumos, medicamentos e materiais, com vistas a dar autonomia ao nosso país quanto a produção destes itens.

PL 2270/2020 (Carmen Zanotto) - Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Clínicas de diálise que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuarem de forma coordenada no combate à pandemia do Coronavírus.

PL 2271/2020 (Carmen Zanotto) - Altera a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), para tratar do uso da telemedicina na Saúde Suplementar e no seguimento clínico de pacientes do Sistema Único de Saúde

PL 490/2015 (Jorge Solla) - Altera o art. 26, parágrafo único, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, incluído pela Lei 12.512, de 28 de outubro de 2011, para estender a isenção do imposto de renda dos médicos residentes aos residentes-multiprofissionais das outras áreas da saúde.

PL 2706/2020 (Zacharias Calil) - Determina a realização do Exame de Oximetria de Pulso e/ou de Dedo como protocolo de triagem nos pacientes suspeitos com COVID-19 nos postos de atendimento e hospitais públicos e privados.

PL 2726/2020 (Alexandre Padilha) - Determina aos órgãos integrantes do Sistema Único de Saúde e instituições privadas de assistência à saúde a inclusão nos registros de pessoas suspeitas de contaminação, contaminadas, hospitalizadas e falecidas por Covid-19 de marcador étnico-racial conforme as categorias do Instituto Brasileiro de



Geografia e Estatística, de localização e de gênero, para a produção de dados oficiais de contaminação e mortalidade pela Covid-19 e que tais dados passem a fazer parte da apresentação pública dos dados de infecção e mortalidade.

PL 2198/2020 (Paula Belmonte) – Veda qualquer norma que venha a limitar a pessoa com transtorno do espectro autista a sair às ruas, devidamente acompanhado, durante o período do Decreto de Calamidade Pública nº 06, de 2020.

PL 1267/2020 (Talíria Petrone e outras) - Tramitando em Regime de Urgência - Altera a lei 10.714/2003, com o objetivo de ampliar a divulgação do Disque 180 enquanto durar a pandemia do COVID-19 (novo coronavírus).

PL 2970/2020 (General Peternelli) - Dispõe sobre o compartilhamento de informações, nos estabelecimentos de saúde públicos e privados.

III. Indicações ao Executivo

Apresentam-se a seguir as Indicações apresentadas ao Executivo federal, com link para o conteúdo digital, conforme informações obtidas da página da Comissão no sítio da Internet da Câmara dos Deputados.

INC 330/2020 Requer o envio de Projeto de Indicação desta Comissão ao Ministério da Infraestrutura, sugerindo a apreciação, discussão e concessão de pleitos da Presidência da ANETRANS - Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de Infraestrutura de Transportes e da Presidência do SINAENCO - Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva.

INC 329/2020 Sugere ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, em caráter de urgência, aumentar o teto dos Municípios no Piso de Atenção Básica (PAB) e a liberação imediata dos recursos correspondentes aos Municípios

INC 328/2020 Requer o envio de Indicação para a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sra Damares Alves, para a liberação de emendas ao Orçamento 2020 aprovadas na CIDOSO/CD, para atendimento à população idosa.

INC 327/2020 Sugere ao Poder Executivo a adoção e fiscalização do cumprimento de medidas de distanciamento para passageiros de embarcações empregadas no transporte público, em razão da pandemia da COVID-19.

INC 326/2020 Sugere ao Ministro da Defesa a disponibilização de aviões da FAB - Força Aérea Brasileira para transporte de amostras biológicas, simplificação no processo de habilitação de aeronaves particulares para o transporte de amostras biológicas, durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

INC 325/2020 Sugere a antecipação das restituições relativas à Declaração de Ajuste Anual do IRPF.

INC 324/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Saúde, Dr. Luiz Henrique Mandetta, sugerindo que seja atendida a solicitação da Associação de Câncer de Boca e



Garganta (ACBG) enviada a nossa Comissão, no sentido de que, sejam liberados, em caráter de urgência, os insumos de proteção respiratória para que a contaminação pelo coronavírus nos pacientes oncológicos e idosos, que são traqueostomizados, possa ser minimizada.

INC 323/2020 Requer o envio de Projeto de Indicação desta Comissão à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sugerindo a edição de norma viando garantir aos usuários de planos de saúde a continuidade nos atendimentos enquanto durar no Brasil a pandemia do Corona vírus.

INC 322/2020 Requer o envio de Indicação ao Ministro da Saúde, sugerindo que seja estendido, por mais 90 dias, o prazo de validade das receitas médicas de pessoas idosas no âmbito da Farmácia Popular.

INC 321/2020 Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa ao aperfeiçoamento da logística de entrega de Equipamentos de Proteção Individual, testes diagnósticos e Kits de UTI, bem como dos instrumentos para acompanhamento das entregas por parte das Secretarias Estaduais de Saúde.

INC 251/2020 Sugere a liberação do pagamento de pedágios nas concessões rodoviárias federais, devido ao risco de contaminação pelo novo coronavírus.

INC 199/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Saúde, Dr. Luiz Henrique Mandetta, sugerindo que seja intensificado o trabalho da ANVISA quanto ao controle de temperatura dos viajantes e que seja elaborado um formulário com questionário simples para que seja entregue para cada um dos viajantes de voos internacionais, abordando as formas de prevenção e a necessidade de isolamento social, O formulário deve conter espaço para destaque da assinatura pessoal de consentimento do fato.

INC 198/2020 Sugere a suspensão de reuniões e visitas decorrentes dos Programas e Serviços do Sistema Único de Assistência Social e das visitas domiciliares do Programa Criança Feliz

INC 197/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Economia, Sr Paulo Roberto Nunes Guedes, sugerindo que o produto Álcool em Gel 70% Antisséptico seja equiparado, quanto aos tributos, e momentaneamente aos itens da cesta básica, tendo assim isenção tributária.

INC 196/2020 Requer o envio de Indicação ao Ministério da Economia, sugerindo a apreciação, discussão e concessão de pleitos da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), com o objetivo de auxiliar a sobrevivência e a manutenção da cadeia produtiva do comércio brasileiro, durante a pandemia do COVID-19.

INC 195/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Economia, Sr Paulo Roberto Nunes Guedes, sugerindo urgência na liberação de medicamentos e demais itens importados para o setor de saúde.

INC 194/2020 Sugere ao Ministro da Educação que providencie a realização, em regime de urgência, do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida), para que os médicos aprovados possam colaborar no combate à pandemia de COVID-19.



INC 193/2020 Sugere ao Ministro da Saúde que proceda o aproveitamento de médicos cubanos residentes no Brasil para o enfrentamento da pandemia de COVID-19.

INC 171/2020 Sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República o aumento do volume de recursos à Fiocruz para ampliação da fabricação de testes, o chamamento público internacional para aquisição de testes rápidos e a desburocratização para aquisição de kits e reagentes utilizados na medicina diagnóstica.

INC 170/2020 Sugere ao Ministro da Saúde o aumento do volume de recursos à Fiocruz para ampliação da fabricação de testes, o chamamento público internacional para aquisição de testes rápidos e a desburocratização para aquisição de kits e reagentes utilizados na medicina diagnóstica.

INC 156/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Saúde, Dr. Luiz Henrique Mandetta, sugerindo que a ANVISA faça a imediata convocação dos profissionais fiscais sanitários, assim como a autorização de ampliação da carga-horária de trabalho dos fiscais sanitários para garantir o correto funcionamento do abastecimento alimentar no país.

INC 155/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Casa Civil, Sr. Walter Braga Netto, no sentido solicitar representação do parlamento, por intermédio da Comissão Externa em epígrafe, no Gabinete de Crise do Governo Federal para enfrentamento da COVID-19.

INC 154/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Economia, Sr Paulo Roberto Nunes Guedes, sugerindo urgência na liberação de medicamentos e demais itens importados para o setor de saúde.

INC 153/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Saúde, Sr. Luiz Henrique Mandetta, no sentido solicitar representação do parlamento, por intermédio da Comissão Externa em epígrafe, no Gabinete de Crise do Governo Federal para enfrentamento da COVID-19.

INC 150/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Saúde, Dr. Luiz Henrique Mandetta, sugerindo que a ANVISA faça contratação imediata de profissionais da saúde para garantir o funcionamento ativo de seus postos, 24 horas por dia, nos portos e aeroportos.

INC 149/2020 Requer o envio de Indicação para o PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Sr. Jair Messias Bolsonaro, no sentido de solicitar o fechamento das fronteiras do país proibir a entrada de estrangeiros enquanto estiver vigente a situação de emergência sanitária, permitindo a entrada apenas dos nossos cidadãos e estrangeiros residentes no país para assim tentarmos diminuir o alastramento da pandemia do Coronavírus (COVID-19).

INC 148/2020 Sugere ao Tribunal de Contas da União que estabeleça regulamentos extraordinários que simplifiquem procedimentos e reduzam trâmites burocráticos para a utilização dos recursos públicos no combate a esta pandemia.

INC 147/2020 Sugere ao Ministro da Saúde que incorpore, entre os procedimentos autorizados no Sistema Único de Saúde (SUS), a circulação extracorpórea (ECMO), em regime de urgência, na vigência da pandemia de COVID-19.



INC 146/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, sugerindo que sejam adotadas as sugestões propostas pela Confederação Nacional de Saúde - CNSaúde quanto algumas das medidas econômicas e sanitárias adicionais para que juntos possamos combater a disseminação de contágio do coronavírus.

INC 145/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro de Estado da Saúde, Sr. Luiz Henrique Mandetta, no sentido realizar a autorização de recursos financeiros adicionais na Média e Alta Complexidade - MAC, para os Fundos municipais e estaduais, visando o pagamento de produção excedente, mas UFs que realizaram procedimentos cirúrgicos eletivos além dos valores previstos nas Portarias GM/MS 195/2019 e Portaria GM/MS 1.996/2019.

INC 144/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Saúde, Dr. Luiz Henrique Mandetta, sugerindo que as clínicas de Hemodiálise que apresentarem casos de suspeita ou diagnóstico confirmado pelo COVI-19, solicitam a abolição do reuso das linhas e capilares, como já realizados nos portadores de HIV, assim como também, a intensificação na utilização dos EPIs (equipamento de proteção individual) pelos profissionais da área da saúde.

INC 143/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Saúde, Dr. Luiz Henrique Mandetta, sugerindo que a ANVISA faça contratação imediata de profissionais da saúde para garantir o funcionamento ativo de seus postos, 24 horas por dia, nos portos e aeroportos.

INC 142/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, no sentido solicitar esforços emergenciais por parte da Pasta, juntamente com as nossas embaixadas e consulados, para dar apoio aos brasileiros que estão em situação de risco fora do país devido à atual pandemia do Coronavírus (COVID-19).

INC 140/2020 Sugere a apreciação, discussão e concessão de pleitos da APRESENTA RIO (Associação dos Promotores de Eventos do Setor de Entretenimento e Afins do Estado do Rio de Janeiro), em conjunto com outras entidades do setor, com o objetivo de auxiliar a sobrevivência e a manutenção da cadeia produtiva da Indústria de Eventos e Entretenimento, ligadas ao turismo, durante a pandemia do COVID-19.

INC 139/2020 Requer o envio de Indicação para o Ministro da Saúde, Dr. Luiz Henrique Mandetta, sugerindo que sejam adotadas as sugestões propostas pela ABIMO quanto as medidas de contenção ao coronavírus, com o objetivo de prevenir a restrição importante da oferta de diversos dispositivos médicos necessários às fases de contenção da pandemia.

INC 96/2020 Sugere a adoção de medidas para impedir a exportação de equipamentos de proteção individual utilizados para o controle da transmissão do novo coronavírus, bem como produtos e insumos relacionados a prevenção e tratamento desta epidemia enquanto a demanda do Brasil não for completamente atendida, até o encerramento da emergência em saúde pública.

INC 95/2020 Sugere o tabelamento de preços de equipamentos de proteção individual utilizados para o controle da transmissão do novo coronavírus, bem como produtos e insumos relacionados a prevenção e tratamento desta epidemia enquanto a demanda do



Brasil não for completamente atendida, até o encerramento da emergência em saúde pública.

IV. Ofícios encaminhados

Apresentam-se a seguir os ofícios encaminhados (predominantemente para órgãos do Governo Federal) e as respectivas respostas (quando disponível); com link para o conteúdo digital, conforme informações obtidas da página da Comissão no sítio da Internet da Câmara dos Deputados.

[2020-43 - MRE - Resgate de Brasileiros na Bolívia](#)

[2020-44 - MRE - Resgate de Brasileiros na África do Sul](#)

[Resposta encaminhada em 06/04/2020](#)

[2020-47 - MRE - Resgate de Brasileiros Chile e Argentina](#)

[Resposta encaminhada em 28/04/2020](#)

[2020-53 - Ministério da Saúde - Ofício Diagnóstico](#)

[2020-54 - Ministério da Saúde - Distribuição de EPIs e álcool em gel](#)

[2020-55 - Ministério da Saúde - Colaboração entre Entes Federados](#)

[2020-56 - Ministério da Educação - Material didático eletrônico](#)

[2020-57 - Casa Civil - Crédito Rural](#)

[Resposta ao encaminhada pelo MAPA em 02/07/2020](#)

[2020-58 - Casa Civil - Crédito Micro e Pequenas Empresas](#)

[2020-58-a - Ministro da Economia - Crédito Micro e Pequenas Empresas](#)

[Respostas encaminhadas entre 12 de maio e 10 de setembro de 2020](#)

[2020-59 - Ministério da Infraestrutura - Pedágios](#)

[Resposta encaminhada em 16/04/2020](#)

[2020-60 - MRE - China não interromper exportações](#)

[Resposta encaminhada em 08/05/2020](#)

[2020-61 - Ministro da Economia - Indústria Têxtil](#)



Compilação de respostas ao ofício, de 28/07/2020 a 10/09/2020

2020-62 - Ministério da Saúde ANS - Fundo Garantidor Saúde Suplementar

Resposta encaminhada pelo Ministério da Saúde em 09/06/2020

Resposta encaminhada pela ANS em 03/06/2020

2020-63 - Ministério da Infraestrutura - Pleito ANETRANS e SINAENCO

Resposta encaminhada em 29/04/2020

2020-64 - Ministério Chefe da Casa Civil - Braga Netto - Incremento do PAA

Resposta encaminhada pelo MAPA em 02/07/2020

2020-65 - Ministério da Economia - Incremento do PAA

Resposta encaminhada pela Secretaria do Trabalho/Ministério da Economia em 05/05/2020

Resposta encaminhada pela Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares/Ministério da Economia em 15/06/2020

Resposta complementar encaminhada em 28/08/2020

2020-66 - Ministério da Economia - Empréstimo Consignado

Resposta encaminhada pela Secretaria de Previdência/Ministério da Economia, em 04/05/2020

Resposta encaminhada pela Secretaria Especial de Fazenda/Ministério da Economia, em 14/05/2020

Resolução 1338 do Conselho Nacional de Previdência

2020-67 - Ministério Chefe da Casa Civil - Braga Netto - Fabricação de Máscaras pelos Detentos

2020-68 - Ministério da Saúde - EPIs e Médicos Exterior

2020-69 - FEBRABAN - Filas bancárias

Resposta encaminhada em 30/04/2020

2020-70 - Casa Civil - Comitê de Crise

2020-73 - Ministério da Economia - Liberação de recursos do Fundo Nacional da Pessoa Idosa



2020-74 - Ministério da Saúde - Fiocruz

2020-116 - FAB transporte oxigenio AM

2020-117 - FAB transporte equipamentos AM

2020-119 - Anvisa Informações

2020-120 - Ministério da Saúde - Relatório ILPI

2020-121 - Ministério Cidadania - Relatório ILPI

2020-122 - Ministério da Mulher - Relatório ILPI

Relatório Técnico encaminhado em anexo junto aos ofícios 120, 121 e 122

2020-123 - Embaixada Espanha - doação respirador

2020-128 - FAB transporte equipamentos PE e AP

Resposta encaminhada em 08/05/2020

2020-140 - Caixa Econômica Federal - sugestão para doenças raras

2020-141 - MRE Resgate de Brasileiros no México

Resposta encaminhada em 20/05/2020

2020-145 - ANAC - uso de máscaras em voos

Resposta encaminhada em 04/06/2020

Anexo - Nota técnica n. 62 - Atualiza as medidas sanitárias a serem adotadas em aeroportos e aeronaves, para enfrentamento ao novo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19).

Anexo - Nota técnica n. 101 - Atualiza as medidas sanitárias a serem adotadas em aeroportos e aeronaves, para enfrentamento ao novo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19).

Anexo - Parecer n. 36/2020 - ao Gerente de Regulação das Relações de Consumo

2020-146 - Governo do AP- Indica representante para acompanhar as ações no AP

2020-154 - Sindicatos dos Médicos do Estado do Ceará

Resposta encaminhada em 21/07/2020

2020-155 - Segov - Atualização de Informações



2020-157 - Ministério da Saúde - Reunião Distribuição 2a Etapa

2020-174 - Secretaria de Acompanhamento Economico - Regulação dos preços

Resposta encaminhada em 18/06/2020.

2020-175 - Ministério da Saúde - Regulação dos Preços

2020-176a - Laboratório Exército - Informações

Resposta encaminhada em 03/08/2020

2020-177 - CBF - Demanda Clubes Pequenos

2020-178 - FAB - Transporte de doações AP

2020-181 - FAB - Transporte de doações RO

2020-187 - FAB - Transporte de doações AM

2020-188 - Anvisa - Requisição de estoque

Resposta encaminhada em 30/06/2020

2020-193 - Anvisa - Requisição de estoque - complementação

2020-195 - Ministério da Saúde - Óbitos de profissionais de saúde

Resposta encaminhada em 14/09/2020

2020-206 - Conass - Médicos Residentes

2020-207 - Conasems - Médicos Residentes

Resposta encaminhada em 15/07/2020

2020-209 - SESU/MEC - Envio de listagem dos residentes médicos vinculados aos municípios da Federação

Resposta encaminhada em 17/07/2020

2020 - 212 - Ministério da Saúde - Relação quantitativa e custos referentes a residentes médicos nas Secretarias Municipais de Saúde

2020-213- Ministério da Saúde - Credito Suplementar

2020-225 -CNSS - Repasses aprovados e ainda não repassados

Resposta encaminhada em 13/08/2020

Ofício CONASS - 269, encaminhado em 16/07/2020



2020-226 - CONASEMS - Repasses aprovados e ainda não repassados

Resposta encaminhada em 17/08/2020

2020-228 - Ministério da Saúde - Solicitação de respiradores

Respostas encaminhadas em 21/10/2020

2020-239 - Ministério da Saúde - Solicitação de emissão de crédito suplementar

Respostas encaminhadas em 23/10/2020

2020-247 - Ministério da Saúde - Doenças raras

2020-247a - MD - transporte RO

2020-268 - Ministério da Saúde - Encaminha relatório ABRASCO

2020-269 - CONASS - Encaminha relatório ABRASCO

2020-270 - Conasems - Encaminha relatório Abrasco

2020-272 - Governo do Estado do ACRE - Sistema Penitenciário

2020-273 - Governo do Estado de ALAGOAS - Sistema Penitenciário

2020-274 - Governo do Estado do AMAPA - Sistema Penitenciário

2020-275 - Governo do Estado do AMAZONAS - Sistema Penitenciário

2020-276 - Governo do Estado da BAHIA - Sistema Penitenciário

Respostas ao ofício

2020-277 - Governo do Estado do CEARÁ - Sistema Penitenciário

2020-278 - Governo do DISTRITO FEDERAL - Sistema Penitenciário

Respostas encaminhadas em 10/10/2020

2020-279 - Governo do Estado do ESPÍRITO SANTO - Sistema Penitenciário

2020-280 - Governo do Estado do GOIÁS - Sistema Penitenciário

Respostas ao ofício

2020-281 - Governo do Estado do MARANHÃO - Sistema Penitenciário

2020-282 - Governo do Estado do MATO GROSSO - Sistema Penitenciário

Resposta encaminhada em 19/11/2020



2020-283 - Governo do Estado do MATO GROSSO DO SUL - Sistema Penitenciário

Resposta encaminhada em 30/09/2020 (parte 1)

Resposta encaminhada em 30/09/2020 (parte 2)

Resposta encaminhada em 30/09/2020 (parte 3)

Resposta encaminhada em 30/09/2020 (parte 4)

2020-284 - Governo do Estado de MINAS GERAIS - Sistema Penitenciário

Resposta encaminhada em 17/11/2020

2020-285 - Governo do Estado do PARÁ - Sistema Penitenciário

2020-286 - Governo do Estado da PARAÍBA - Sistema Penitenciário

2020-287 - Governo do Estado do PARANÁ - Sistema Penitenciário

2020-288 - Governo do Estado de PERNAMBUCO - Sistema Penitenciário

Resposta encaminhada em 28/09/2020

2020-289 - Governo do Estado do PIAUÍ - Sistema Penitenciário

2020-290 - Governo do Estado do RIO DE JANEIRO - Sistema Penitenciário

2020-290 - Governo do Estado do RIO DE JANEIRO - Sistema Penitenciário

2020-291 - Governo do Estado do RIO GRANDE DO NORTE - Sistema Penitenciário

Resposta encaminhada em 28/09/2020

2020-292 - Governo do Estado do RIO GRANDE DO SUL - Sistema Penitenciário

2020-293 - Governo do Estado de RONDÔNIA - Sistema Penitenciário

Respostas encaminhadas em 27/10/2020

2020-294 - Governo do Estado de RORAIMA - Sistema Penitenciário

2020-295 - Governo do Estado de SANTA CATARINA - Sistema Penitenciário

Resposta encaminhada em 14/10/2020

2020-296 - Governo do Estado de SÃO PAULO - Sistema Penitenciário

2020-297 - Governo do Estado de SERGIPE - Sistema Penitenciário

2020-298 - Governo do Estado do TOCANTINS - Sistema Penitenciário



2020-300 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Testes no sistema prisional

Resposta encaminhada em 05/10/2020

2020-303 - Ministério da Saúde - Solicita cópia do contrato firmado com Fiocruz e AstraZeneca

2020 - 303a - Fiocruz - Solicita cópia do contrato firmado com Fiocruz e AstraZeneca

Encaminhada cópia do contrato

2020-304 - Ministério da Saúde - Solicita cópia do contrato firmado com a Covax Facility

Encaminhada cópia do contrato

2020-307 - MCTI - Nitazoxanida

2020-308 - MS - Nitazoxanida

2020-309 - Secretaria de Saúde de Santa Catarina - Certificação Vacinal

2020-339 - Inclusão de deficientes no PNI

2022_3354

